

MENSAGEM PRESIDENCIAL

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

2015







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2015**
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Mensagem Presidencial

**Brasília, DF
2014**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal – SOF
SEPN 516, Bloco “D” Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(xx)61 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2015 :
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2014.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2015. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2015"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei. n. 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF



Sumário

Lista de Siglas 5

I – RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO 11

A Política Econômica do Governo em Cenário Externo de Incerteza	12
Projeções Macroeconômicas para 2014 e 2015	24
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2014 e 2015	25

II – DESAFIOS PARA 2015 31

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	32
Programa de Investimentos em Logística	38
Reforma Agrária	42
Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	43
Programa Mais Médicos.....	45
Plano Brasil Sem Miséria	47
Segurança Pública.....	49

III – AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL 53

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados.....	54
Resultado Primário das Empresas Estatais Federais.....	64
Pessoal e Encargos Sociais	68
Sistemas Previdenciários.....	69

IV – AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 75

Aplicações em Operações de Crédito.....	76
Investimentos no Ativo Imobilizado.....	77

ANEXO – DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS 79

Empresa do Setor Produtivo	80
Empresa do Setor Financeiro	108

Lista de Siglas

ABGF – Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A

Anater – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Bacen – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRS – Bus Rapid Service

BRT – Bus Rapid Transit

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Capex – Capital Expenditure

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético

CEF – Caixa Econômica Federal

Cide-combustíveis – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Comprev – Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS

Conaportos – Comissão Nacional das Autoridades nos Portos

CsF – Ciência sem Fronteiras

CTFrons – Câmaras Temáticas de Fronteiras

DLSP – Dívida Líquida do Setor Público

DPF – Dívida Pública Federal

DPFe – Dívida Pública Federal externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal interna

DPU – Defensoria Pública da União

EC – Emenda Constitucional

Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FGI – Fundo Garantidor das Operações de Infraestrutura

Fiol – Ferrovia da Integração Oeste-Leste

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FNS – Ferrovia Norte-Sul

FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FRGPS – Fundo do Regime Geral de Previdência Social

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Funpresp – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal

Funpresp-Exe Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

Funpresp-Jud – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário

GGIFs – Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IED – Investimento Estrangeiro Direto

Incra – Instituto Nacional de Colonização Agrária

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IOF-Ouro – Impostos incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LegisPrev – Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal

Loas – Lei Orgânica da Assistência Social

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

LTN – Letras do Tesouro Nacional

MC – Ministério das Comunicações

MCidades – Ministério das Cidades

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MD – Ministério da Defesa

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

MI – Ministério da Integração Nacional

MJ – Ministério da Justiça

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPS – Ministério da Previdência Social

MPU – Ministério Público da União

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NFSP – Necessidade de Financiamento do Setor Público

NTN-F – Notas do Tesouro Nacional, série F

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAF – Plano Anual de Financiamento

PBF – Programa Bolsa Família

PDG – Programa de Dispêndios Globais

PIB – Produto Interno Bruto

PIL – Programa de Investimento em Logística

PLDO – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ploa – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

Pnater – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PND II – Plano Nacional de Dragagem

PNM – Programa Nuclear da Marinha

Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Proex – Programa de Financiamento às Exportações

ProInfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Prosul – Programa de Desenvolvimento de Submarinos

PSF – Programa Saúde da Família

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

RCL – Receita Corrente Líquida

Reidi – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

RFB – Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

Ride – Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

RMV – Renda Mensal Vitalícia

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública

Sesu – Secretaria de Educação Superior

Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPE – Secretaria de Política Econômica

SPE – Sociedade de Propósito Específico

STF – Supremo Tribunal Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

Suas – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TAV – Trem de Alta Velocidade

TCU – Tribunal de Contas da União

Telebras – Telecomunicações Brasileiras

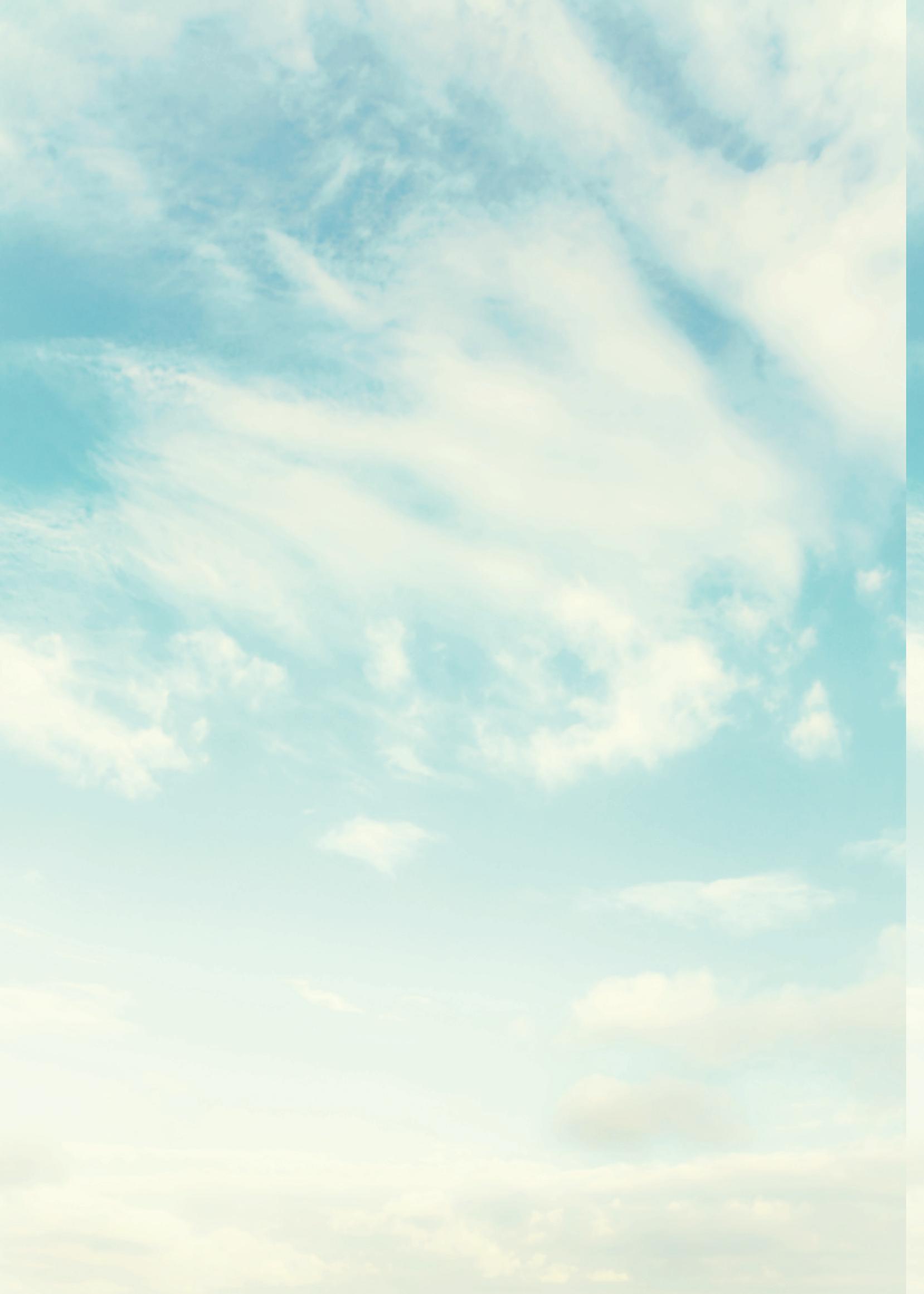
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

TRF – Tribunal Regional Federal

TUP – Terminais de Uso Privado

UAB – Universidade Aberta do Brasil

VLT – Veículo Leve sobre Trilhos





I – RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

- ▶ **A Política Econômica do Governo em Cenário Externo de Incerteza**
- ▶ **Projeções Macroeconômicas para 2014 e 2015**
- ▶ **Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2014 e 2015**

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO EM CENÁRIO EXTERNO DE INCERTEZA

O conjunto das políticas públicas implementadas ao longo dos últimos anos criou um ambiente favorável para a economia brasileira, provocando a elevação dos investimentos e propiciando a redução da desigualdade social e regional. Cinco movimentos estratégicos têm contribuído para a consolidação de tal cenário: a) a expansão do crédito e a melhoria dos níveis de renda; b) o crescimento do ritmo da atividade econômica com estabilidade de preços; c) a consolidação do Brasil como importante destino de investimento; d) o aprofundamento das relações comerciais com diversos países da América Latina e da Ásia; e e) a elevação dos níveis do investimento público e privado, com destaque para os programas mantidos pelo Governo Federal. É o caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa de Investimentos em Logística (PIL), o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e o Pré-Sal.

No âmbito da política econômica, houve importante esforço coordenado, ao longo dos últimos anos, nas esferas fiscal e monetária. Esse esforço permite explicitação, no presente Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2015, das políticas e instrumentos desenhados para garantir o crescimento sustentável da economia com a redução da desigualdade. A sustentabilidade do quadro macroeconômico interno, mesmo em cenário externo de incerteza, é resultado da consistência das diretrizes da política econômica, que visam:

- a) ao equilíbrio fiscal, com melhora qualitativa na arrecadação de receitas e na alocação das despesas. Com isso, obtém-se resultados positivos nos indicadores de endividamento do setor público, tais como: alongamento do prazo médio dos títulos; diminuição do percentual de vencimentos no curto prazo; redução da parcela da dívida exposta a variáveis, como a taxa de câmbio e a Selic, sujeitas à volatilidade de mercado; e trajetória declinante da dívida líquida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB);
- b) ao controle do ritmo de crescimento dos preços, no contexto do regime de metas da inflação, com atuação da política monetária de forma prudencial e oportunista;
- c) à manutenção de controle sobre as contas externas, por meio do regime de câmbio flexível, o qual permitiu a elevação expressiva do estoque de reservas internacionais e o alcance pelo País da posição de credor externo líquido;
- d) à elevação da capacidade produtiva do País, com a priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura; à adequação do ambiente de negócios, de forma a incentivar o investimento privado; e aos incentivos para a indústria nacional, a ampliação dos instrumentos voltados para a inovação produtiva e o incremento da qualificação da mão de obra; e
- e) à ampliação do ritmo da inclusão social, com melhora na distribuição da renda e no poder de compra da população, por meio da valorização do salário mínimo, da maior abrangência dos benefícios da previdência social e das políticas sociais de transferência de renda às famílias.

Dessa maneira, com o intuito de criar um ambiente propício para a continuidade do ciclo de desenvolvimento com maior justiça social, o orçamento de 2014 prioriza: a) a ampliação dos recursos para saúde e educação em todos os níveis e demais políticas sociais com natureza de redistribuição de renda; b) a promoção de investimentos em infraestrutura, contribuindo para eliminar gargalos ao crescimento; e c) o aumento da produtividade do capital e da mão de obra, por meio do incentivo à inovação e à qualificação.

Além disso, é importante registrar que o Governo tem respondido prontamente aos efeitos desse ambiente de incerteza internacional e desaquecimento da economia mundial sobre a economia interna, buscando manter o ritmo de crescimento econômico do País. Entre as medidas adotadas estão aquelas direcionadas para manter e incentivar o investimento e a produção industrial no âmbito do Programa de Investimento em Logística (PIL) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), combinados aos novos marcos regulatórios do setor de infraestrutura e do Plano Brasil Maior.

RESULTADOS MACROECONÔMICOS EM 2013 E NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014

A performance da economia brasileira em 2013 apresentou melhora expressiva em relação ao desempenho observado no ano anterior. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) havia registrado um crescimento de apenas 1,0% em 2012, no ano seguinte a evolução foi de 2,5%.

Tabela I – Produto Interno Bruto (PIB)

Setor de Atividade	Variação acumulada (%)				Variação ante mesmo período do ano anterior (%)	
	2010	2011	2012	2013	1º trim. 2013	1º trim. 2014
PIB	7,5	2,7	1,0	2,5	1,9	1,9
Oferta						
Agropecuária	6,3	3,9	-2,1	7,3	13,0	2,8
Indústria	10,4	1,6	-0,8	1,7	-0,9	0,8
Serviços	5,5	2,7	1,9	2,2	1,8	2,0
Demanda						
Consumo das famílias	6,9	4,1	3,2	2,6	2,5	2,2
Consumo do Governo	4,2	1,9	3,3	2,0	2,4	3,4
Formação Bruta de Capital Fixo	21,3	4,7	-4,0	5,2	2,2	-2,1
Exportações	11,5	4,5	0,5	2,5	-5,7	2,8
Importações (-)	35,8	9,7	0,2	8,3	7,4	1,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Assec/MP.

Essa retomada ocorreu em meio a uma conjuntura econômica internacional marcada pela incerteza quanto à capacidade de os Estados Unidos retomarem seu crescimento, bem como em relação à falta de sinais da Área do Euro em superar a crise de seus países-membros e ao tipo de respostas a serem dadas pela China nesse contexto econômico mundial.

Em face da elevação da aversão ao risco, a maioria dos países, inclusive o Brasil, passou a enfrentar, com maior ou menor intensidade, a piora nas expectativas e contínua desaceleração da atividade. Tal mudança no ambiente econômico levou o Governo a adotar, de forma tempestiva, um conjunto de medidas de natureza anticíclica, com o objetivo de minorar os efeitos da desaceleração econômica mundial sobre a nossa economia, criando um clima mais favorável para a retomada dos investimentos, o aumento da produção de bens e serviços, com a consequente recuperação dos níveis de consumo.

A demanda interna colocou-se como o indutor do crescimento brasileiro nesse período, no qual se destaca a retomada do investimento e a manutenção do aumento do consumo das famílias, em decorrência da elevação da massa de rendimento real e da oferta de crédito.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que havia apresentado queda de 4,0% em 2012, influenciada, em boa parte, pela redução na produção de bens de capital para transporte decorrente da antecipação das compras em 2011, voltou a crescer em 2013, com uma elevação de 5,2%, mais que o dobro do crescimento do PIB.

No conjunto de medidas de estímulo ao investimento privado e à atividade econômica adotado pelo Governo, destacam-se as desonerações tributárias voltadas para a produção de bens de capital e as linhas de crédito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que oferecem taxas de juros menores para máquinas e equipamentos. O sucesso destas linhas de crédito para a retomada dos investimentos levou, inclusive, o Governo a promover sua prorrogação para 2014 e depois para 2015. Cabe ressaltar também os esforços feitos para reduzir o custo da energia e o custo tributário, assim como a extensão da desoneração da folha de pagamento para diversos setores e a prorrogação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi). Foram também ampliados os mecanismos de financiamento, como por meio da autorização para a emissão de Debêntures e Fundos de Debêntures incentivadas para infraestrutura, e de garantias, com a criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A (ABGF), que será responsável, entre outros, pela gestão do Fundo Garantidor das Operações de Infraestrutura (FGI). Trata-se de instrumento essencial para viabilizar recursos e garantias para os projetos previstos para a ampliação da rede de infraestrutura no País.

Ainda em infraestrutura, o Governo aprimorou o marco regulatório do setor portuário, visando estimular investimentos para ampliação da capacidade, e implantou o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que, por meio de concessões, visa à realização, por parte do setor privado, de investimentos nos projetos prioritários do País em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Em 2013 ocorreram também importantes leilões na área de energia elétrica, assim como novas rodadas de concessões de campos de petróleo, como é especialmente o caso do campo de Libra.

É importante destacar igualmente a contribuição do PAC para esse quadro de aceleração do ritmo de atividade em 2013. As informações relativas ao 10º Balanço do PAC 2 revelam que a execução atingiu o valor de R\$ 871,4 bilhões até abril de 2014, que representa 84,6% do total do orçamento previsto para o período 2011-2014. No Eixo Energia, o Programa concluiu etapas correspondentes a R\$ 233,1 bilhões, enquanto no Eixo Transportes foram aplicados R\$ 58,9 bilhões em empreendimentos por todo o País.

Essa segunda etapa do PAC comprehende projetos de infraestrutura que visam uma gama ampla de objetivos. Entre outras, podemos mencionar as seguintes metas: a) melhorar a qualidade de vida em grandes aglomerações urbanas; b) aumentar a cobertura de serviços públicos nos bairros populares; c) reduzir o déficit habitacional; d) universalizar o acesso à água e à energia elétrica; e) consolidar e ampliar a rede logística; f) garantir o suprimento de energia, elevando a participação de fontes renováveis e limpas; e g) ampliar a produção de petróleo e gás no âmbito do Pré-Sal. Destacam-se também os investimentos que foram concluídos para os grandes eventos esportivos, como a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014. Esta última envolveu um conjunto de projetos de investimento em infraestrutura, de R\$ 33,2 bilhões, que incluem recursos privados e públicos de todas as esferas. Estão, ainda, em fase de implementação as obras para dar suporte aos Jogos Olímpicos de 2016, que incluem também projetos de mobilidade urbana e a construção e/ou a reforma de aeroportos. As estimativas de demanda de projetos de infraestrutura relacionados à Olimpíada e à Paraolimpíada a serem realizadas no Rio de Janeiro alcançam o valor de R\$ 12,6 bilhões.

O consumo das famílias, item da demanda doméstica de maior peso no PIB (62%), também mostrou crescimento em 2013 e no primeiro trimestre de 2014. Entre os fatores que contribuíram para fomentar o consumo, enfatiza-se o aumento da renda real, resultado do crescimento da massa salarial real (2,6% em 2013 e 1,9% no primeiro trimestre de 2014), da expansão do volume de crédito real (que saiu de 54% do PIB em 2012 para 57% em 2013), e da ampliação das transferências de renda às famílias, como as ocorridas em função do Programa Bolsa Família (PBF), da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e dos benefícios concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Em 2013, o total dos pagamentos realizados pelo RGPS atingiu o volume de R\$ 357 bilhões, equivalentes a 7,4% do PIB, beneficiando mais de 31 milhões de pessoas. Por seu turno, o consumo do Governo, que costuma ter comportamento mais estável e se revela menos suscetível a choques conjunturais, também contribuiu de forma positiva para o crescimento da demanda doméstica.

Vale ressaltar, no entanto, que a recuperação da demanda doméstica e do nível de atividade em alguns países parceiros em 2013 permitiu a melhoria dos resultados obtidos no comércio externo. As exportações, que haviam registrado crescimento de apenas 0,5% em 2012, saltaram 2,5% em 2013. Já as importações foram bastante influenciadas pela retomada da atividade interna, saindo de um crescimento de 0,2% em 2012 para uma taxa de expansão de 8,3% em 2013.

Pelo lado da oferta, o setor de serviços, sustentado pelo consumo das famílias e do Governo, manteve seu ritmo de crescimento com variação positiva ante o mesmo período do ano anterior. Durante 2013, ele apresentou uma taxa de expansão de 2,2%, superior aos 1,9% de 2012.

O setor agropecuário, após sofrer retração em 2012, recuperou-se em 2013 em razão de diversos fatores, como a melhora nos preços no momento do plantio e a ocorrência de condições climáticas mais favoráveis a tais atividades. Com isso, as condições específicas do sistema propiciaram uma elevação no rendimento e, consequentemente, da produção. Algumas culturas merecem destaque, a exemplo da soja, da cana-de-açúcar e do milho. Quanto à produção pecuária, os diversos tipos de carne registraram elevação no volume da produção de 2013.

Por sua vez, a indústria, setor que havia sido mais afetado pelo recrudescimento da crise internacional e pela concorrência com os bens importados em 2012, registrou recuperação em 2013. A indústria de transformação, em particular, voltou a apresentar crescimento, com expansão de 1,7%, contra retração de -0,8% no anterior. Com efeito, nos últimos anos o Governo adotou diversas medidas para elevar a competitividade do setor. Dentre elas, vale mencionar: a) a desoneração da contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de pagamento em setores intensivos em mão de obra, fortemente afetados pela concorrência externa; b) a redução no custo dos empréstimos e nos spreads bancários; c) a manutenção de alíquota reduzida de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens da linha branca e automóveis, em especial os produzidos no País; e d) a redução do custo da energia.

O mercado de trabalho tem respondido de forma positiva à retomada do crescimento. Além de não ter sido afetado negativamente no período de retração de 2012, a retomada no período seguinte continuou influenciando de forma positiva o nível de emprego e dos salários. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2013 houve a geração líquida de um milhão cento e vinte e oito mil novos postos de trabalho formais, garantindo, assim, um total de mais de 5 milhões de empregos formais gerados desde dezembro de 2010 até julho de 2014. Na mesma linha, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostram a ampliação do número de pessoas ocupadas em 2013 e a criação de 1,6 milhões de vagas, a maioria no mercado formal (66%).

A manutenção do aquecimento no mercado de trabalho pode ser observada pelo comportamento das taxas de desemprego aferidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que registrou, em dezembro de 2013, o índice de 4,3%, valor ainda menor que os 4,6% observados no mesmo mês do ano anterior, garantindo que a média de 2013, 5,4%, fosse a menor da série histórica.

A robustez do mercado de trabalho também pode ser observada pelo elevado nível de ocupação (população ocupada sobre a população em idade ativa), que foi de 54,0% em 2013. A menor ociosidade no mercado, juntamente com as perspectivas de crescimento sustentado do País, torna cada vez mais necessária a intensificação de políticas de qualificação da mão de obra, que possibilitem a elevação da produtividade do trabalho e permitam maior mobilidade de trabalhadores para setores que demandam maior qualificação. Com esse intuito, o Governo, além das políticas já implementadas, como a elevação do piso salarial dos professores e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), continua dando especial atenção ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e ao Ciência sem Fronteiras (CsF).

A política de valorização do salário mínimo e o crescimento contínuo da atividade econômica contribuíram para a elevação do rendimento real, que apresentou crescimento médio de 1,8%

em 2013. Para parcela dos trabalhadores de renda menor que a média, como os envolvidos nas atividades de construção civil, o valor foi ainda maior, atingindo 3,7%.

O crescimento da população ocupada e do rendimento real permitiu que a massa salarial crescesse 2,9% em dezembro de 2013. Apesar de tal crescimento ser menor do que o da média dos anos anteriores, as variações positivas continuam a viabilizar a expansão do consumo das famílias e dos serviços.

Adicionalmente, nos últimos anos, o cenário de maior crescimento econômico, conjugado à implantação de um conjunto de reformas microeconômicas, resultou em trajetória contínua de aumento da formalização do emprego no setor privado (participação dos trabalhadores com carteira assinada no total de ocupados do setor privado), que alcançou 77% das pessoas com carteira assinada no final de 2013. Além dos benefícios sociais para o trabalhador e da maior efetividade de instrumentos de política social (seguro desemprego e previdência), a formalização no mercado de trabalho tem elevado a arrecadação previdenciária, contribuindo para o equilíbrio fiscal corrente do Governo.

BOX I – Pronatec e CsF

Pronatec

A educação profissional é articulada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais. O Programa é composto de cinco iniciativas: expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Bolsa-Formação; Rede e-Tec; Programa Brasil Profissionalizado; e Acordo de Gratuidade do Sistema S. Com essas ações, o Governo Federal visa ofertar, entre 2015 e 2018, 12 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis. Em 2015, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica será intensificada com a implementação de unidades que tiveram sua construção iniciada no período de 2011 a 2014.

A Bolsa-Formação (estudante e trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas), é uma ação realizada em articulação com ministérios, secretarias estaduais de educação e com a participação das instituições de educação profissional e tecnológica. Para 2015, está prevista a oferta de 400 mil vagas em cursos técnicos para estudantes de ensino médio e 800 mil vagas em cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, preferencialmente beneficiários de programas federais de transferência de renda e estudantes de ensino médio.

Continua

CsF

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e as Secretarias de Educação Superior (Sesu) e de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC.

O Programa prevê a concessão de até 101 mil bolsas em quatro anos, de 2012 a 2015, para promover intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação em estágio no exterior, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação, e está pautado nos seguintes objetivos:

- investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; e
- atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

A segunda fase do Programa, lançada em junho de 2014, mantém o propósito de contribuir para o desenvolvimento de uma força de trabalho altamente qualificada em áreas estratégicas para o País. O CsF II concederá mais 100 mil bolsas de estudos entre 2015 e 2018, ampliando as oportunidades de formação em universidades de excelência dos cinco continentes.

Em 2015, o Programa CsF prevê o investimento de R\$ 3,5 bilhões e o alcance da meta prevista de 51,5 mil bolsas concedidas nas diferentes modalidades, sendo 25 mil pela Capes, 25,8 mil pelo CNPq e 745 mediante a participação da iniciativa privada.

SETOR EXTERNO

Os impactos da crise financeira internacional provocaram a necessidade de ajuste nas contas externas do Brasil, afetadas pela piora nas transações correntes, cujo saldo passou de superavitário em 2007 (0,1% do PIB) para deficitário a partir de 2008 (-1,7% do PIB ao final de 2008 e -3,6% em 2013). Não obstante, a recuperação gradual da economia brasileira e as boas possibilidades de investimento têm atraído capitais que possibilitam o financiamento do balanço de pagamentos e a continuidade da acumulação de reservas internacionais, as quais somavam US\$ 380 bilhões em junho de 2014.

O déficit em transações correntes, que atingira US\$ 54,2 bilhões (2,41% do PIB) em 2012, ampliou-se para US\$ 81,1 bilhões (3,62% do PIB) em 2013. Essa trajetória esteve fundamentalmente associada à diminuição de US\$ 16,8 bilhões no superávit comercial, para US\$ 2,6 bilhões. Em 2012, a deterioração do saldo comercial se deveu à maior queda do valor exportado ante a queda no importado, em um contexto de menor crescimento da economia brasileira e da demanda mundial. Já em 2013 observou-se uma continuação do recuo no valor exportado e da elevação do valor importado, ambos os movimentos refletindo, em grande parte, variações na pauta relacionada ao petróleo e seus derivados. Contribuíram, adicionalmente, os aumentos no déficit das contas de serviços, US\$ 6,2 bilhões, e de rendas, US\$ 4,3 bilhões. A conta de remessa de lucros e dividendos apresentou pequena deterioração em 2013, tendo atingido US\$ 26,5 bi contra US\$ 24,1 do ano anterior. Já os gastos com viagens internacionais também continuam a crescer, embora em menor ritmo, em razão da elevação dos custos desse tipo de atividade.

Em 2013, o déficit em conta-corrente foi parcialmente compensado pelo elevado fluxo de capitais estrangeiros, que resultou em ingressos líquidos de US\$ 74,1 bilhões no ano, acima dos US\$ 70 bilhões registrados em 2012. Desses, os fluxos líquidos de investimento estrangeiro direto (IED) para o Brasil atingiram US\$ 64 bilhões em 2013, um pouco abaixo do verificado em 2012 (US\$ 65,3 bilhões). Representando 2,86% do PIB, os fluxos de IED cobriram grande parte da necessidade de financiamento externo. O resultado global do balanço de pagamentos foi deficitário em US\$ 5,9 bilhões no ano.

A tendência é que a entrada líquida de recursos estrangeiros continue elevada, uma vez que relatório da Unctad¹ coloca o País na 5^a posição como destino de preferência de IED de 2013 a 2015. Cabe lembrar que o maior fluxo de investimento direto pode trazer maior estabilidade ao financiamento do déficit em transações correntes, pois tende a permanecer por mais tempo no País.

¹ World Investment Report 2013, divulgado pela United Nations Conference on Trade and Development (Unctad).

Tabela 2 – Dados Selecionados do Setor Externo
(Acumulados em 12 meses; US\$ bilhões)

Discriminação	2012	2013	I ^o sem 2014
Conta-Corrente	-54,2	-81,1	-81,2
Balança Comercial (FOB)	19,4	2,6	3,1
Exportações	242,6	242,2	238,3
Importações	-223,2	-239,6	-235,1
Serviços	-41,0	-47,3	-48,0
Viagens Internacionais	-15,6	-18,4	-18,5
Transporte	-8,8	-9,8	-9,5
Rendas	-35,4	-39,8	-38,9
Juros	-11,8	-14,2	-14,5
Lucros e Dividendos	-24,1	-26,0	-24,9
Transferências Unilaterais	2,8	3,4	2,5
Conta Capital e Financeira	70,0	74,1	76,0
Investimento Direto Estrangeiro	65,3	64,0	63,3
Balanço Global	18,9	-5,9	-0,2

Fonte: BCB.
Elaboração: ASSEC/MP.

No período, o País sustentou bom desempenho dos indicadores de solvência externa, como a manutenção da posição, adquirida ao final de 2007, de credor externo líquido. Assim, no final de 2013, apesar do crescente endividamento das empresas, o elevado estoque de reservas internacionais tem permitido manter um elevado grau de solvência e credibilidade para nosso setor externo.

Desse modo, os bons fundamentos macroeconômicos, o elevado nível das reservas internacionais (representando, em junho de 2014, 18 meses de importações), a manutenção da posição de credor externo líquido, entre outros indicadores, mantiveram a percepção de risco por parte dos investidores em relação ao Brasil em baixo patamar e sustentaram as condições para a entrada de capitais estrangeiros.

POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial são, respectivamente, o alcance, pelo Banco Central do Brasil (BCB), da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); a manutenção das condições prudenciais e regulamentares para que a expansão do mercado de crédito ocorra em ambiente que preserve a estabilidade do sistema financeiro nacional; e a preservação do regime de taxa de câmbio flutuante. O alcance desses objetivos deve observar a evolução da economia brasileira, em linha com as medidas conjunturais implementadas.

Em consonância com essas diretrizes, o BCB, ao final de 2012, interrompeu a trajetória de

redução da taxa básica de juros, mantendo-a em 7,25% a.a. até o início do segundo trimestre de 2013. Essa decisão levou em consideração o balanço de riscos para a inflação, a recuperação da atividade doméstica e a complexidade que envolve o ambiente internacional. A partir de abril de 2013, o Comitê de Política Monetária (Copom) deu início a um processo gradual de elevação da taxa Selic que se estendeu até a reunião de abril de 2014, quando a taxa Selic atingiu 11% a.a.

Para 2014, 2015 e 2016, a política monetária continuará a ser pautada de forma coerente com o regime de metas para a inflação, tendo como objetivo a manutenção da estabilidade monetária. A meta para a inflação firmada para esses anos é de 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de mais ou menos 2 p.p., conforme estabeleceram as Resoluções n^{os} 4.095, de 28 de junho de 2012; 4.237, de 28 de junho de 2013; e 4.345, de 25 de junho de 2014, do CMN.

Os ganhos obtidos com o amadurecimento do regime de metas de inflação e com o alcance, pelo décimo ano consecutivo, da meta estabelecida, podem ser percebidos no fortalecimento dos instrumentos de política monetária; na trajetória de redução das taxas reais de juros nos ciclos econômicos; na redução do custo de carregamento da dívida pública, dados os menores prêmios de risco e os maiores prazos de financiamento; na expansão do mercado de crédito; na maior previsibilidade do cenário econômico e na ampliação do horizonte de previsão dos agentes econômicos; e na melhoria das condições sociais.

O saldo total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), computadas as operações com recursos livres e direcionados, alcançou R\$ 2.715 bilhões em 2013 (Tabela 3), expansão anual de 14,6% ante 16,4% em 2012 e 18,8% em 2011. Como resultado, a relação crédito/PIB atingiu 56,1%, comparativamente a 53,9% e a 49,1%, nos finais dos períodos mencionados. Os estoques de empréstimos destinados às pessoas jurídicas e às pessoas físicas alcançaram R\$ 1.464 bilhões e R\$ 1.251 bilhões, respectivamente, incrementos anuais, na mesma ordem, de 13,3% e 16,3%. A participação relativa dos bancos públicos no total da carteira de crédito do sistema financeiro elevou-se de 47,9% em 2012 para 51,2% em 2013, contrapondo-se ao desempenho das instituições privadas nacionais e estrangeiras, cujas participações recuaram 2,5 p.p. e 0,8 p.p., para 33,2% e 15,5%, respectivamente.

Tabela 3 – Crédito por Origem de Recursos

(Acumulado em 12 meses; R\$ bilhões)

Discriminação	dez/12	jun/13	dez/13	jun/14	Variações (%)	
					jun/14 ante jun/13	jun/14 ante dez/13
Total	2.368,3	2.531,6	2.715,4	2.830,0	11,8	4,2
Recursos Livres	1.399,1	1.444,9	1.508,5	1.523,8	5,5	1,0
Recursos Direcionados	969,2	1.086,6	1.206,9	1.306,2	20,2	8,2
BNDES	475,9	510,8	551,5	573,7	12,3	4,0
Participação %						
Total/PIB	53,92	55,02	56,05	56,3		
Rec. Livres/PIB	31,86	31,40	31,14	30,3		
Rec. Direcionados/PIB	22,07	23,61	24,91	26,0		
BNDES/PIB	10,8	11,1	11,4	11,4		

Fonte: BCB.

Elaboração: ASSEC/MP.

A moderação do crescimento das operações de crédito do SFN em 2013 refletiu a desaceleração no crédito com recursos livres, em decorrência, entre outros, do menor dinamismo dos empréstimos voltados para o consumo. As operações com recursos direcionados ampliaram-se nos principais segmentos, influenciadas pela demanda por investimentos das empresas e famílias, destacando-se, comparativamente ao ano anterior, a aceleração do crédito rural e a manutenção do ritmo de crescimento dos financiamentos imobiliários e com recursos do BNDES.

Ao longo de 2013, o mercado de crédito apresentou aumento das taxas de juros, em especial a partir de meados do ano, em consonância com a trajetória da política monetária, acompanhado de redução dos spreads, elevação de prazos das concessões e recuo consistente da inadimplência, cujos índices alcançaram patamares mínimos da série histórica, iniciada em março de 2011. O comprometimento de renda das famílias com o serviço das dívidas bancárias alcançou 21,6% em dezembro de 2013, comparativamente a 21,8% no ano anterior.

A taxa média de juros das operações de crédito, computadas as operações com recursos livres e direcionados, aumentou 1,7 p.p. no ano, ao situar-se em 19,7% a.a. em dezembro de 2013, com o custo médio do crédito concedido a famílias e empresas situando-se em 25,6% a.a. e 15,1% a.a., respectivamente. O spread bancário atingiu 11,1 p.p., após registrar diminuição anual de 0,4 p.p. A taxa de inadimplência, equivalente às operações com atrasos superiores a 90 dias, correspondeu a 3% da carteira total de crédito, com declínio anual de 0,7 p.p., registrando-se percentuais de inadimplência das pessoas físicas e jurídicas de 4,4% e 1,8%, respectivamente.

O mercado de crédito apresenta ritmo moderado de crescimento em 2014, com aumento da participação de recursos direcionados, com destaque para as operações de financiamento imobiliário. Ressalte-se que, a partir de agosto de 2013, essa modalidade passou a ser a de

maior relevância na carteira de crédito às famílias, representando 27% desse saldo no final de 2013 e ultrapassando o crédito pessoal, mais destinado ao consumo. As taxas de juros e spreads seguem acompanhando o ciclo da política monetária, registrando elevação em 2014, enquanto os indicadores de inadimplência, após redução observada em 2013, apresentam tendência de estabilidade.

O mercado de câmbio contratado foi deficitário em US\$ 12,3 bilhões em 2013, comparado ao superávit de US\$ 16,8 bilhões em 2012. No primeiro semestre de 2014, o fluxo de contratações cambiais foi superavitário em US\$ 4,1 bilhões ante US\$ 9,5 bilhões em igual período de 2013. Nos seis primeiros meses de 2014, o segmento comercial contribuiu positivamente com US\$ 2,9 bilhões, enquanto o financeiro foi responsável por ingressos líquidos de US\$ 1,3 bilhão. A atuação do Banco Central no mercado de câmbio, em 2013, resultou em vendas líquidas de US\$ 11,5 bilhões, em operações de linha com compromisso de recompra. No primeiro semestre de 2014, o Banco Central recomprou, liquidamente, US\$ 10,0 bilhões relativos a concessões de linhas com recompra realizadas no ano anterior. Após os retornos, o estoque dessas operações passou de US\$ 17,0 bilhões, em dezembro de 2013, para US\$ 7,0 bilhões, em junho de 2014. Adicionalmente, a Autoridade Monetária, desde junho de 2013, retomou as colocações de swap cambial, nas quais assume posição passiva em variação cambial e ativa em taxa de juros doméstica. Em fins de junho de 2014, essa posição atingiu US\$ 89,9 bilhões. Ressalte-se que o Banco Central anunciou, em junho de 2014, a continuidade do programa de oferta de proteção cambial, via operações de linhas com recompra e swaps cambiais, pelo menos até dezembro do mesmo ano.

Assim sendo, a evolução da conjuntura econômica interna e externa deverá orientar decisões futuras de política monetária, com vistas a assegurar a convergência da inflação para a trajetória de metas.

PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2014 E 2015

As políticas econômicas implementadas nos últimos anos, particularmente as consolidadas nos programas de investimento público e de incentivo ao investimento privado, assim como os dados sobre a economia brasileira, disponíveis até o mês de junho de 2014, permitem que se projete uma evolução positiva para os principais indicadores macroeconômicos do País para 2014 e criam base sólida para a sua continuidade em 2015. As projeções dos principais indicadores pressupõem, ainda, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais, uma gradual recuperação do cenário internacional, sem riscos de ruptura, e elevação paulatina na produção mundial. Tais condições pressupõem um ritmo maior de crescimento do PIB nas economias emergentes em relação às desenvolvidas.

Com base nesse cenário, a proposta orçamentária para o exercício de 2015 adota os seguintes parâmetros (Tabela 4):

Tabela 4 – Projeção das Variáveis Macroeconômicas

Discriminação	Observado	Projeção¹	LDO	Projeção¹
	2013	2014	2015	2015
PIB: Variação % anual	2,5	1,8	3,0	3,0
IPCA: Variação % acumulada no ano	5,9	6,2	5,0	5,0
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	2,2	2,3	2,5	2,5
Taxa SELIC (% ao ano): média anual	8,2	10,9	10,7	10,9

Fonte: SPE/MF.

Elaboração: ASSEC/MP.

Nota: ¹Projeções para 2014 e 2015, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração do PLOA.

Para 2014, a variação esperada do produto interno é positiva (1,8%), com manutenção do crescimento em nível mais moderado, refletindo o impacto do conturbado quadro internacional. A capacidade produtiva disponível, resultado da expansão dos investimentos nos últimos anos, e a demanda interna robusta, com ampliação do mercado consumidor do País, decorrente do aumento do rendimento real e da disponibilidade de crédito, permitirão que se eleve a taxa de crescimento real do PIB em 2015, estimada em 3,0%, mais próxima da taxa pré-crise internacional.

A taxa de inflação deverá realizar trajetória de convergência gradual em direção à meta fixada pelo CMN ao longo de 2015. A definição atual desse colegiado prevê a meta de 4,5% anuais, com um intervalo de 2 pontos percentuais para cima e para baixo. Apesar da perspectiva de fluxo de capital positivo para o País em volume mais do que suficiente para financiar o déficit em conta-corrente, a taxa de câmbio tende a ser afetada também por outros fatores. É o caso, por exemplo, da perspectiva de retirada dos estímulos monetários da economia dos EUA e de um menor crescimento do PIB da China. A previsão para a taxa de juros, no entanto, considera que a política monetária mais restritiva, que o Governo foi obrigado a adotar entre meados de 2013 e abril de 2014, bem como as medidas para elevar a competitividade do setor produtivo e proporcionar ambiente favorável ao consumo, em especial de produtos nacionais, criaram as condições necessárias para que o País retome o crescimento sustentado em 2015, sem que sejam geradas as indesejáveis pressões inflacionárias.

GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2014 E 2015

Apesar do contexto internacional de dificuldades, os fundamentos macroeconômicos do País têm permitido enfrentar a crise global e seus desdobramentos recentes.

A gestão da política fiscal dos últimos anos tem apresentado papel essencial nesse enfrentamento, pois, além de ter gerado superávits primários que possibilitaram a manutenção da dívida pública líquida perto dos patamares mínimos da série histórica, também permitiu a ampliação de investimentos cruciais para o desenvolvimento econômico e social e para as desonerações tributárias, voltadas para o investimento e para a produção.

A ampliação dos gastos sociais em conjunto com a política de valorização real do salário mínimo melhorou a vida dos mais pobres e criou um círculo virtuoso de crescimento com geração de emprego formal e ampliação da renda. Ao mesmo tempo, despesas de pessoal, custeio administrativo e juros continuam sob controle, o que propicia melhor qualidade dos resultados fiscais.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) reduziu de 35,3% do PIB em 2012 para 33,6% do PIB em 2013, alcançando o menor valor da série histórica, e manteve-se próximo desse patamar nos primeiros meses de 2014. Já a Dívida Bruta do Governo Geral recuou de 58,8% do PIB em dezembro de 2012 para 56,8% do PIB ao final de 2013.

O superávit primário do setor público consolidado somou R\$ 91,3 bilhões em 2013 (1,9% do PIB) e o do Governo Central somou R\$ 75,3 bilhões (1,55% do PIB). Considerando que a meta cheia do Governo Central prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 2013 era de R\$ 108,1 bilhões, e havia a possibilidade de abater até R\$ 65,2 bilhões relativos ao PAC e às desonerações tributárias, verificou-se que o resultado do Governo Central ficou dentro da meta estipulada.

Para 2014, a LDO fixou a meta de resultado primário do Governo Central em R\$ 116,1 bilhões, o que equivalia a 2,15% do PIB projetado para o ano, com a possibilidade de se abater até R\$ 67,0 bilhões em face da realização de investimentos prioritários e desonerações tributárias.

Dessa forma, a política fiscal adotada concilia o compromisso da solidez fiscal com a manutenção dos programas sociais e dos investimentos públicos do Governo Central e das estatais federais, o que cria a base sólida para o crescimento sustentado, atacando gargalos existentes e fomentando o mercado interno.

Os Investimentos públicos e privados apresentam participação cada vez mais relevante na composição do crescimento econômico, graças aos frutos do PAC, ao recente programa de concessões na área de infraestrutura (PIL), às oportunidades da exploração do Pré-Sal e aos projetos de mobilidade urbana. Com eles, melhoraram-se as condições de crescimento equilibrado de longo prazo ao ampliar a capacidade de oferta, reduzir os custos de produção e elevar a produtividade total da economia.

Os programas sociais também são instrumentos essenciais, pois ao mesmo tempo em que melhoram a qualificação educacional e as condições de saúde, reduzem as desigualdades e incluem parcela da população no mercado consumidor, ou seja, combatem a pobreza e ampliam a demanda efetiva no curto prazo, e lançam as bases para o desenvolvimento futuro, por meio da elevação na escolarização e na melhora da saúde da população.

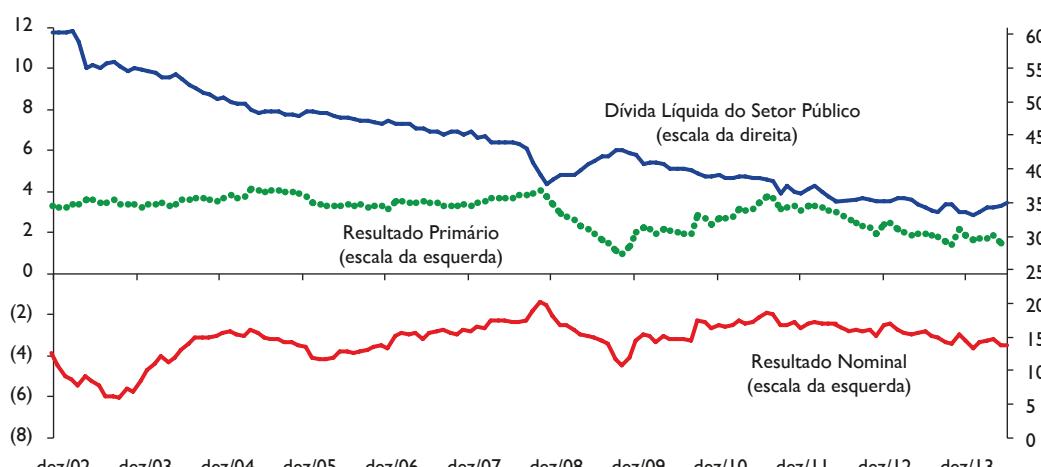
A POLÍTICA FISCAL DOS ÚLTIMOS ANOS

A política fiscal tem como objetivo a gestão equilibrada dos recursos públicos a fim de assegurar o crescimento sustentável da economia. A dívida líquida do setor público como proporção do PIB (DLSP/PIB) apresenta uma tendência de queda desde 2003, com exceção do crescimento ocorrido entre dezembro de 2008 e outubro de 2009, como consequência das medidas anticíclicas de combate à crise internacional.

Assim, comparando-se o indicador da DLSP/PIB de junho de 2014 (34,9%) com o verificado em dezembro de 2002 (60,4% do PIB), verifica-se uma redução de 25,5 p.p. Tal redução decorreu de superávits primários médios superiores a 3,0% do PIB ao ano e da redução da parcela de juros líquidos devidos sobre a dívida pública, que passou de 9,6% do PIB, em agosto de 2003, para 5,0% do PIB, em junho de 2014.

Gráfico I - Dívida Líquida do Setor Público – DLSP, Resultado Primário e Nominal, de 2002 a 2014¹

(% do PIB - fluxos acumulados em 12 meses)



Fonte: BCB.

Elaboração: ASSEC/MP.

Nota:¹Os dados observados excluem Petrobras e Eletrobras. Dados observados até junho de 2014.

O cenário externo não tem contribuído para o crescimento da economia brasileira e, consequentemente, algumas medidas de política fiscal foram adotadas ao longo dos últimos anos de forma a amenizar os efeitos da crise internacional sobre a economia doméstica. Com isso, a média do superávit primário do setor público entre o período de 2009-2013 caiu para 2,4% do PIB, mas é ainda suficiente para manter a sustentabilidade fiscal.

Para 2015, o PLDO enviado pelo Governo ao Congresso prevê meta de superávit primário de R\$ 143,3 bilhões para 2015, o que corresponde a 2,5% da estimativa do PIB para aquele ano, sendo que o Governo garantirá ao menos R\$ 114,7 bilhões, o equivalente a 2% do PIB.

Considerando-se as estimativas para os resultados primários de 2014 e 2015, projeta-se que a DLSP/PIB será reduzida levemente de 33,6% ao final de 2013 para 32,9% ao final de 2015. (Tabela 5). O déficit nominal deve seguir trajetória de queda, passando de 3,3% em 2013 para 2,6% em 2015.

Tabela 5 – Projeção dos Principais Resultados Fiscais
(% do PIB)

	Observado 2013	2014	2015
Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro	1,9	1,9	2,0
Dívida Líquida do Setor Público	33,6	33,6	32,9
Resultado Nominal do Setor Público	-3,3	-3,1	-2,6

Fonte: MF; BCB.
Elaboração:ASSEC/MP.

A GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no Plano Anual de Financiamento (PAF) 2013, a estratégia de atuação do Tesouro Nacional no mercado doméstico para aquele ano seguiu as seguintes diretrizes para os títulos emitidos:

- a) Títulos prefixados: aumento na participação de Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F) no estoque total da dívida pública federal: emissões de LTN como *benchmarks* de curto e médio prazos (com prazos de referência variando de seis meses a quatro anos). Os *benchmarks* prefixados de longo prazo foram representados por duas NTN-F, com prazos de referência de cinco e dez anos;
- b) Títulos remunerados por índices de preços: aumento na participação da NTN-B no estoque total da dívida pública federal, por meio da emissão de lotes distribuídos em dois grupos, de acordo com o prazo dos títulos. O Grupo I foi composto de dois títulos com prazos de até dez anos e o Grupo II contemplava três vencimentos com prazos mais longos; e
- c) Títulos indexados à taxa Selic (Letras Financeiras do Tesouro – LFT): foi mantida a oferta de apenas um prazo de LFT em cada leilão mensal, com vencimento nos meses de março e setembro e prazo médio de emissão superior ao do estoque da Dívida Pública Federal (DPF).

É importante ressaltar que os títulos prefixados aumentam a previsibilidade dos custos e dos fluxos de pagamento, enquanto os títulos remunerados por índices de preços oferecem proteção às finanças públicas, bem como alinham os objetivos das políticas fiscal e monetária.

Os títulos indexados a juros flutuantes e os denominados em moeda externa, entretanto, estão sujeitos à maior volatilidade, adicionando imprevisibilidade à trajetória da dívida.

Sobre os títulos indexados à taxa flutuante (compostos em quase sua totalidade por títulos remunerados pela taxa Selic), o Tesouro Nacional deu continuidade à política de redução de sua participação no estoque da dívida, na direção de quebrar a cultura de indexação à taxa de juros *overnight* em diversos segmentos da indústria financeira.

Como reflexo dessa atuação, o estoque da **Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi)**, registrou aumento de R\$ 111,4 bilhões ao longo de 2013, principalmente devido à apropriação de juros no período (R\$ 195,1 bilhões), que mais que compensou o resgate líquido ocorrido (R\$ 145,4 bilhões). Impactaram também nesse resultado as emissões diretas, no montante total de R\$ 61,7 bilhões, compreendendo principalmente as operações realizadas em favor dos bancos públicos (BNDES e Caixa Econômica Federal), e as referentes aos aportes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em relação à **Dívida Pública Federal externa (DPFe)**, a estratégia do PAF 2013 se apoiou nas seguintes diretrizes:

- a) Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) nas estruturas a termo de taxa de juros;
- b) Manutenção do programa de resgate antecipado (*buyback*) para títulos denominados em dólares (USD), euros (EUR) e reais (BRL);
- c) Possibilidade de realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa; e
- d) Acompanhamento da Dívida Contratual Externa, em busca de alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

Como resultado, a **DPFe** apresentou acréscimo de 3,7% em reais, passando de R\$ 91,3 bilhões para R\$ 94,7 bilhões, em 2013. Em dólares, porém, esse passivo apresentou declínio de 9,5%, passando de US\$ 44,7 bilhões ao final de 2012 para US\$ 40,4 bilhões em 2013. Com uma estratégia que privilegia atuações de cunho mais qualitativo no mercado externo, a variação registrada em reais é consequência de emissão líquida no período, no montante de R\$ 880,4 milhões, somada à apropriação de juros, que agregou mais R\$ 22,9 bilhões ao estoque. Em contrapartida, vale mencionar o efeito do programa de resgate antecipado e da operação de gerenciamento de passivos, que, juntos, retiraram R\$ 10,1 bilhões em títulos da DPFe de circulação, bem como o pré-pagamento de dívida contratual externa no valor de R\$ 5,6 bilhões.

O resgate antecipado dos títulos da dívida externa reduz a volatilidade no serviço da DPF, diminuindo seu risco de refinanciamento, e melhora o perfil da curva, pela retirada dos títulos que não refletem adequadamente o custo atual de financiamento da dívida externa. Em 2013, o resultado desse programa foi o resgate antecipado, em valor de face, de US\$ 3,27 bilhões em títulos denominados em dólares, montante equivalente a US\$ 4,57 bilhões em valor financeiro.

Em 2013, o Tesouro Nacional efetuou duas ofertas públicas de títulos em dólares para o prazo de referência de dez anos. A primeira, em maio de 2013, correspondeu à reabertura do título Global 2023, no valor de US\$ 800 milhões, sendo US\$ 750 milhões nos mercados europeu e norte-americano, e US\$ 50 milhões no mercado asiático. O título foi emitido a uma taxa de 2,75% a.a., apenas 0,98 pontos percentuais acima do título do Tesouro americano, com vencimento em fevereiro de 2023, menor diferença da história para esse tipo de emissão. A segunda emissão externa, ocorrida em outubro de 2013, fez parte de uma operação de gerenciamento de passivo externo, que também retirou do mercado alguns papéis mais antigos. O título emitido foi o Global 2025, novo ponto de referência de dez anos da curva em dólares, cuja abertura proporcionou ao investidor uma taxa de retorno de 4,305% a.a., equivalente a um prêmio de 180 pontos-base sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. A emissão atingiu um volume total de US\$ 3,25 bilhões. Considerando os eventos acima citados, o estoque da **Dívida Pública Federal (DPF)**, que corresponde à soma da **DPMFi** e da **DPFe**, encerrou o ano de 2013 em R\$ 2.122,8 bilhões, com um aumento de 5,7% em relação ao ano anterior e dentro dos limites previstos no PAF 2013.

O PLANEJAMENTO PARA 2014

A evolução dos indicadores da **DPF**, que corresponde à soma da **DPMFi** e da **DPFe**, ao longo dos últimos anos, está apresentada na tabela abaixo.

Tabela 6 – Resultados e Projeções – Dívida Pública Federal

Indicadores	dez/02	dez/11	dez/12	dez/13	PAF-2014	
					Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bi)	893,3	1.866,40	2.008,00	2.122,80	2.170,00	2.320,00
Composição do Estoque da DPF						
Prefixado (%)	1,5	37,2	40,0	42,0	40,0	44,0
Índice de Preços (%)	8,8	28,3	33,9	34,5	33,0	37,0
Taxa Flutuante (%)	42,4	30,1	21,7	19,1	14,0	19,0
Câmbio (%)	45,8	4,4	4,4	4,3	3,0	5,0
Estrutura de Vencimentos						
Prazo Médio (anos)	3,6	3,6	4,0	4,2	4,3	4,5
% vincendo em 12 meses	34,6	21,9	24,4	24,8	21,0	25,0

Fonte: STN/MF.

O **PAF para 2014** aponta para os parâmetros que o Tesouro Nacional espera atingir quanto à estrutura e à composição da DPF, conforme resumido na Tabela 6. Tendo em vista o objetivo de minimização de custos e manutenção de níveis prudentes de risco, as diretrizes de longo prazo do Tesouro Nacional continuarão as seguintes:

- substituir gradualmente os títulos indexados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;

- suavizar a estrutura de vencimentos;
- aumentar o prazo médio do estoque;
- desenvolver a estrutura a termo de taxas de juros nos mercados interno e externo;
- aumentar a liquidez dos títulos públicos;
- ampliar a base de investidores; e
- aperfeiçoar o perfil da Dívida Pública Federal externa (DPFe), por meio de emissões de títulos com prazos de referência (*benchmark*), programa de resgate antecipado e operações estruturadas.

Ressalta-se que atenção especial deverá ser dada ao alongamento do prazo médio da dívida, à introdução de vésperas mais longos, e à suavização do perfil de vencimentos, fatores que permitirão a continuidade da redução do risco de refinanciamento.

Espera-se, ao final de 2014, que o estoque da DPF situe-se entre R\$ 2,17 trilhões e 2,32 trilhões, após alcançar R\$ 2,12 trilhões em dezembro de 2013.

Em relação ao **Tesouro Direto**, programa que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas, pela internet, o Tesouro Nacional tem buscado sua ampliação. O Programa terminou o ano de 2013 com 378.267 investidores cadastrados e estoque de R\$ 11,39 bilhões (crescimento de 18,8% em relação ao estoque do final do ano anterior, que era de R\$ 9,58 bilhões). Desde a sua criação, em 2002, o Programa tem colaborado consideravelmente para a democratização da formação de poupança da sociedade brasileira, principalmente a de longo prazo, sob a forma de títulos públicos.



II – DESAFIOS PARA 2015

- ▶ **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**
- ▶ **Programa de Investimentos em Logística**
- ▶ **Reforma Agrária**
- ▶ **Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**
- ▶ **Programa Mais Médicos**
- ▶ **Plano Brasil Sem Miséria**
- ▶ **Segurança Pública**

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

No exercício de 2015, o PAC promoverá investimentos em diversos setores da economia e destinará recursos a projetos e obras que visam ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Os empreendimentos do PAC constituem importante instrumento para o crescimento nacional e o resgate da cidadania, a partir da concessão de financiamentos e de investimentos oriundos dos setores público e privado, agrupados em seis eixos. A Tabela 7 detalha o volume de recursos federais relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social previstos para o exercício de 2015:

Tabela 7 - Recursos destinados ao PAC, estruturado por eixos, 2015

(Contempla somente recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)
R\$ milhões

PAC	Valor
Eixo Transportes	17.595
Eixo Minha Casa, Minha Vida	19.338
Eixo Comunidade Cidadã	9.540
Eixo Cidade Melhor	7.957
Eixo Água e Luz para Todos	4.671
Eixo Energia	197
Defesa	5.374
Total dos Eixos e Defesa (A)	64.671
Despesas com GAP (B)	311
Total (A+B)	64.982

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

Os investimentos em infraestrutura, principalmente os relativos ao eixo **Transportes**, que abrange os modais rodoviário, ferroviário, aeroportuário, portuário e hidroviário, são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil e permanecem como prioridade do Governo para redução dos custos logísticos, garantia do escoamento da produção, melhoria da competitividade dos produtos nacionais, tanto no mercado interno quanto no externo, apoio à indústria do turismo e promoção da integração das diversas regiões, dinamizando a economia e facilitando a circulação da população. Para o setor estão previstos investimentos da ordem de R\$ 17,6 bilhões.

Os investimentos em rodovias têm papel importante tanto para o transporte de bens e pessoas quanto para a integração, visam aumentar a cobertura geográfica das rodovias, por meio de construções e pavimentações, manter em condições adequadas os trechos que se encontram pavimentados, bem como melhorar e ampliar as condições de rodagem e segurança dos usuários, por meio da manutenção e operação da malha rodoviária federal.

Também no setor rodoviário, serão destinados recursos para execução de estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes, com vistas a assegurar o seu desenvolvimento e atender às exigências estabelecidas em lei, e para ações voltadas à segurança nas estradas, mediante controle de pesagem e de velocidade de veículos, de forma a evitar a deterioração precoce das rodovias federais, causada pelo tráfego de veículos com excesso de peso, e reduzir acidentes em rodovias federais.

Em relação ao transporte ferroviário, que contará com o montante de R\$ 2,5 bilhões para 2015, o Governo Federal tem focado no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção, promovendo a interação com o sistema portuário, com o objetivo de otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos. Destaca-se a construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS), e da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL).

No que se refere ao modal aeroportuário, a aviação brasileira tem apresentado expressivo crescimento, acompanhando o desenvolvimento da economia, o que impõe a necessidade de assegurar confiabilidade e segurança, minimizando riscos de acidentes e gargalos operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal destinará, em 2015, cerca de R\$ 2,4 bilhões, para modernizar e expandir a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação dos aeroportos, a segurança e o conforto de passageiros. No tocante aos aeroportos públicos regionais, o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, lançado em 2012, prevê investimentos em construções, reformas e ampliações.

A atividade portuária, além de crucial para o equilíbrio da balança comercial, é uma das principais indutoras de desenvolvimento do País. Os empreendimentos priorizam a manutenção, a recuperação e a ampliação da infraestrutura; a construção e a ampliação de berços; o reforço estrutural de cais; o melhoramento da gestão dos portos e do controle do tráfego de navios; a adequação de profundidade, por meio do Plano Nacional de Dragagem (PND II), que integra o Programa de Investimento em Logística (PIL); a recuperação de molhes de canal de acesso; e a ampliação da eficiência logística. Essas ações aumentarão a competitividade dos produtos nacionais e da produtividade operacional e, com isso, dinamizarão a economia e reduzirão o “Custo Brasil”.

No setor hidroviário, estão em andamento estudos, projetos e obras que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País e de contribuir para a expansão do comércio exterior.

O eixo **Minha Casa, Minha Vida** tem como objetivo reduzir o déficit habitacional no Brasil por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as voltadas ao atendimento da população de baixa renda, de forma a assegurar o acesso à moradia digna a milhares de brasileiros. A primeira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançada em 2009 e a segunda, em 2011, tendo por meta a contratação, até 2014, de um total de 3,75 milhões de unidades habitacionais. Para 2015 estão previstos recursos na ordem de R\$ 19,3 bilhões, sendo R\$ 18,7 bilhões para o PMCMV e R\$ 658,1 milhões para a urbanização de assentamentos precários.

Visando assegurar melhor qualidade de vida à população, o Governo Federal continuará investindo no eixo **Comunidade Cidadã**, que engloba as áreas de educação, saúde, cultura e esporte. O volume de recursos previstos para o eixo é da ordem de R\$ 9,5 bilhões. Os investimentos do PAC na área de educação contam com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), cujo objetivo é adquirir equipamentos e garantir a construção de creches e pré-escolas públicas no País. Em 2015, os investimentos para este fim serão da ordem de R\$ 3,9 bilhões.

O Programa Caminho da Escola objetiva adquirir veículos padronizados para o transporte escolar, inclusive acessórios de segurança e apoio às atividades inerentes à certificação desses veículos, com o intuito de garantir qualidade e segurança no deslocamento dos estudantes matriculados na educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, prioritariamente da zona rural. Além disso, por meio do Programa são adquiridos ônibus acessíveis para transporte urbano de estudantes com deficiência. A meta é assegurar o acesso e a permanência nas escolas; reduzir a evasão escolar; renovar a frota de veículos escolares das redes públicas de educação básica e reduzir o preço de aquisição. Em 2015 objetiva-se a aquisição de cerca de 2 mil ônibus e 300 lanchas escolares.

Serão desenvolvidas, ainda, ações que visam ao apoio técnico, material e financeiro para construção, ampliação, reforma, adequação e adaptação de espaços escolares, aquisição de mobiliário e equipamentos para a educação básica, inclusive o sistema Universidade Aberta do Brasil, garantindo acessibilidade e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica e educação integral. A proposta é investir R\$ 1,6 bilhão no apoio à infraestrutura da educação básica.

O Programa de Construção e Cobertura de Quadras Esportivas Escolares, por sua vez, tem o objetivo de melhorar a estrutura física para a realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta é atender a 12.116 escolas até 2015, sendo 7.116 com a construção de novas quadras cobertas e 5.000 com a cobertura de quadras já existentes. O investimento total será de R\$ 1,0 bilhão.

No âmbito do Ministério da Saúde, em 2015 serão destinados recursos para a construção e ampliação de 13.089 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 80 Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Quando devidamente estruturadas e em pleno funcionamento, as UBS possibilitam o atendimento das demandas primárias da comunidade em atendimento de saúde e a melhor organização e funcionamento dos serviços de média e alta complexidade. As UPA oferecem estrutura simplificada, contando com equipamentos de raio x, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação, onde os médicos prestam socorro imediato e analisam a necessidade de encaminhar o paciente até um hospital ou mantê-lo em observação por 24 horas, possibilitando a redução nas filas nos prontos-socorros das unidades hospitalares.

No que se refere ao setor de esporte, os investimentos em 2015 serão ampliados com a implantação de 53 Centros de Iniciação ao Esporte. Trata-se de equipamentos públicos qualificados, voltados ao esporte de alto rendimento, cujo objetivo é estimular a formação de atletas em áreas urbanas de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.

Com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, será investido R\$ 1,3 bilhão com a implantação de infraestruturas esportivas, tais como a construção do Parque Olímpico da Barra e do Centro Olímpico de Deodoro, entre outros.

Ainda no que concerne ao eixo Comunidade Cidadã do PAC, destaca-se o projeto Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas. Seu objetivo é planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo pactuado, prioritariamente, por meio de acordos de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

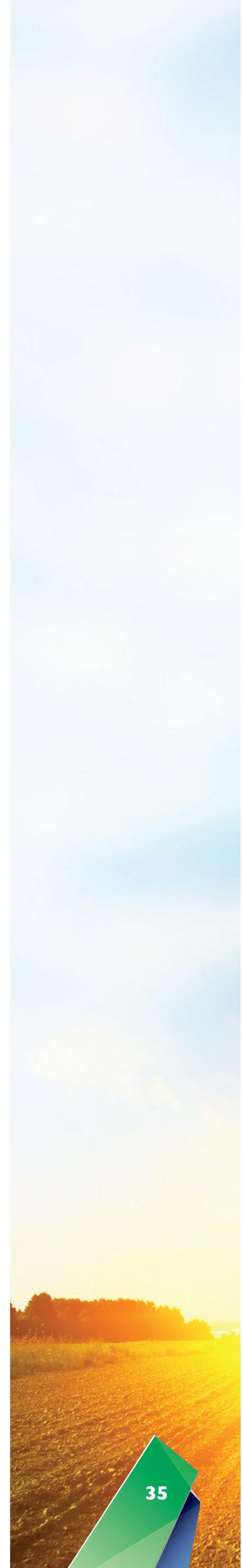
O eixo **Cidade Melhor** promove investimentos na ordem de R\$ 7,9 bilhões, fundamentais à oferta de serviços e infraestrutura social à população das cidades brasileiras, com vistas à prevenção de tragédias provocadas por desastres naturais em áreas de risco, cujas obras são realizadas em parceria com Estados e Municípios, à universalização dos serviços de saneamento e à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade nos principais centros urbanos do País.

Com o objetivo de proteger a população de deslizamentos, inundações e outros riscos naturais, serão realizadas ações de prevenção em áreas de risco, tais como construção de reservatórios de amortecimento e execução de obras de dragagem, retificação e canalização de rios, implantação e/ou ampliação dos sistemas de manejo de águas pluviais, obras de contenção de encostas e implantação de infraestruturas hídricas, em especial barragens, adutoras, canais e estruturas associadas.

As intervenções de saneamento visam melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos, mediante oferta de ambientes mais salubres, observadas as compatibilidades com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, para 2015, mais famílias serão beneficiadas com o desenvolvimento de projetos relativos a esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água, gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta de lixo e disposição de resíduos sólidos) e ações de saneamento integrado, a serem desenvolvidos pelo Ministério das Cidades.

No âmbito da Fundação Nacional de Saúde, o PAC prevê ações de saneamento para implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride), com maior foco em prevenção de doenças e agravos.

Em relação à mobilidade urbana no Brasil, o Governo Federal apoiará a implementação de projetos estruturantes para melhoria da qualidade do transporte público e redução do tempo de deslocamento das pessoas nos centros urbanos mais populosos. Os investimentos totalizam R\$ 4,1 bilhões e destinam-se, sobretudo, a modos de transporte de alta capacidade, caso dos empreendimentos de transporte sobre trilhos, como metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), monotrilho e trem urbano, e dos empreendimentos que priorizam o transporte coletivo sobre pneus, como *Bus Rapid Transit* (BRT), *Bus Rapid Service* (BRS) e corredor exclusivo de ônibus. Outras intervenções, como terminais de integração



e corredores fluviais, que complementam o sistema de transporte urbano e facilitam o tráfego dos cidadãos, também estão previstas.

Ainda com relação a este eixo, visando à segurança da transmissão e do armazenamento de dados digitais, o Governo Federal estará apoiando o desenvolvimento, pela Telebrás, do Satélite Geoestacionário de Comunicação e Defesa, com recursos dos Ministérios das Comunicações e da Defesa na ordem de R\$ 748,7 milhões.

Cabe destacar os investimentos previstos para a instalação de cabo submarino que ligará o Brasil à Europa, com o objetivo de suprir as demandas por tráfego internacional, tanto da Telebrás, como das redes acadêmicas da América do Sul e Europa, além de atender a crescente demanda de empresas e instituições públicas e privadas por conexão direta entre os dois continentes. Destacam-se também os investimentos de R\$ 500,0 milhões para a infraestrutura de telecomunicações, na construção de redes metropolitanas de fibras ópticas, ampliação do atual *backbone* da Telebrás e aquisição de equipamentos de rede, o que também contribuirá para a implementação do Plano Nacional de Banda Larga e a expansão da internet em todo território nacional.

O eixo **Água e Luz para Todos**, que totaliza R\$ 4,7 bilhões, desenvolve as atividades econômicas e expande o abastecimento de água para consumo humano em áreas urbanas e rurais, realizando obras que contribuem para o aumento da produção, cobertura e regularidade da oferta de água. Para tanto, serão executadas obras necessárias à implementação de perímetros de irrigação, à construção, recuperação e manutenção de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água e à integração e revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Ressalta-se que estão previstos R\$ 800,0 milhões para a construção de 98.764 cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água, inclusive integrantes do Plano Brasil Sem Miséria.

Adicionalmente, o Governo Federal desenvolverá iniciativas com vistas a aumentar a oferta de água em áreas urbanas, mediante a ampliação dos sistemas de abastecimento. Para tanto, estão previstas ações de apoio às intervenções na infraestrutura de abastecimento, desde a captação até as ligações domiciliares, e de promoção de tecnologias apropriadas.

No eixo **Energia**, essencial para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social do País, serão realizados mapeamentos voltados à mineração e à prospecção de petróleo e gás natural, com vistas a atrair capitais privados para as diversas regiões brasileiras e gerar divisas para o País.

Em 2015, além dos eixos já explicitados, o Governo Federal alocará recursos do PAC para o desenvolvimento de diversas ações na área de **Defesa**, no montante de R\$ 5,4 bilhões.

A aquisição de 9 helicópteros franceses de médio porte (HX-BR), os quais estão sendo construídos na cidade mineira de Itajubá, com transferência de tecnologia, tem permitido a geração de empregos e capacitação da indústria nacional na construção de aeronaves de asas rotativas de emprego militar, com possibilidade também de uso civil.

O desenvolvimento da aeronave KC-X, de emprego militar, pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) em parceria com o Ministério da Defesa (MD), por meio do Comando da Aeronáutica, permitirá suprir a necessidade de aeronaves de transporte militar, além de possibilitar a inserção dessa empresa brasileira no mercado internacional, com potencial de venda, nos próximos dez anos, de cerca de 250 unidades. Seu desenvolvimento ocorre em fábrica no Estado de São Paulo, permitindo, além da geração de empregos, o domínio de tecnologia que poderá ser utilizada, também, em aeronaves civis. Será iniciada, em 2015, a aquisição de 28 dessas aeronaves, que, além de atender à necessidade da Força Aérea Brasileira, possibilitará uma linha de produção que assegure sua visibilidade no mercado internacional.

Para dotar o País de aeronaves de proteção territorial, está prevista a aquisição de 36 caças Gripen da Suécia, em substituição aos antigos e já desativados Mirages, cujo projeto, com início previsto para 2015, permitirá ao País a absorção de tecnologia para fabricação de aeronaves de última geração. A etapa inicial conta com recursos da ordem de R\$ 1,0 bilhão.

É sabido que a tecnologia nuclear não é compartilhada internacionalmente, cabendo a cada país desenvolvê-la com vistas a alcançar um patamar de acesso a uma fonte energética estratégica. Nesse escopo, o Programa Nuclear da Marinha (PNM) tem sido pioneiro no desenvolvimento da tecnologia do ciclo do combustível nuclear, que agora está sendo utilizada na construção do reator do primeiro submarino nuclear brasileiro. Esse Programa tem possibilitado agregar conhecimento que permitirá, também, a construção de geradores que poderão atuar no fornecimento energético às diversas demandas do País, além de criar a independência em relação a um conhecimento sensível, o qual tem acarretado número significativo de empregos de alto conhecimento tecnológico, preservando a capacidade tecnológica no País.

O Comando da Marinha dará continuidade ao desenvolvimento, junto com o Programa Nuclear, do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), em parceria com a França, que proporcionará o projeto e a construção do submarino nuclear e a construção de mais quatro submarinos convencionais. O projeto encontra-se a pleno vapor, com a construção do estaleiro e da base naval para submarinos, no Estado do Rio de Janeiro. O PROSUB, com recursos da ordem de R\$ 1,77 bilhão para 2015, permitirá, além da geração de empregos no País, o conhecimento da tecnologia envolvendo o projeto e a construção do submarino nuclear por técnicos brasileiros, tornando-os aptos à continuidade de novos projetos envolvendo a tecnologia nuclear.

No âmbito do Comando do Exército, permitirá a continuidade da implantação do Sistema Integrado de Fronteiras – SISFRON, para o qual estão destinados R\$ 285,0 milhões, no intuito de viabilizar as ações de vigilância das fronteiras terrestres sob a responsabilidade das Forças Armadas. A aquisição dos Blindados Guarani, produzidos pela indústria nacional, dotará a Força Terrestre de capacidade de emprego em situações críticas, estando previstos R\$ 200,0 milhões, para a continuidade da linha de produção. O projeto ASTROS 2020, com R\$ 90,6 milhões, também desenvolvido pela indústria nacional, ampliará a capacidade de defesa terrestre, dotando o País de capacidade tecnológica na produção de modernos sistemas de defesa de longo alcance terra – terra.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA

O Programa de Investimentos em Logística (PIL), criado pelo Governo Federal em agosto de 2012, juntou-se ao PAC na tarefa de atacar os gargalos de infraestrutura existentes no País.

O Programa prevê investimentos de mais de R\$ 209 bilhões e foi construído com base em três metas: a) a disponibilização de uma ampla e moderna rede de infraestrutura; b) a obtenção de uma cadeia logística eficiente e competitiva; e c) a modicidade tarifária. Destaca-se a meta de aumentar a integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, assim como a articulação destes modais com as cadeias produtivas.

No modal de rodovias, o PIL prevê a concessão para a iniciativa privada de 7,5 mil quilômetros de rodovias, dos quais 5 mil quilômetros serão duplicados. O investimento será da ordem de R\$ 46 bilhões em mais de 7 mil quilômetros de rodovias. Deste total, R\$ 25,7 bilhões serão investidos nos primeiros cinco anos e os demais ao longo de 20 anos.

Um ponto de destaque dessas concessões é que, primeiro, o usuário recebe os benefícios, com 10% das obras de duplicação concluídas, e, depois, a tarifa de pedágio passa a ser cobrada.

O modelo de concessão prevê que os investimentos em obras (principalmente duplicações) devem ser concluídos nos primeiros cinco anos de contrato. Os bancos públicos podem financiar até 70% dos investimentos, com remuneração de 2,0% ao ano mais TJLP.

Os primeiros resultados do PIL no modal rodoviário já são observados, com a concessão de 6 dos 9 trechos planejados inicialmente, compreendendo um total de 4,9 mil quilômetros concedidos e investimentos previstos de R\$ 33 bilhões. Ressalte-se ainda a preocupação com a modicidade tarifária, observada nos deságios, sempre superiores a 40% (Tabela 8).

Tabela 8 – Lotes Iniciais de Concessão Rodoviária do PIL

Descrição	Extensão (km)	Leilão/Autor. (data)	Ágio ou Deságio (%)	Investimentos Estimados (R\$ milhões)	Prazo (anos)
Rodovias já concedidas					
BR-050- GO/MG	436	set/13	-42,3	3.030	30
BR-163-MT	851	nov/13	-52,0	4.600	30
BR-060/153/262 – DF/GO/MG	1.176	dez/13	-52,0	7.150	30
BR-163-MS	847	dez/13	-52,7	5.800	30
BR-040 – DF/GO/MG	937	dez/13	-61,1	8.100	30
BR-153 - GO/TO	625	mai/14	-45,99	4.313	30
Rodovias que ainda serão concedidas					
BR-26-MG	375,6	-	-	-	-
BR-116-MG	816,7	-	-	-	-
BR-101-BA	772,3	-	-	-	-

Fonte: SEAE/MF.

Esses investimentos em rodovias impulsionarão o crescimento econômico do País. Caberá à Empresa de Planejamento e Logística (EPL) acompanhar a execução do programa de investimentos. Além disso, a empresa assumiu a função de empreendedora para efeito de licenciamento ambiental, com o objetivo de obter as licenças necessárias para as obras de duplicação.

Adicionalmente, o PIL atua de forma coordenada com o PAC, alinhando as primeiras concessões e o planejamento de longo prazo em logística, conforme Figura 1.

Figura 1 – Rodovias Estruturantes



Fonte: EPL.

No modal de ferrovias, o PIL garantirá aplicação de R\$ 91 bilhões na construção e modernização de 11,7 mil quilômetros de linhas férreas.

O novo modelo de concessão trará ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada. Com isso, será possível resgatar o transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio na oferta de serviços e redução de tarifas.

O Governo contrata a construção, a manutenção e a operação da ferrovia, a Valec compra a capacidade integral de transporte da ferrovia e faz a oferta pública, assegurando o direito de passagem dos trens em todas as malhas, buscando a modicidade tarifária.

A venda da capacidade de ferrovias será destinada aos usuários que quiserem transportar carga própria; aos operadores ferroviários independentes; e aos concessionários de transporte ferroviário.

Os 11,7 mil quilômetros de ferrovias foram divididos em dois grupos. O grupo um (1), com 6,2 mil quilômetros de extensão (Ferroanel SP-Tramo Norte, Lucas do Rio Verde-Campinorte, Estrela d'Oeste-Dourados, Rio de Janeiro-Vitória, Anápolis-Corinto, Corinto-Guanambi, Sinop-Miritituba, Sapezal-Porto Velho e Açailândia-Barcarena).

O grupo dois (2), com 5,5 mil quilômetros de extensão (Feira de Santana-Recife, Feira de Santana-Parnamirim, Manoel Vitorino-Candeias, Maracaju-Paranaguá, Panorama-Chapecó, Chapecó-Rio Grande).

A Tabela 9 destaca alguns destes projetos de concessão de ferrovias:

Tabela 9 – Projetos Selecionados do PIL para Ferrovias

Descrição	Extensão (km)	Investimentos Estimados (R\$ milhões)	Fase Atual	Prazo (anos)
Lucas do Rio Verde/MT- Campinorte/GO	883	Em revisão*	Atualização após TCU	35
Açailândia/MA- Barcarena/PA	457	3.190	Est. Prévio + PMI	35
Estrela d'Oeste/SP-Dourados/MS	659	4.150	Est. Prévio + PMI	35

Fonte: SEAE/MF.

Nota: * Estimativa inicial era de R\$ 6,3 bilhões e TCU revisou para R\$ 4,6 bilhões. Em 12 de fevereiro de 2014, o TCU autorizou a publicação do edital sem exigir a redução do Capital Expenditure (Capex) para R\$ 4,6 bilhões.

As ações do PIL no modal aéreo foram lançadas em dezembro de 2012, tendo por objetivo: a) reconstruir a rede de aviação regional; b) ampliar a oferta de transporte aéreo no País; e c) melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária para usuários.

Entre as medidas adotadas para assegurar que os objetivos sejam atingidos, destaca-se:

- Celebração de novas parcerias com o setor privado por meio das concessões dos aeroportos de Galeão e de Confins e da criação da Infraero Serviços em parceria com operador internacional;
- Fortalecimento e ampliação da aviação regional com: a) investimentos na construção de novos aeroportos; b) concessão de subsídio para rotas entre cidades pequenas e médias do interior e destas cidades para as capitais; c) estabelecimento de parcerias com Estados e Municípios; e d) uso de concessão administrativa;
- Aprimoramento regulatório, e.g., distribuição anual dos slots de acordo com critérios de eficiência; e
- Aviação em geral, e.g. regulamentação da autorização para exploração comercial de aeroportos privados dedicados exclusivamente à aviação geral.

Com relação à concessão dos aeroportos de Galeão e de Confins, a licitação foi feita em novembro de 2013 e estima-se investimento de R\$ 9,1 bilhões ao longo do período de concessão, sendo R\$ 5,7 bilhões no Galeão e R\$ 3,4 bilhões em Confins.

A Tabela 10 mostra os aeroportos já concedidos pelo Governo Federal, todos com ágio superior a 60% e com investimentos previstos de R\$ 26,9 bilhões.

Tabela 10 – Aeroportos Concedidos ao Setor Privado

Aeroporto	Data da Licitação	Outorga	Capex
Tom Jobim (Galeão) – RJ	nov/13	R\$ 19,0 bilhões (ágio de 294%)	R\$ 5,7 bilhões
Tancredo Neves (Confins) – MG	nov/13	R\$ 1,8 bilhão (ágio de 66%)	R\$ 3,4 bilhões
Guarulhos – SP	fev/12	R\$ 16,2 bilhões (ágio de 373%)	R\$ 5,3 bilhões
Juscelino Kubitschek – DF	fev/12	R\$ 4,5 bilhões (ágio de 673%)	R\$ 3,1 bilhões
Viracopos – SP	fev/12	R\$ 3,8 bilhões (ágio de 160%)	R\$ 8,8 bilhões
São Gonçalo do Amarante – RN	ago/11	R\$ 0,2 bilhão (ágio de 229%)	R\$ 0,7 bilhão

Fonte: SEAE/MF.

As ações do Programa de Investimento em Logística no modal portuário também foram lançadas em dezembro de 2012 com o objetivo de aumentar a competitividade e o desenvolvimento da economia brasileira por meio do: a) fim das barreiras à entrada; b) estímulo à expansão dos investimentos do setor privado; c) modernização da gestão e da infraestrutura portuária; e d) aumento da movimentação de cargas com redução de custos.

As medidas adotadas para a consecução dos objetivos seguem três linhas de ação: a) retomada da capacidade de planejamento no setor portuário; b) aprimoramento do marco regulatório; e c) realização de novos investimentos.

Entre as atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), com impacto em 2015, estão: a) Plano Safra, com o objetivo de melhorar a eficiência do escoamento da safra agrícola nos portos; b) avaliação do Programa Porto 24 horas; e c) integração do Porto sem Papel ao Siscomex.

No aprimoramento do marco regulatório, destacam-se: a) fim da diferenciação entre carga própria e de terceiros; b) fim da outorga como critério de licitação; c) licitações de arrendamentos em portos organizados e autorizações de terminais de uso privado (TUP); e d) leilão para licitação de concessões e arrendamentos com foco na maior movimentação de carga com a menor tarifa.

Na realização de novos investimentos, enfatiza-se a coordenação com o PAC, responsável por obras de acessos aquaviários e terrestres.

REFORMA AGRÁRIA

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra), vem realizando o trabalho de Reforma Agrária pelo País com foco na implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial.

O Incra apresenta, entre suas prioridades, a fixação de modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial e de apoio financeiro à instalação e de fomento produtivo às famílias assentadas. O destaque é dado à busca da compatibilidade do novo modelo às potencialidades e biomas correspondentes à regionalidade existente no Brasil, buscando a integração espacial dos projetos, além do equacionamento do passivo ambiental, da recuperação da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável dos assentamentos no País.

Ressalta-se que nos últimos seis anos, foram assentadas cerca de 234 mil famílias e a meta para 2015 é assentar 30 mil famílias.

Um ponto de destaque na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que visa à melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento dos sistemas, além de englobar um serviço de educação não formal, de caráter continuado, para esse público, foi a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), por meio da Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, cuja finalidade, entre outras, é promover programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas à inovação tecnológica, especialmente os que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais.

Para o próximo ano, a meta é atender a aproximadamente 287 mil famílias pelo Programa, com a aplicação de cerca de R\$ 355,4 milhões.

Com o objetivo de dar condições para a fixação do agricultor no campo e o desenvolvimento de sua família, esse público conta com o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que já beneficiou 10,6 mil jovens e adultos que vivem no meio rural, só no exercício de 2013 sendo investidos R\$ 108,7 milhões, no período de 2003 a 2013, e para 2015, a meta é alcançar 12 mil alunos, com o orçamento de R\$ 29,2 milhões.

Outro instrumento com a mesma proposta é o Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, que viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Na regularização fundiária serão investidos R\$ 8,5 milhões com a meta de regularizar 17 mil imóveis em 2015.

De um modo geral, o objetivo principal do MDA é criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, de modo a propiciar-lhe o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Dessa forma, serão investidos para o próximo exercício aproximadamente R\$ 201,3 milhões em ações voltadas para a infraestrutura básica visando beneficiar 20,4 mil famílias.

JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

Com a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 haverá um leque significativo de oportunidades para diversos setores da economia. A cadeia produtiva do esporte servirá como alavanca de geração de empregos, negócios e renda. Para tanto, o Ministério do Esporte tem como um de seus objetivos prover condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária à realização dos Jogos na cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, garantir que as duas competições deixem ao Brasil amplo e duradouro legado esportivo.

Entre as principais atribuições do Ministério está a preparação dos atletas brasileiros. As ações de preparação englobam financiamento de competições e treinamento no Brasil e no exterior; contratação de comissões técnicas e equipes multidisciplinares; aquisição de equipamentos e materiais esportivos; bolsas para atletas; procedimentos médico-científicos; controle de dopagem; e construção e reforma de centros de treinamento.

No que tange ao apoio direto aos atletas, destaca-se o Programa Bolsa-Atleta, que, desde seu início, em 2005, já concedeu mais de 24 mil bolsas a atletas que representam o Brasil em competições locais, nacionais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas. Atualmente, são seis as categorias de bolsas oferecidas para atletas de modalidades individuais: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpico/Paraolímpico e a Atleta Pódio (Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011). O benefício atende atletas que tenham obtido bons resultados, independentemente de sua condição econômica e sem necessidade de intermediários, desde que cumpram os requisitos legais, mantenham-se treinando e competindo e alcancem bons resultados nas competições qualificatórias indicadas pelas respectivas confederações. A principal prestação de contas do atleta ao Governo e à sociedade é a obtenção de resultados expressivos nas disputas.

Assim, será dada continuidade ao Plano Brasil Medalhas e ao Programa Atleta Pódio. O Plano, lançado em setembro de 2012, destina-se a apoiar atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas com chances de subir ao pódio nos Jogos Rio 2016. O objetivo é colocar o Brasil entre os dez primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro. Esse esforço, que aporta recurso adicional ao orçamento do esporte de alto rendimento, conta com engajamento de entidades de esportes olímpicos e paraolímpicos e de empresas estatais patrocinadoras de diversas modalidades esportivas.

Já o Programa Atleta Pódio, que faz parte do Plano Brasil Medalhas 2016, tem como finalidade melhorar o resultado esportivo de atletas brasileiros em competições internacionais. Além disso, abrange as seguintes ações: viabilização de equipe técnica multidisciplinar; participação em competições internacionais; viagens para treinamentos e intercâmbios no exterior; aquisição de equipamentos e materiais esportivos; e bolsa para custeio de outras necessidades do atleta.



Em 2015, o Ministério prosseguirá com a formação da Rede Nacional de Treinamento, que interliga instalações esportivas em âmbito local, regional e nacional para garantir encadeamento do processo de detecção, lapidação e desenvolvimento de talentos para o esporte de alto rendimento. Como parte do legado olímpico, e atrelados à referida Rede, estão sendo construídos e modernizados dezenas de centros de treinamento em diversos Estados, entre os quais se destacam pistas de atletismo certificadas, em parceria com universidades federais, governos estaduais e prefeituras.

Para 2015, está previsto o valor de aproximadamente R\$ 1.749,2 milhões para atender às responsabilidades da União relativas à preparação e realização dos Jogos, sendo que, deste montante, R\$ 1.331,0 milhões correspondem a despesas com a implantação de infraestrutura, cuja programação compõe o PAC.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS

O Governo Federal instituiu, em 2013, o **Programa Mais Médicos**, que visa ampliar a capacidade de atendimento da atenção básica nas periferias de grandes cidades e nos Municípios do interior do País, levando médicos para regiões onde não existem profissionais.

Regulamentado pelos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC), o Programa concede bolsa federal de R\$ 10.482,92/mês a médicos para formação e atuação na atenção básica da rede pública de saúde. Com a convocação de médicos para atuar na atenção básica nas áreas mais carentes do País, as vagas são oferecidas prioritariamente a médicos brasileiros, interessados em atuar nas regiões onde faltam profissionais. No caso do não preenchimento de todas as vagas, são aceitas as candidaturas de médicos estrangeiros.

O Programa estimula a ida de profissionais para os Municípios do interior e as periferias das grandes cidades, onde é maior a carência por esse serviço. Atualmente, o Mais Médicos conta com a adesão de 3.785 Municípios, o que representa 68% do total de Municípios do País, e de 34 distritos sanitários indígenas. Deste total, aproximadamente 1.800 localidades são consideradas prioritárias.

Em termos gerais, o Programa conta atualmente com 14.462 médicos (brasileiros e estrangeiros) atuando em todo o País, beneficiando 50 milhões de brasileiros que não tinham acesso a médico nas Unidades Básicas de Saúde.

Entretanto, o Programa não se resume em levar médicos para regiões carentes. Uma mudança na formação dos estudantes de Medicina vai aproximar ainda mais os novos médicos à realidade da saúde do País. A partir de 1º janeiro de 2015, os alunos que ingressarem na graduação deverão atuar por um período de dois anos em unidades básicas e na urgência e emergência do Sistema Único de Saúde (SUS). O chamado “2º ciclo de Medicina” vai permitir ao estudante trabalhar em contato direto com a população.

O modelo brasileiro é inspirado em países como Inglaterra e Suécia, onde os alunos passam por um período de treinamento em serviço, com um registro provisório, para depois exercer a profissão com o registro definitivo. A medida valerá para os alunos da rede pública e privada, e não dispensa o estágio obrigatório, em regime de internato, que continuará sendo desenvolvido no “1º ciclo”.

Outra medida importante do Programa Mais Médicos é a mudança na lógica de abertura dos cursos de Medicina de universidades privadas. Até hoje, essas instituições apresentavam um projeto para o MEC e, se aprovado, o curso era aberto. No novo modelo o Governo Federal faz um chamamento público com foco nas regiões prioritárias do SUS e, em resposta, as universidades apresentam propostas. Se aprovadas pelo MEC, os cursos de Medicina podem ser abertos.

Também é requisito para abertura de novo curso a existência de, pelo menos, três Programas de Residência Médica em especialidades consideradas prioritárias no SUS – Clínica Médica,



Cirurgia, Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, e Medicina de Família e Comunidade. Com essa medida, a expectativa é formar mais especialistas nessas localidades, minimizando a dificuldade na contratação de especialistas.

Serão avaliadas, ainda, a proporção de vaga em cursos de Medicina por habitante e a distância em relação ao Município com curso de Medicina mais próximo.

O Programa Mais Médicos também tem como meta garantir acesso universal dos profissionais brasileiros à residência médica a partir de 2018. Em 2014, o MS ofertou 2.579 novas bolsas de residência médica, e a meta para 2015 é de mais 2 mil novas vagas.

Para a continuidade do Programa, em 2015 estão previstos recursos totais da ordem de R\$ 3,16 bilhões.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi criado em 2011 com o objetivo de atender a 16 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no País. Visa aperfeiçoar e ampliar as ações na área social e tem como eixos de atuação: a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva de pessoas extremamente pobres.

Considerado como o maior programa de transferência de renda direta condicionada da América Latina, o Programa Bolsa Família integra um dos principais eixos do Plano, beneficiando famílias em situação de pobreza (renda per capita de até R\$ 154,00 mensal) e de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 77,00 mensal). O benefício financeiro, cujo valor médio no mês de junho de 2014 foi de R\$ 168,30, é associado a contrapartidas que funcionam como mecanismos para melhorar a condição de saúde e de educação das crianças e dos jovens. Adicionalmente, o Programa provê acesso a direitos sociais básicos e à assistência social. Em 2015, deverá atender a cerca de 14 milhões de famílias, com recursos da ordem de R\$ 27,1 bilhões, incluídos os recursos destinados ao pagamento do benefício para a superação da pobreza extrema na infância.

As ações sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) direcionadas para a área rural preveem investimentos de R\$ 305,5 milhões, beneficiando 143,4 mil famílias, além de R\$ 616,8 milhões para aquisição de alimentos produzidos por 114,3 mil famílias de agricultores. Também serão investidos R\$ 350,0 milhões para a construção de 67,5 mil cisternas e/ou estruturas de acesso à água.

É importante destacar que, além dos serviços de atenção básica e especializada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), há o enfrentamento do trabalho infantil, valendo-se de ações estratégicas para a ampliação das condições de realização de diagnósticos territorializados, identificação/busca ativa das situações e monitoramento da efetividade desses esforços, que continuarão a ser implementadas nos Municípios, Estados e Distrito Federal com o cofinanciamento federal.

No âmbito do MEC, o Programa Mais Educação, estratégia indutora da política de educação integral, continuará atendendo, em caráter prioritário, as escolas localizadas em regiões de vulnerabilidade social e que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para 2015, o orçamento previsto é de, aproximadamente, R\$ 2,5 bilhões, atendendo 60 mil escolas.

No Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), R\$ 42,5 milhões serão destinados a ações voltadas à capacitação dos catadores de material reciclável, propiciando condições para o cooperativismo de grupos que atuem na reciclagem, bem como ao apoio às redes de comercialização e cadeias produtivas desse segmento.

No que concerne à área da Saúde, o BSM está estruturado em cinco áreas: a) Programa Saúde da Família; b) Programa Rede Cegonha; c) Programa Saúde Não Tem Preço; d) Programa Olhar Brasil; e e) Programa Brasil Soridente.

Com o Programa Saúde da Família (PSF), objetiva-se o aumento da cobertura pelas equipes nas regiões de maior concentração da população em extrema pobreza. No Programa Rede



Cegonha, o objetivo é reduzir a mortalidade materna e neonatal com a implementação de uma rede de atenção que garanta atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e pelo parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê.

O Programa Saúde Não Tem Preço, iniciado em 2011, fornece gratuitamente remédios para hipertensão, diabetes e asma nas farmácias credenciadas da rede “Aqui Tem Farmácia Popular”. Para o orçamento de 2015, estão previstos recursos da ordem de R\$ 2.250,0 milhões para essa finalidade. O Programa é desenvolvido pelo Governo Federal, por intermédio de um acordo entre o MS e sete entidades da indústria e do comércio e em parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, que se credenciam espontaneamente. É importante ressaltar que cerca de 33 milhões de brasileiros são hipertensos e 7,5 milhões diabéticos, o que acarreta impactos negativos para o orçamento das famílias, principalmente das mais humildes. Com exceção dos medicamentos gratuitos para hipertensão, diabetes e asma, o Governo Federal financia ainda 90% do valor de referência dos demais medicamentos que compõem o Farmácia Popular, cujo orçamento para 2015 será de R\$ 628,0 milhões.

Já o Programa Olhar Brasil, ação conjunta dos Ministérios da Saúde e da Educação, visa identificar problemas visuais em alunos da rede pública, em cidadãos inscritos no Programa Brasil Alfabetizado e na população acima de 60 anos. Entre suas ações está a distribuição de óculos para sanar os problemas visuais.

Ainda na área da Saúde, o Governo continuará a aperfeiçoar a prestação de saúde bucal à população sem acesso a atendimento odontológico por meio do Programa Brasil Sorrisante. Esse Programa está assentado em seis pilares: a) reorganização da atenção básica em saúde bucal; b) ampliação e qualificação da atenção especializada; c) assistência na atenção terciária; d) prevenção e promoção; e) qualificação e reestruturação; e f) vigilância e monitoramento.

No Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa Bolsa Verde atenderá a, pelo menos, 80 mil famílias em áreas definidas como prioritárias para a conservação ambiental, com recursos da ordem de R\$ 106,0 milhões, por meio da transferência trimestral de R\$ 300,00 a cada família que desenvolva atividade de conservação ambiental, manutenção da cobertura vegetal e uso sustentável da floresta. Ademais, serão investidos R\$ 81,7 milhões na instalação de 370 sistemas de dessalinização de águas subterrâneas captadas por meio de poços, de forma ambiental e socialmente sustentável, com vistas ao atendimento das populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI), estão previstos recursos da ordem de R\$ 44,0 milhões destinados ao apoio a iniciativas de aprimoramento da produção e inserção mercadológica, com o objetivo de elevar a renda familiar, ampliar o acesso à água e propiciar o acesso a oportunidades de ocupação e renda.

Sob a responsabilidade do MDA, será aplicado um total de R\$ 248,4 milhões para benefícios a 4,5 mil agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos; para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural a 65,8 mil agricultores familiares e a 122,0 mil famílias residentes em assentamentos.

SEGURANÇA PÚBLICA

A política nacional de segurança pública está voltada não apenas à modernização e ao aprimoramento das forças policiais. Em parceria com os Estados e Municípios, diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o Governo Federal vem desenvolvendo ações que atacam as causas da violência e da criminalidade, em todos os níveis, no desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição das taxas de crime e de violência.

As políticas de prevenção à violência e à criminalidade consistem em ações que articulam segurança pública e políticas sociais de natureza estrutural e outras de caráter local. Envolvem áreas de apoio à implementação de políticas sociais e de segurança cidadã, ao fortalecimento de instituições de segurança pública, à construção e à modernização de estabelecimentos penais, à valorização dos profissionais e operadores de segurança pública, entre outras.

Nesse contexto, o Ministério da Justiça (MJ) tem investido, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), recursos financeiros e tecnológicos junto a Estados e Municípios para a implementação de ações voltadas à prevenção da violência e da criminalidade, que auxiliem estes entes federados na realização de diagnóstico, na formulação, implementação, acompanhamento e a avaliação dessas ações, com objetivo de proporcionar um espaço de convivência que permita a expressão livre e criativa de seus cidadãos, de forma segura e pacífica. É imprescindível a atuação articulada entre os Municípios e os governos estaduais, na implementação de políticas públicas de prevenção, visando à consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), pois o Município possui uma vocação e competência natural para a implementação de políticas públicas básicas, especialmente as de prevenção da violência e criminalidade.

O MJ apoia, também, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), projetos na área de segurança pública destinados a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; sistemas de informações, de inteligência e de investigação, bem como de estatísticas policiais; estruturação e modernização da polícia técnica e científica; programas de polícia comunitária e programas de prevenção ao delito e à violência; dentre outros.

Os projetos apoiados pelo FNSP devem estar enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. Na avaliação dos projetos, o Conselho Gestor do FNSP prioriza o ente da Federação que se comprometa com os seguintes resultados: realização de diagnóstico dos problemas de segurança pública e apresentação das respectivas soluções; desenvolvimento de ações integradas dos diversos órgãos de segurança pública; qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e das guardas municipais; redução da corrupção e violência policiais; redução da criminalidade e insegurança pública; e repressão ao crime organizado.

Para o desenvolvimento dessas atividades serão disponibilizados, em 2015, o montante de R\$ 1.150,7 milhões, visando capacitar 254.018 pessoas e apoiar 66 projetos voltados ao fortalecimento de instituições de segurança pública.

As Polícias Federal e Rodoviária Federal são instituições por meio das quais a União atua diretamente no combate à criminalidade, principalmente no que diz respeito ao crime organizado, à corrupção, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual de crianças e de adolescentes, aos crimes contra o meio ambiente e os transnacionais.

A Polícia Federal mantém seus esforços no fortalecimento do órgão e na intensificação das ações de cooperação com outras instituições dos Poderes Executivo e Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público da União (MPU). O objetivo é aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para a superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, a lavagem de dinheiro e corrupção, na intensificação da fiscalização do fluxo migratório e no enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira. Para a realização dessas missões, serão disponibilizados, no exercício de 2015, o montante de R\$ 904,9 milhões, viabilizando o aprimoramento da Polícia Federal, a realização de 860 operações e a emissão de 2.983.475 passaportes.

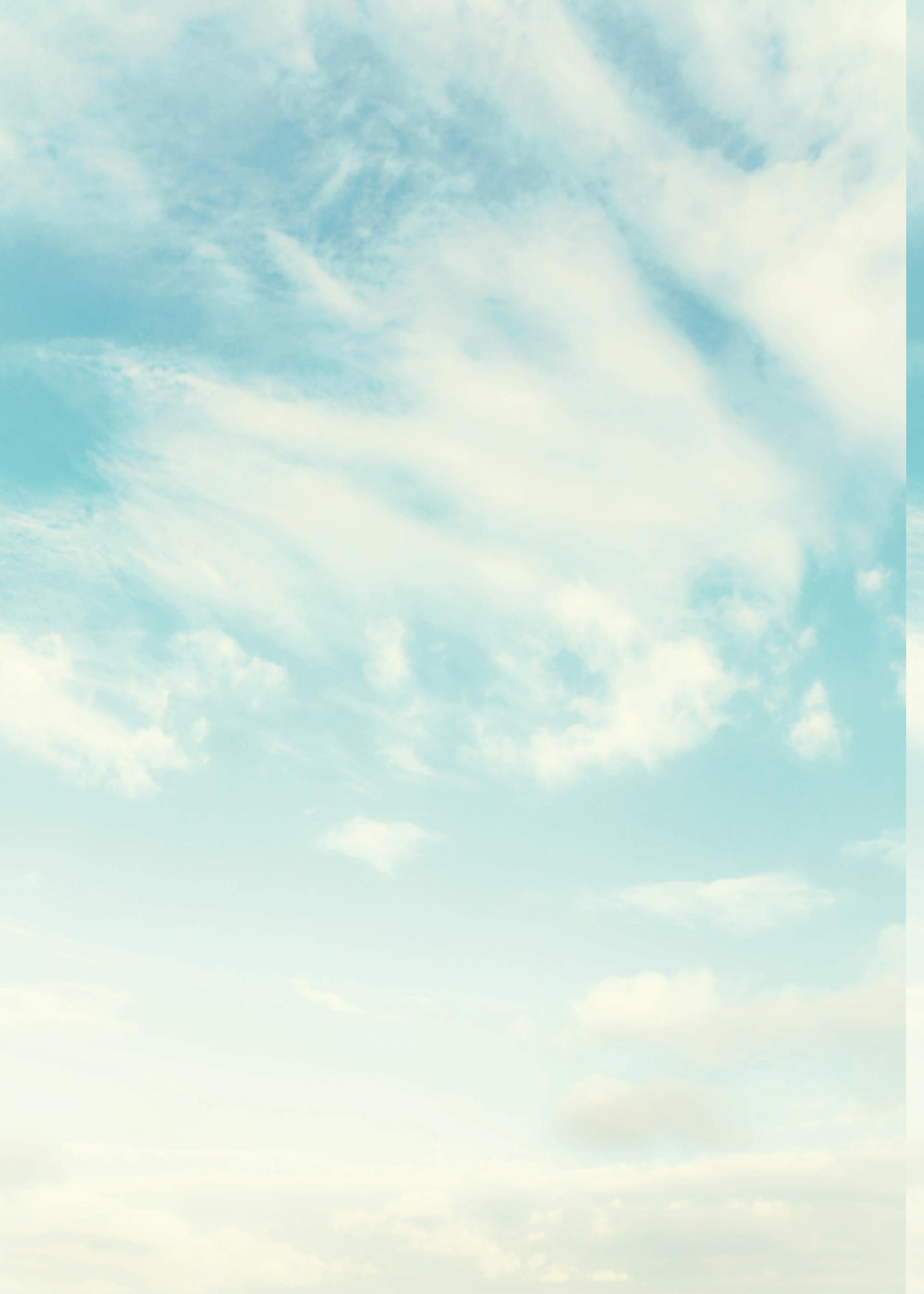
A Polícia Rodoviária Federal atua de forma ostensiva nas rodovias federais, pontuando suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas, na segurança aos usuários das vias federais, no enfrentamento de crimes ambientais e de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Nas regiões fronteiriças, ligadas por rodovias federais, intensificará a fiscalização para o combate ao tráfico de drogas e armas, ao contrabando e ao descaminho. Para isso, serão destinados, em 2015, um montante de R\$ 381,2 milhões.

O Plano Estratégico de Fronteiras tem como objetivo desenvolver uma ação coordenada entre os órgãos de segurança pública, Secretaria da Receita Federal e Forças Armadas nas áreas de fronteira. Essas instituições evidarão esforços em ações de integração federativa entre a União, os Estados e os Municípios na implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal e das instituições de segurança pública para atuação nessas localidades (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional e órgãos estaduais de segurança pública).

O Plano Estratégico de Fronteiras abrangerá uma área de 2.357 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a 27% do território nacional, em ações que cobrirão os principais pontos da linha de fronteira, cuja extensão é de 16.886 quilômetros. A faixa de fronteira projeta-se por 150 quilômetros para dentro do território nacional, a partir da linha divisória com os dez países vizinhos, e compreende 11 Estados, 710 Municípios, abrangendo uma população de 10,9 milhões de pessoas.

Nos 11 Estados fronteiriços foram criados os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs) e as Câmaras Temáticas de Fronteiras (CTFrons), fóruns deliberativos, sem hierarquia entre os membros, e constituídos por órgãos federais, estaduais, municipais e países vizinhos envolvidos com as ações de segurança pública na zona de fronteira, tendo como atribuição propor e coordenar a integração das ações, tornar ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos e catalisar o fortalecimento da interlocução interinstitucional no enfrentamento à criminalidade e à violência na fronteira. Para a realização do Plano serão disponibilizados, em 2015, o total de R\$ 307,2 milhões, visando ao apoio a operações nas regiões de fronteira.

O elevado déficit prisional no País impõe-se como outro grande desafio para o Governo Federal na área de segurança pública, no que diz respeito ao apoio financeiro aos Estados na geração de novas vagas. Visando amenizar este déficit, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) possui uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de unidades prisionais baseada nas realidades regionais. Além disso, busca disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional; incentivar a implantação do serviço de educação e responsabilização para autores de violência doméstica; e criar núcleos de defesa dos presos provisórios, compostos por equipe multidisciplinar para orientação e acompanhamento dos réus e suas famílias, como forma de evitar a reincidência criminal e facilitar a reinserção social. Serão aplicados R\$ 209,1 milhões para a contratação de 5.500 vagas em estabelecimentos penais estaduais e o apoio a 23 iniciativas voltadas à reintegração social, a alternativas penais e ao controle social.





III – AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL

- ▶ **Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados**
- ▶ **Resultado Primário das Empresas Estatais Federais**
- ▶ **Pessoal e Encargos Sociais**
- ▶ **Sistema Previdênciários**

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela II demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2013, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2014 e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2015 (PLOA-2015).

Tabela II – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central

Discriminação	Realizado 2013		LOA 2014		Reprogramação 2014		PLOA 2015	
	R\$ milhões	% PIB						
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	1.178.987,7	24,7	1.331.612,7	25,2	1.306.348,9	24,8	1.465.824,5	25,5
I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (líquida de restituições e incentivos fiscais e exceto RGPS)	719.196,8	15,1	797.008,7	15,1	780.371,6	14,8	876.620,5	15,2
I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social	307.147,0	6,4	357.839,4	6,8	346.839,4	6,6	392.553,2	6,8
I.3. Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil	152.643,9	3,2	176.764,6	3,3	179.137,8	3,4	196.650,8	3,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	187.667,0	3,9	218.283,8	4,1	208.844,6	4,0	228.073,2	4,0
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	991.320,8	20,8	1.113.328,9	21,1	1.097.504,2	20,9	1.237.751,3	21,5
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	962.979,3	20,2	1.052.932,9	19,9	1.015.008,4	19,3	1.151.518,7	20,0
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	206.964,0	4,3	224.397,9	4,2	224.397,9	4,3	237.747,5	4,1
IV.2. Benefícios da Previdência	358.579,4	7,5	388.285,5	7,4	386.915,9	7,4	436.289,7	7,6
IV.3. Outras Despesas Obrigatorias (*)	151.003,5	3,2	157.158,0	3,0	151.102,4	2,9	194.469,2	3,4
IV.4. Despesas Discricionárias & PAC	246.432,4	5,2	283.091,6	5,4	252.592,2	4,8	283.012,4	4,9
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL								
VI. RESULTADO PRIMÁRIO - REGIME ORÇAMENTÁRIO (III - IV + V)	28.341,5	0,6	60.395,9	1,1	82.495,8	1,6	86.232,5	1,5

Continua

Continuação

Discriminação	Realizado 2013		LOA 2014		Reprogramação 2014		PLOA 2015	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
VII. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	8.169,7	0,2	6.538,0	0,1	6.015,6	0,1	5.539,4	0,1
VII.1. Empréstimos Líquidos			631,4	0,0	631,4	0,0	416,3	0,0
VII.2. Subsídios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias	8.169,7	0,2	5.906,5	0,1	5.384,2	0,1	5.123,1	0,1
VIII. AJUSTE REGIMES CAIXA / ORÇAMENTÁRIO	56.900,2	1,2	4.214,0	0,1	4.293,4	0,1	5.308,9	0,1
IX. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (VI-VII+VIII)	77.072,0	1,6	58.072,0	1,1	80.773,6	1,5	86.002,0	1,5
X. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/AJUSTE METODOLÓGICO	-1.781,3	0,0						
XI. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (IX + X)	75.290,7	1,6	58.072,0	1,1	80.773,6	1,5	86.002,0	1,5
XII. RECURSOS PARA O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	35.053,9	0,7	58.000,0	1,1	35.298,4	0,7	28.667,0	0,5
XIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2012 (XI + XII)	110.344,6	2,3	116.072,0	2,2	116.072,0	2,2	114.669,0	2,0
XIV. JUROS NOMINAIS	-185.845,7	-3,9	-173.709,0	-3,3	-191.358,0	-3,6	-195.898,0	-3,4
XV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (XI + XIV)	-110.554,9	-2,3	-115.637,0	-2,2	-110.584,4	-2,1	-109.896,0	-1,9
XVI. RECEITAS FINANCEIRAS	708.127,7	14,9	1.051.565,3	19,9	1.051.565,3	20,0	1.397.555,2	24,3
XVI.1. Refinanciamento da Dívida	422.021,4	8,9	654.746,9	12,4	654.746,9	12,5	868.557,8	15,1
XVI.2. Emissão de Títulos	88.994,9	1,9	194.754,4	3,7	194.754,4	3,7	278.866,1	4,8
XVI.3. Operações Oficiais de Crédito	67.160,7	1,4	67.010,0	1,3	67.010,0	1,3	70.005,1	1,2
XVI.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	46.859,9	1,0	44.182,2	0,8	44.182,2	0,8	57.693,3	1,0
XVI.5. Demais	83.090,8	1,7	90.871,8	1,7	90.871,8	1,7	122.432,9	2,1
XVII. DESPESAS FINANCEIRAS	787.357,1	16,5	1.111.961,3	21,1	1.111.961,3	21,1	1.483.787,7	25,8
XVII.1. Juros e Encargos da Dívida	141.706,0	3,0	189.474,7	3,6	189.474,7	3,6	225.248,1	3,9
XVII.2. Amortização da Dívida	576.739,0	12,1	812.476,2	15,4	812.476,2	15,4	1.131.350,3	19,7
XVII.3. Demais	68.912,1	1,4	110.010,4	2,1	110.010,4	2,1	127.189,3	2,2

(*) Considera: Abono e Seguro Desemprego, Anistiados, Apoio Financeiro aos Municípios, Auxílio à CDE, Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV, Compensação das Desonerações Previdenciárias, Complementação ao Fundeb, Complemento do FGTS, Créditos Extraordinários, Despesas Custeadas com Convênios/Doações, Despesas de Custeio e Capital do Fundo Constitucional do Distrito Federal, Despesas Discricionárias dos Poderes Legislativo/Judiciário/MPU/DPU, Indenizações e Benefícios de Legislação Especial, Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00), Proagro, Reserva de Contingência Primária, Ressarcimento Combustíveis fósseis, Sentenças Judiciais de Custeio e Capital, Subsídios, Subvenções, Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos e Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012).

Em observância ao art. II, inciso IV, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (PLDO-2015), cumpre ressaltar que o Banco Central do Brasil (Bacen) é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais do PLDO-2015.

A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) refere-se à metodologia consagrada internacionalmente para avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

- a) variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado, deduzidos os juros nominais; ou
- b) soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado “abaixo da linha”, é calculado pelo Bacen e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado “acima da linha”, é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP) e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

As estimativas da NFSP estão compatíveis com a meta fiscal estabelecida no art. 2º do PLDO-2015, que pressupõe volumes de receitas compatíveis com a citada meta e de despesas necessárias ao funcionamento da máquina pública e a consecução das políticas de Governo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas primárias obrigatórias, chega-se ao valor das despesas primárias discricionárias, ou seja, aquelas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias e os valores das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA-2015, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA-2015, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 1.465,8 bilhões, sendo R\$ 876,6 bilhões relativos à receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB/MF), líquida de incentivos fiscais, R\$ 392,6 bilhões à arrecadação líquida para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e R\$ 196,7 bilhões às demais receitas primárias.

As receitas não primárias são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, mediante a emissão de títulos, a contratação de operações de crédito por organismos oficiais, aplicações financeiras da União, privatizações e outras mais.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas não pressionam o resultado primário, nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros e à amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante de, no mínimo, 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), considerado primário.

Para o PLOA-2015, o valor total das despesas primárias do Governo Central, consideradas sob a ótica do regime orçamentário, é de R\$ 1.379,6 bilhões, sendo R\$ 228,1 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R\$ 237,8 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 436,3 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 182,5 bilhões para demais despesas de caráter obrigatório e R\$ 294,9 bilhões para despesas discricionárias do Poder Executivo, dos demais Poderes, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU), inclusive despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A esses valores acrescentam-se R\$ 5,5 bilhões de despesas financeiras e extraorçamentárias com impacto primário.

O PLDO-2015 determina que os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminem a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a respectiva apuração.

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL

A projeção da receita primária adotou como base de cálculo os valores arrecadados no segundo semestre do exercício de 2013 e no primeiro semestre de 2014, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), de 9 de julho de 2014. Dentre os parâmetros, destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2015:

- a) o crescimento real da economia (estimado em 3% para 2015);
- b) a inflação média apurada pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** (5,44% para 2015) e pelo IGP-DI (7,04% para 2015);
- c) a expansão na quantidade importada, sem combustível (4,69% em 2015);
- d) a variação da massa salarial nominal (10,35% em 2015); e
- e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (6,91% em 2015).

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes, e são classificadas conforme os seguintes grupos.

ADMINISTRADAS PELA RFB/MF

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio e taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB), volume de vendas e de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Com base na legislação tributária vigente em agosto de 2014, estima-se para o ano de 2015 que as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), líquidas de restituições e incentivos fiscais, e excluídas as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), totalizem R\$ 876,6 bilhões.

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA PARA O RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição Federal, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema “S”. Uma vez que tal receita é relativa às contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha salarial e dos trabalhadores, o parâmetro mais importante para sua estimativa é o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Compõe ainda as receitas do RGPS o valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da alteração da alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS, conforme estabelecido do inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que estabelece que a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social por essas desonerações.

Ressalta-se também que as receitas relativas aos setores que foram beneficiados com tal desoneração têm a contribuição calculada sobre o faturamento das empresas, e não mais sobre a folha de salários. Assim, a estimativa da contribuição previdenciária a ser recolhida por esses setores é calculada pelo crescimento da atividade econômica, e não pela massa salarial nominal.

A estimativa das receitas previdenciárias para o exercício de 2015, líquida dos valores correspondentes às transferências ao Sistema S, atingiu o montante de R\$ 374,4 bilhões. Para tanto, adotou-se como base de cálculo os valores arrecadados no segundo semestre do exercício de 2013 e no primeiro semestre de 2014. Além da previsão normal, considerou-se também um aporte de R\$ 18,2 bilhões previsto para compensar as desonerações da folha de pagamento. Desse modo, o total de receitas previstas para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 392,6 bilhões.

RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS PELA RFB/MF

Concessões e Permissões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2015 é calculado em função da expectativa de venda dessas concessões e permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos.

Dividendos e Participações: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: consideram-se nesse item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Salário-Educação: contribuição social recolhida das empresas em geral e das entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social, destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica.

Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos: contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social.

Demais receitas: constituem receitas vinculadas a órgãos específicos e às suas despesas.

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 196,7 bilhões para 2015. Dentre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas para o PIB, a Massa Salarial Nominal, o IGP-DI, o IPCA e o Câmbio.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

Integram este item as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-Ouro), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis (Cide-combustíveis), da Contribuição do Salário-Educação, da Cota-Parte de Compensações Financeiras e da receita de Concursos de Prognósticos e de Concessões de Florestas Nacionais.

Cumpre esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão da Nota de Empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente ao 1% adicional do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituído pela Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2014, e repassados em 2015, e os de 2015, a serem repassados em 2016. No caso do FPM adicional, seu ajuste é calculado de forma análoga ao cálculo daquele referente à parte principal do FPM, com a diferença que, em vez de decêndios, considera-se o mês. Para 2015, o ajuste total relativo aos Fundos de Participação está estimado em R\$ 2,6 bilhões.

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PAC. Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo da NFSP, constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, é classificada como despesa financeira.

O valor deste item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para

o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2014 e 2015, haja vista que são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime orçamentário), mas pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2015 é de R\$ 2,7 bilhões.

BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Engloba os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que foi estimado conforme a regra estabelecida no art. 2º da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Essa regra de reajuste do salário mínimo consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2014, estimada em 6,20%, mais a taxa de crescimento real do PIB apurada pelo IBGE para o período de 2013 a título de aumento real, que foi de 2,49%. Desse modo, o salário mínimo previsto nesta proposta orçamentária está estimado em R\$ 788,06, refletindo um aumento de 8,85% frente ao valor vigente em 2014.

OUTRAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: Seguro-desemprego e Abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e outras despesas previstas no Anexo de despesas obrigatórias do PLDO-2015, inclusive os Subsídios e as Subvenções Econômicas listados no Anexo III do referido Projeto.

Cabe destacar que está incluído na proposta o pagamento da indenização aos Seringueiros, em parcela única de R\$ 25 mil, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 78, de 14 de maio de 2014.

Cumpre ressaltar que, em 2012, faziam parte das despesas primárias obrigatórias os pagamentos realizados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). No entanto, a partir do PLOA-2013, essas despesas deixaram de impactar o resultado primário e passaram a ser classificadas como despesas financeiras em virtude da revisão em seus mecanismos de financiamento, conforme Medida Provisória nº 564, de 3 de abril de 2012, transformada na Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. A partir dessa data, os empréstimos ao setor produtivo são realizados sem risco para o Tesouro Nacional.

DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU. Ademais, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre este item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, parte das despesas com o PAC possui tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Embora tenham impacto sobre o resultado primário, as referidas despesas primárias têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento delas decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo do PLDO-2015, tais despesas poderão ser abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício até o valor de R\$ 28,7 bilhões, considerando os respectivos restos a pagar. Para 2015, os projetos totalizam R\$ 64,9 bilhões, valor correspondente a 1,1% do PIB, e o Poder Executivo estima abater o total do PAC da meta fiscal definida no art. 2º do PLDO-2015.

Na elaboração orçamentária, assume-se a hipótese de que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2015, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Transferências a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, seja o mesmo de despesas no regime orçamentário deste exercício a serem pagas em 2016. Assim, o impacto pelo regime orçamentário dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO PRIMÁRIO

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, sendo positivo em R\$ 414,4 milhões no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e em R\$ 1,9 milhão no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Também é computada neste item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio destes, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de

referência, corrigido pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2015, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos Fundos em questão perfaz o montante de R\$ 5,1 bilhões.

PARÂMETROS

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA-2015, são apresentados a seguir:

Tabela 12 – Parâmetros Macroeconômicos

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial Nominal	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
5.756.517	3,00%	6,28%	10,35%	3,19%	1,10%	6,94%
Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média		
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação		R\$ / US\$
7,04%	5,50%	5,44%	5,00%	6,91%		2,45

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

METODOLOGIA DE CÁLCULO

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário, instituiu-se o item “Ajuste Critério Competência/Caixa”, no qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2015, conforme disposto no art. 2º, § 5º, do PLDO-2015, não foram considerados os dados do PDG das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Como se pode notar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da Venda de Bens e Serviços e em Demais Receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2015.

O item Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, de gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

No item Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais.

Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de *royalties*, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos Investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2015.

No item Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico (SPE).

No item Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea), no exercício de 2015, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Bacen como despesas primárias, além do registro da exclusão do grupamento de todas as empresas do setor produtivo do Banco do Brasil componentes das “Demais Empresas”, uma vez que o Bacen considera tais empresas no consolidado Banco do Brasil, ou seja, são consideradas instituições financeiras e, como tal, não integram a meta de resultado primário das estatais, e, ainda, as amortizações de obrigações por Itaipu Binacional com entidades fora do sistema financeiro nacional.

Tabela 13 - Resultado Primário das Empresas Estatais Federais

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação
	R\$ milhões
I - RECEITAS TOTAIS	59.737
- Operacionais	51.626
. Venda de Bens/Serviços	44.229
. Demais Operacionais	7.397
- Financeiras	1.799
- Demais não Operacionais	2.055
- Outras Receitas	0

Continua

Continuação

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação
	R\$ milhões
- Transferências do Tesouro Nacional	4.257
II - DESPESAS TOTAIS	63.669
- Pessoal e Encargos Sociais	18.266
- Encargos Financeiros	3.626
- Outros Custeios	21.238
. Materiais e Produtos	1.347
. Serviços de Terceiros	11.360
. Utilidades e Serviços	701
. Tributos e Encargos Parafiscais	3.461
. Demais Custeios	4.369
- Investimentos	5.443
- Outros Dispêndios de Capital	8.851
- Ajuste Metodológico	6.245
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	1.792
- Variação de Contas a Pagar (vincendo) (+)	1.947
- Variação de Contas a Receber (vincendo) (-)	-158
- Variação Receitas/Despesas Financeiras (+)	-313
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	-2.140
V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)	-2.140
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	0

Obs.: Valores positivos = superávit.

RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Para definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de superávit primário em equilíbrio, ou seja, meta de “zero real”. Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas na Tabela 14, indicam que apenas 6,5% dos investimentos são financiados por operações de crédito, junto ao sistema financeiro:

Tabela 14 - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

R\$ milhões

Descritores de Fontes	PLOA 2015
Recursos Próprios	93.872
Geração Própria	93.872
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	3.432
Tesouro – Direto	2.858
Saldo de Exercícios Anteriores	468
Controladora	106
Operações de Crédito de Longo Prazo	6.920
Internas	5.710
Externas	1.210
Outros Recursos de Longo Prazo	1.485
Controladora	1.485
Total	105.709

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O orçamento para o exercício de 2015 prevê gastos da ordem de R\$ 255,98 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União, encargos sociais e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, o que representa crescimento de 5,78% em relação a estas despesas para o exercício de 2014, conforme a Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, Lei Orçamentária Anual de 2014, LOA-2014, no montante de R\$ 242,0 bilhões.

Do total, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,45%, 10,97% e 83,91%, e os gastos totais da Defensoria Pública da União - DPU e do Ministério Público da União - MPU, correspondem a 0,09% e 1,59%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 15 – Gastos de Pessoal e Encargos – Projeção para 2015

R\$ bilhões

Poder	PLOA-2015 ¹	Participação Relativa (%)
Legislativo	8,84	3,45%
Judiciário	28,07	10,97%
DPU	0,22	0,09%
Executivo	214,79	83,91%
MPU	4,06	1,59%
Total	255,98	100,00%

Nota: ¹Inclui ativos, inativos, pensionistas, encargos sociais e sentenças judiciais (Precatórios e RPV)

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2015 decorre basicamente da recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, infraestrutura, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, bem como da expansão dos quadros de pessoal no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU e da continuidade do processo de estruturação e reestruturação de carreiras e redesenho dos sistemas de remuneração no âmbito da Administração Pública Federal.

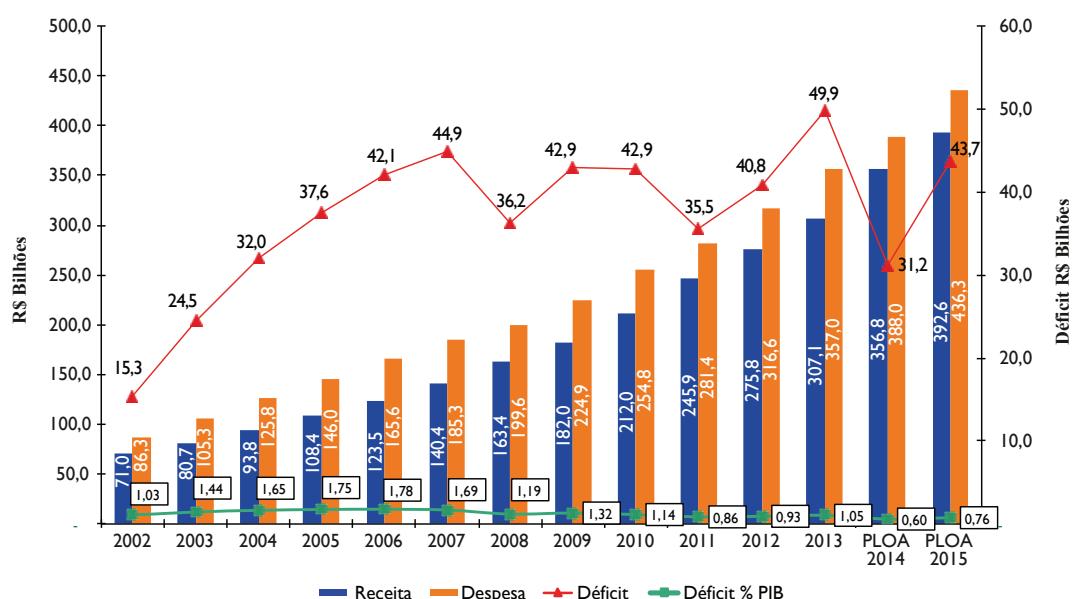
A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2015 do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União - TCU, representa 1,09% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 3,47%; a do Poder Executivo e DPU, 26,60%; e a do MPU, 0,50%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 31,67% da receita corrente líquida prevista para 2015. Nessas condições, os limites globais apontados na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF bem como nos ditames do art. 169 da Constituição, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela citada LRF.

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

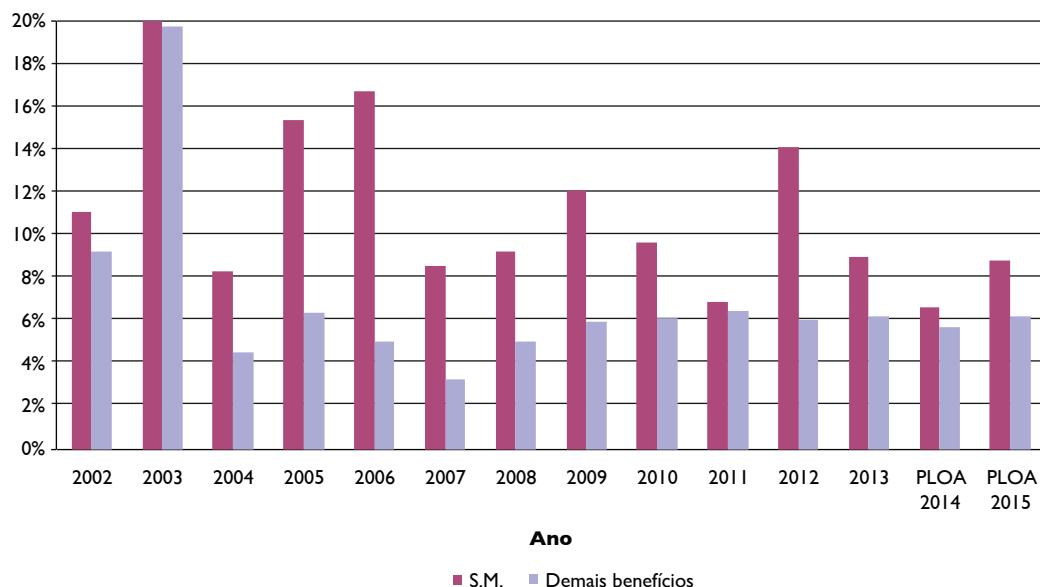
O resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é constituído pela diferença entre as contribuições para a Previdência Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme demonstra o Gráfico 2, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2007, de déficits crescentes. Em 2008, há reversão dessa perspectiva, com o déficit passando a oscilar ano a ano sem esboçar tendência clara de crescimento ou redução. A adequada compreensão da dinâmica do déficit, no entanto, precisa considerar tanto os movimentos de receitas quanto de despesas associadas ao Regime.

Gráfico 2 - Evolução do Resultado do RGPS



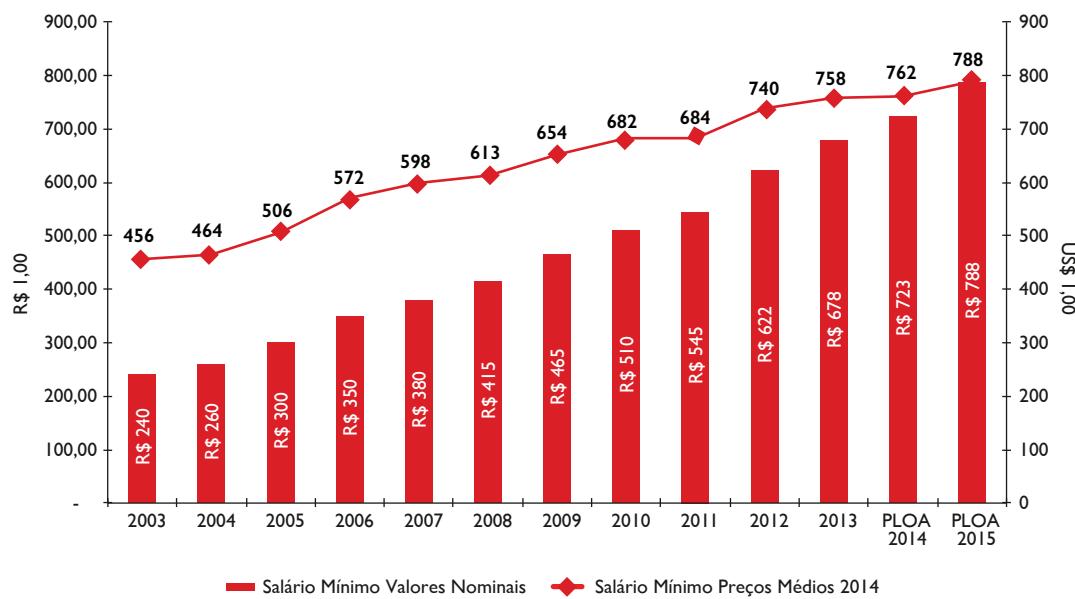
Do ponto de vista das despesas, além do crescimento vegetativo dos benefícios, os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios são fatores de significativo impacto sobre o déficit do RGPS. O Gráfico 3 mostra os percentuais de reajuste concedidos desde 2003. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação (INPC). Os aumentos dos benefícios até um salário mínimo foram mais relevantes nos anos de 2005, 2006 e 2012, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38%, 16,67% e 14,13%, respectivamente.

Gráfico 3 - Reajustes concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios



A política de valorização do salário mínimo gerou aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se trazidos a valores reais de 2014, considerando como deflator o INPC acumulado no ano, observa-se tendência crescente desde 2003. Os valores ultrapassaram a marca de R\$ 500,00 no ano de 2006 e os R\$ 600,00 em 2012. Para o ano de 2014, com a política de ganhos reais estabelecida pela Lei nº 12.382, de 2011, o valor do salário mínimo é de R\$ 724,00. Em 2015, deve atingir o patamar de R\$ 788,06. O Gráfico 4 mostra a evolução do valor do salário mínimo, bem como sua avaliação a preços constantes de 2015.

Gráfico 4 - Evolução do Salário Mínimo



Em análise anual mais detalhada do déficit (Gráfico 2), observa-se que, após a reversão da tendência de elevação, interrompida em 2008, no exercício de 2009, como reflexo da crise econômica mundial, houve nova elevação do resultado deficitário, tendo como razão maior a diminuição na taxa de crescimento da massa salarial nominal (principal fonte das receitas previdenciárias), conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias.

Em 2010, com a política de valorização do salário mínimo e a adoção de reajustes reais para os benefícios acima do piso, mesmo com um elevado crescimento do PIB, observa-se a manutenção do déficit em termos nominais, alcançando aproximadamente R\$ 42,9 bilhões, mas com redução percentual em relação ao PIB.

Para 2015, apesar do reajuste do salário mínimo continuar próximo à média do período 2007-2011, o déficit do RGPS aumenta tanto em termos nominais quanto em proporção do PIB. A projeção do RGPS aponta para um déficit de R\$ 43,7 bilhões ou 0,76% do PIB.

O reajuste do salário mínimo de 8,85% a partir de janeiro de 2015, equivale à variação do INPC estimado para o exercício de 2014 mais o crescimento do PIB real em 2013, conforme regra contida no art. 2º da Lei nº 12.382, de 2011. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,99%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

É importante destacar que foi considerada na projeção de despesas para 2015 a terceira de dez parcelas anuais referentes ao montante atrasado, decorrentes de decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Após a revogação do art. 202 da Constituição, pela EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, procedeu à substituição da técnica de cálculo dos benefícios. O Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999, ao regulamentar as alterações, estabeleceu que, na hipótese de contar o segurado com menos de 144 contribuições (hipótese possível para os benefícios citados), seria considerada a integralidade dos salários de contribuição. Essa sistemática trazia o valor da média para baixo, pelo que foram ajuizadas inúmeras ações questionando a legitimidade da regulamentação. As regras de cálculo foram revogadas pelo Decreto nº 6.939, de 18 de agosto de 2009, que lançou parâmetros compatíveis com a literalidade das alterações trazidas pela Lei nº 9.876, de 1999.

Finalmente, salienta-se que o resultado do RGPS não sofreu impactos decorrentes da publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos. Seguindo o que determina o inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS.

Dessa maneira, a projeção da despesa total em 2015 com benefícios atingiu R\$ 436,3 bilhões, sendo R\$ 425,0 bilhões relativos a benefícios normais, R\$ 8,9 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 2,4 bilhões referentes à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS – Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida é de R\$ 392,5 bilhões, considerando-se aumento da massa salarial nominal de 10,35%.

A Tabela 16 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas.

Tabela 16 - Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados

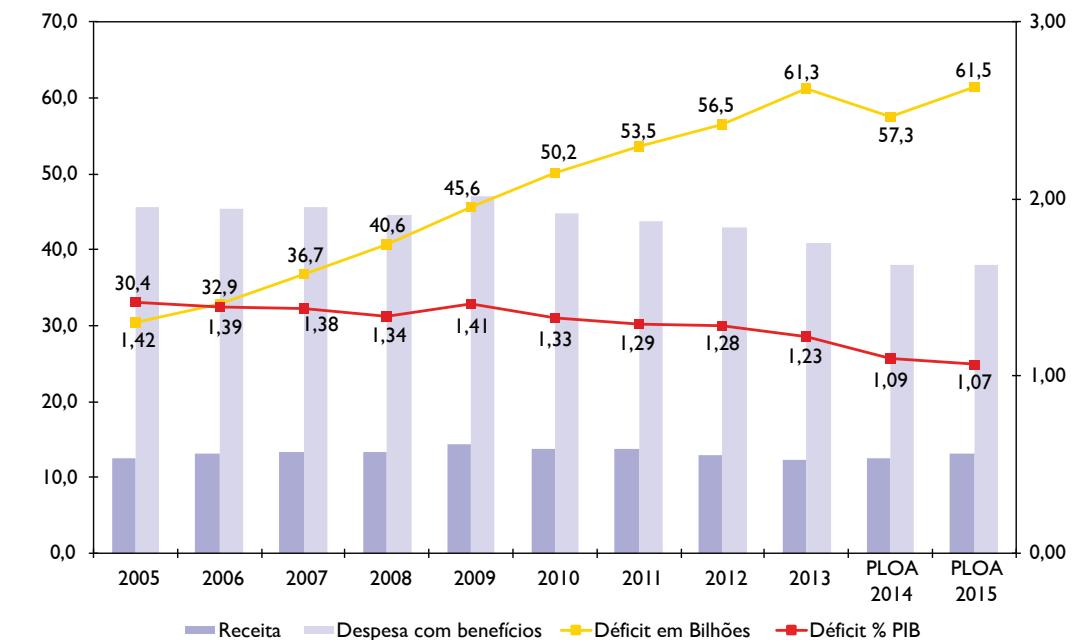
R\$ milhões

Descrição	PLOA 2015
Arrecadação	392.553
Benefícios	436.290
Benefícios normais	425.059
Precatórios e sentenças	8.866
Comprev	2.366
Resultado	-43.736
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	10,35%
Reajuste do salário mínimo (%)	8,85%
Valor do salário mínimo (R\$)	788,06
Reajuste dos demais benefícios (%)	6,20%

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores da União para 2015 é de R\$ 61,5 bilhões (1,07% do PIB). O Gráfico 5 mostra que o déficit nominal permanece com tendência de crescimento, mas a taxas menores. Para o próximo ano, estima-se um crescimento anual do déficit em 7,31%, enquanto entre 2006 e 2013 o crescimento médio foi de 9,34%.

Gráfico 5 – Evolução da Receita, Despesa e Déficit da Previdência Pública (% PIB)



A trajetória decrescente do déficit do RPPS em relação ao PIB alcançada na última década deve-se, em especial, a algumas reformas constitucionais e legais que tiveram o intuito de adequar o sistema previdenciário dos servidores ao caráter contributivo e solidário.

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal. Uma reforma importante consubstanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço, para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve o fim da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos e a instituição de contribuição para aposentados e pensionistas. Além disso, empreendeu modificações pontuais nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de cálculo do valor dos benefícios dos servidores públicos e previu a criação de regime de previdência complementar para os servidores. Ressalte-se que a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, determinou que a contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor seria o dobro da contribuição do servidor (22% e 11%, respectivamente).

A EC nº 47, de 5 de julho de 2005, por sua vez, promoveu outras alterações, entre as quais podem ser destacadas:

- a) instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41, de 2003; introdução de regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;
- b) diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e
- c) a abertura de espaço para que leis complementares instituam critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Outra inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que transfere do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a RFB/MF a competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do RGPS do Servidor Público Federal.

Finalmente, em atendimento ao disposto na EC nº 41, de 2003, foi promulgada, em 30 de abril de 2012, a Lei nº 12.618, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do MPU e do TCU. De acordo com a referida Lei, poderão ser criados até três fundos de previdência complementar, um para cada Poder.

Para os servidores do Poder Executivo, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) entrou em vigor em 4 de fevereiro de 2013, por meio da Portaria nº 44, de 31 de janeiro de 2013, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Para o Poder Legislativo, a Portaria nº 239, de 6 de maio de 2013, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, aprovou o Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal (LegisPrev), que é administrado pela Funpresp-Exe. Por sua vez, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) é regulamentada pela Resolução nº 496, de 26 de outubro de 2012, e administra o plano de previdência complementar dos servidores do Judiciário e do MPU.

Com o advento dos Fundos, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013 e aqueles que por eles optarem terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cujo valor para 2014, a título exemplificativo, foi fixado em R\$ 4.390,24, conforme Portaria Interministerial MPS/MF nº 19, de 10 de janeiro de 2014.

O objetivo dos Fundos é garantir complementação à aposentadoria dos servidores participantes que possuam renda superior ao teto. Os Fundos disponibilizarão aos seus participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição. O valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pelo Fundo, que conta em seu Conselho Deliberativo com três representantes do Patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelo Fundo.

As contribuições do patrocinador e do participante incidem sobre a parcela da base de contribuição que exceder ao teto dos beneficiários do RGPS. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida anualmente, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante e não poderá exceder o percentual de 8,5%.



IV – AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

- ▶ **Aplicações em Operações de Crédito**
- ▶ **Investimento no Ativo Imobilizado**

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2015, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) reservaram R\$ 239 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais (PDG). Esse montante representa o fluxo das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (fundos constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, pois o volume da concessão de crédito se altera periodicamente, em resposta à política monetária do Governo Federal.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2015. Respeitadas as especificidades de cada instituição, o volume de operações programado para o próximo ano está assim distribuído: industrial (18%), intermediação financeira (-15%), outros serviços (23%), habitação (29%), comércio (9%), rural (24%) e outros (12%). Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos, por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais, serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

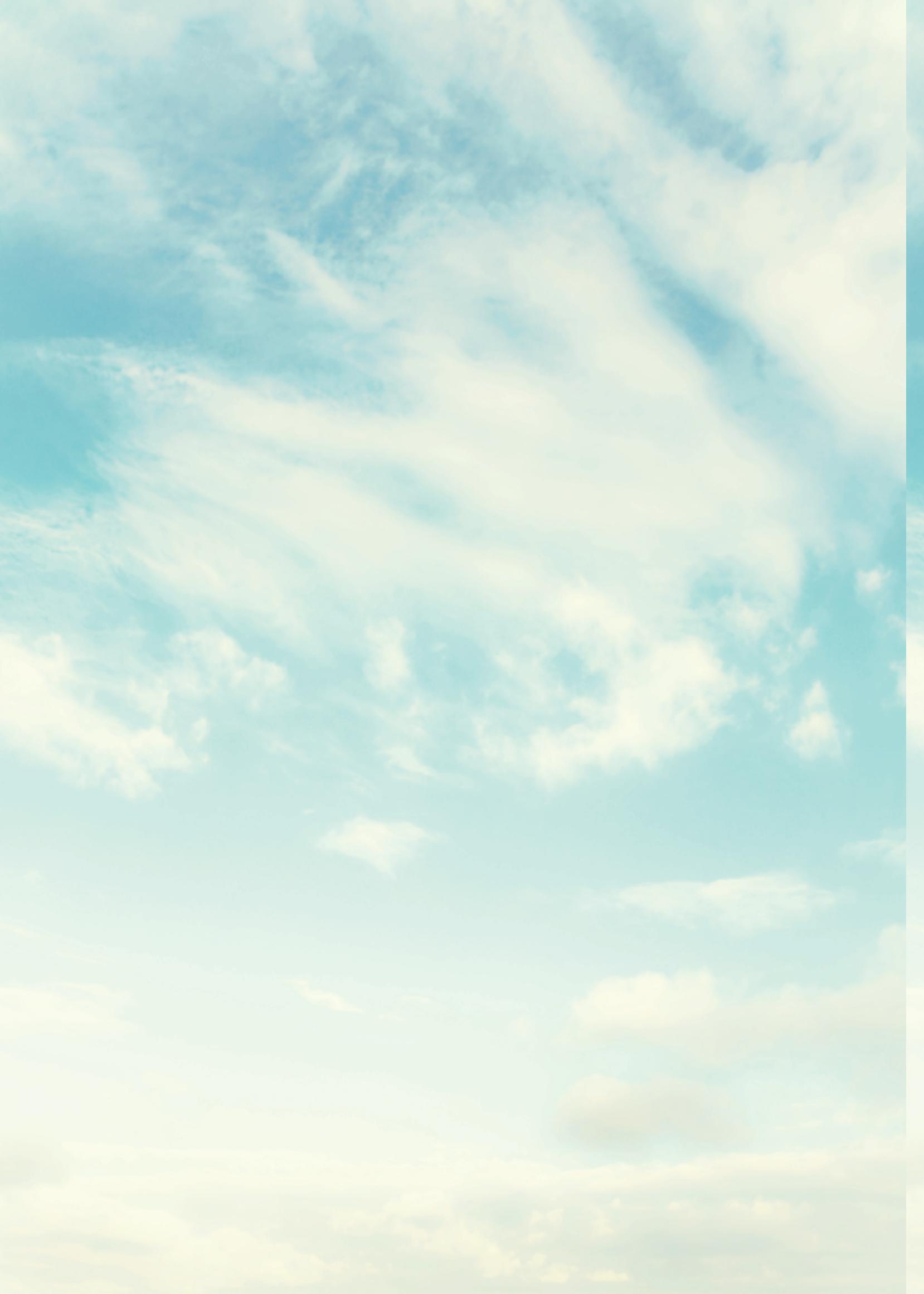
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2015, R\$ 6,2 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R\$ 2,7 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem ampliação e modernização de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infraestrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 3,5 bilhões.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2015, as instituições Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) são responsáveis por dispêndios correspondentes a 48 % e 47 %, respectivamente.





ANEXO

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO

DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS

GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS

- ▶ **Empresas do Setor Produtivo**
- ▶ **Empresas do Setor Financeiro**

EMPRESA DO SETOR PRODUTIVO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

22000 M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.252.007	Receitas	48.736.375
Investimentos	300.000	Receita Operacional	41.781.782
Amortizações Operações Créditos L.P.	3.952.007	Receita não Operacional	6.954.593
Operações Internas	3.952.007		
Dispêndios Correntes	46.411.132	Total das Fontes	48.736.375
Pessoal e Encargos Sociais	20.681.326	Variação de Capital de Giro	-6.001
Materiais e Produtos	1.564.012	Variação do Disponível	1.986.765
Serviços de Terceiros	14.404.362		
Utilidades e Serviços	2.071.671		
Tributos e Encargos Parafiscais	3.070.842		
Encargos Financeiros e Outros	923.600		
Operações Internas	923.600		
Demais Dispêndios Correntes	3.695.319		
Total dos Usos	50.663.139	Total Líquido das Fontes	50.663.139

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	5.337.251	Receitas	29.597.900
Investimentos	5.337.251	Receita Operacional	19.663.897
Dispêndios Correntes	20.599.950	Receita não Operacional	9.934.003
Pessoal e Encargos Sociais	9.385.105	Total das Fontes	29.597.900
Materiais e Produtos	1.425.541	Variação de Capital de Giro	-3.717.813
Serviços de Terceiros	4.988.666	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	54.623
Utilidades e Serviços	1.340.130	Variação do Disponível	2.491
Tributos e Encargos Parafiscais	2.987.689		
Encargos Financeiros e Outros	54.513		
Outras Fontes	54.513		
Demais Dispêndios Correntes	418.306		
Total dos Usos	25.937.201	Total Líquido das Fontes	25.937.201

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	37.203.789	Receitas	188.132.688
Investimentos	37.203.789	Receita Operacional	174.883.097
Dispêndios Correntes	207.172.481	Receita não Operacional	13.249.591
Pessoal e Encargos Sociais	68.091.546	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	56.500.000
Materiais e Produtos	8.314.339	Participação da União no Capital - Tesouro	56.500.000
Serviços de Terceiros	69.979.220	Total das Fontes	244.632.688
Utilidades e Serviços	28.161.547	Variação do Disponível	-256.418
Tributos e Encargos Parafiscais	29.145.829		
Demais Dispêndios Correntes	3.480.000		
Total dos Usos	244.376.270	Total Líquido das Fontes	244.376.270

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	333.038.967	Receitas	2.638.177.680	
Investimentos	318.562.495	Receita Operacional	2.308.782.852	
Outros Dispêndios de Capital	14.476.472	Receita não Operacional	329.394.828	
Dispêndios Correntes	2.548.773.768	Total das Fontes	2.638.177.680	
Pessoal e Encargos Sociais	1.509.200.056	Variação de Capital de Giro	216.811.171	
Materiais e Produtos	13.399.143	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.266.346	
Serviços de Terceiros	392.243.297	Variação do Disponível	24.557.538	
Utilidades e Serviços	28.373.035			
Tributos e Encargos Parafiscais	350.079.022			
Encargos Financeiros e Outros	28.329.326			
Outras Fontes	28.329.326			
Demais Dispêndios Correntes	227.149.889			
Total dos Usos	2.881.812.735	Total Líquido das Fontes	2.881.812.735	

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	219.417.512	Receitas	2.473.930.963	
Investimentos	119.417.512	Receita Operacional	2.453.264.963	
Outros Dispêndios de Capital	100.000.000	Receita não Operacional	20.666.000	
Dispêndios Correntes	2.409.986.839	Total das Fontes	2.473.930.963	
Pessoal e Encargos Sociais	473.898.516	Variação de Capital de Giro	-110.393.672	
Materiais e Produtos	507.795.121	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.982.000	
Serviços de Terceiros	1.294.375.179	Variação do Disponível	267.849.060	
Utilidades e Serviços	18.678.023			
Tributos e Encargos Parafiscais	24.480.000			
Encargos Financeiros e Outros	32.560.000			
Operações Internas	30.000.000			
Outras Fontes	2.560.000			
Demais Dispêndios Correntes	58.200.000			
Total dos Usos	2.629.404.351	Total Líquido das Fontes	2.629.404.351	

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	17.726.561	Receitas	34.336.859	
Outros Dispêndios de Capital	17.726.561	Receita Operacional	32.217.869	
Dispêndios Correntes	16.610.298	Receita não Operacional	2.118.990	
Pessoal e Encargos Sociais	1.284.525	Total das Fontes	34.336.859	
Serviços de Terceiros	133.689	Variação de Capital de Giro	2.024.387	
Utilidades e Serviços	304	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.024.352	
Tributos e Encargos Parafiscais	13.701.616	Variação do Disponível	-35	
Demais Dispêndios Correntes	1.490.164			
Total dos Usos	34.336.859	Total Líquido das Fontes	34.336.859	

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	1.622.247.130	Receitas	2.989.291.509	
Outros Dispêndios de Capital	1.622.247.130	Receita Operacional	2.903.650.806	
Dispêndios Correntes	1.367.044.379	Receita não Operacional	85.640.703	
Pessoal e Encargos Sociais	8.132.955	Total das Fontes	2.989.291.509	
Serviços de Terceiros	291.217.624	Variação de Capital de Giro	62.254	
Utilidades e Serviços	437.479	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-62.254	
Tributos e Encargos Parafiscais	1.044.896.487	Variação do Disponível		
Demais Dispêndios Correntes	22.359.834			
Total dos Usos	2.989.291.509	Total Líquido das Fontes	2.989.291.509	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	39.253.690	Receitas	954.636.312	
Investimentos	28.717.000	Receita Operacional	911.421.924	
Outros Dispêndios de Capital	10.536.690	Receita não Operacional	43.214.388	
Dispêndios Correntes	856.056.361	Total das Fontes	954.636.312	
Pessoal e Encargos Sociais	216.377.328	Variação de Capital de Giro	-52.459.383	
Materiais e Produtos	63.366.832	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-7.840.125	
Serviços de Terceiros	390.162.777	Variação do Disponível	973.247	
Utilidades e Serviços	14.943.660			
Tributos e Encargos Parafiscais	147.563.273			
Demais Dispêndios Correntes	23.642.491			
Total dos Usos	895.310.051	Total Líquido das Fontes	895.310.051	

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	1.439.049	Receitas	65.014.339	
Investimentos	1.000.000	Receita Operacional	63.681.972	
Outros Dispêndios de Capital	439.049	Receita não Operacional	1.332.367	
Dispêndios Correntes	63.165.708	Total das Fontes	65.014.339	
Pessoal e Encargos Sociais	32.142.389	Variação de Capital de Giro	-779.229	
Materiais e Produtos	294.020	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	7.886	
Serviços de Terceiros	12.021.917	Variação do Disponível	361.761	
Utilidades e Serviços	4.243.874			
Tributos e Encargos Parafiscais	6.544.676			
Encargos Financeiros e Outros	788.651			
Operações Internas	788.651			
Demais Dispêndios Correntes	7.130.181			
Total dos Usos	64.604.757	Total Líquido das Fontes	64.604.757	

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	2.337.460.161	Receitas	1.796.867.582	
Investimentos	1.297.444	Receita Operacional	759.916	
Amortizações Operações Creditos L.P.	2.183.583.271	Receita não Operacional	1.796.107.666	
Outras Fontes	2.183.583.271	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	454.647.845	
Outros Dispêndios de Capital	152.579.446	Outras Fontes	454.647.845	
Dispêndios Correntes	819.288.757	Total das Fontes	2.251.515.427	
Pessoal e Encargos Sociais	21.831.900	Variação de Capital de Giro	614.521.836	
Materiais e Produtos	88.180	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-312.607.614	
Serviços de Terceiros	249.964.115	Variação do Disponível	603.319.269	
Utilidades e Serviços	812.313			
Tributos e Encargos Parafiscais	42.226.802			
Encargos Financeiros e Outros	452.589.046			
Outras Fontes	452.589.046			
Demais Dispêndios Correntes	51.776.401			
Total dos Usos	3.156.748.918	Total Líquido das Fontes	3.156.748.918	

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	69.936.546	Receitas	630.193.630	
Investimentos	650.000	Receita Operacional	598.989.362	
Outros Dispêndios de Capital	69.286.546	Receita não Operacional	31.204.268	
Dispêndios Correntes	707.772.961	Total das Fontes	630.193.630	
Pessoal e Encargos Sociais	9.690.483	Variação de Capital de Giro	151.478.984	
Materiais e Produtos	154.037	Variação do Disponível	-3.963.107	
Serviços de Terceiros	106.405.081			
Utilidades e Serviços	1.260.289			
Tributos e Encargos Parafiscais	113.056.686			
Encargos Financeiros e Outros	4.443.624			
Operações Internas	2.905.851			
Outras Fontes	1.537.773			

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Demais Dispêndios Correntes	472.762.761		
Total dos Usos	777.709.507	Total Líquido das Fontes	777.709.507

25283 BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	1.237.487	Receitas	147.951.243
Pessoal e Encargos Sociais	1.165.205	Receita não Operacional	147.951.243
Serviços de Terceiros	72.282	Total das Fontes	147.951.243
		Variação de Capital de Giro	-146.713.774
		Variação do Disponível	18
Total dos Usos	1.237.487	Total Líquido das Fontes	1.237.487

25284 NOSSA CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. - BNC CAPITALIZAÇÃO

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	92.043	Receitas	555.275
Outros Dispêndios de Capital	92.043	Receita não Operacional	555.275
Dispêndios Correntes	458.387	Total das Fontes	555.275
Pessoal e Encargos Sociais	235.369	Variação de Capital de Giro	-4.846
Tributos e Encargos Parafiscais	165.592	Variação do Disponível	1
Demais Dispêndios Correntes	57.426		
Total dos Usos	550.430	Total Líquido das Fontes	550.430

25286 BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.222.826.001	Receitas	2.092.038.356
Outros Dispêndios de Capital	1.222.826.001	Receita Operacional	1.973.792.813
Dispêndios Correntes	53.995.021	Receita não Operacional	118.245.543
Pessoal e Encargos Sociais	2.088.602	Total das Fontes	2.092.038.356
Serviços de Terceiros	69.958	Variação de Capital de Giro	-222.794.240
Utilidades e Serviços	607.949	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.018.667
Tributos e Encargos Parafiscais	42.901.999	Variação do Disponível	-591.404.427
Demais Dispêndios Correntes	8.326.513		
Total dos Usos	1.276.821.022	Total Líquido das Fontes	1.276.821.022

25289 AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.202.684	Receitas	49.465.207
Investimentos	2.202.684	Receita Operacional	45.844.132
Dispêndios Correntes	46.653.679	Receita não Operacional	3.621.075
Pessoal e Encargos Sociais	29.866.368	Total das Fontes	49.465.207
Materiais e Produtos	329.852	Variação de Capital de Giro	1
Serviços de Terceiros	8.571.735	Variação do Disponível	-608.845
Utilidades e Serviços	579.920		
Tributos e Encargos Parafiscais	5.435.794		
Demais Dispêndios Correntes	1.870.010		
Total dos Usos	48.856.363	Total Líquido das Fontes	48.856.363

25290 BB COR PARTICIPAÇÕES S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.626.036.514	Receitas	1.638.587.063
Outros Dispêndios de Capital	1.626.036.514	Receita Operacional	1.625.421.478
Dispêndios Correntes	12.550.549	Receita não Operacional	13.165.585
Pessoal e Encargos Sociais	262.624	Total das Fontes	1.638.587.063
Tributos e Encargos Parafiscais	159.684	Variação de Capital de Giro	6.206.973
Demais Dispêndios Correntes	12.128.241	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.074.772
		Variação do Disponível	-5.132.201
Total dos Usos	1.638.587.063	Total Líquido das Fontes	1.638.587.063

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25291 BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital			R\$ 1,00
Outros Dispêndios de Capital	2.923.022,317	Receitas	3.731.960,673
Dispêndios Correntes	96.870,344	Receita Operacional	3.697.229,033
Pessoal e Encargos Sociais	30.536,336	Receita não Operacional	34.731,640
Serviços de Terceiros	1.982,770	Total das Fontes	3.731.960,673
Utilidades e Serviços	471,454	Variação de Capital de Giro	-803.847,283
Tributos e Encargos Parafiscais	2.809,257	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	33.407,810
Demais Dispêndios Correntes	61.070,527	Variação do Disponível	58.371,461
Total dos Usos	3.019.892,661	Total Líquido das Fontes	3.019.892,661

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

32000 M. DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.500.000	Receitas	204.801.336
Investimentos	16.500.000	Receita Operacional	201.373.336
Dispêndios Correntes	182.164.081	Receita não Operacional	3.428.000
Pessoal e Encargos Sociais	111.639.279	Total das Fontes	204.801.336
Materiais e Produtos	1.900.000	Variação de Capital de Giro	5.383.264
Serviços de Terceiros	43.657.596	Variação do Disponível	-11.520.519
Utilidades e Serviços	4.596.194		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.612.339		
Encargos Financeiros e Outros	1.025.000		
Outras Fontes	1.025.000		
Demais Dispêndios Correntes	17.733.673		
Total dos Usos	198.664.081	Total Líquido das Fontes	198.664.081

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.870.832.029	Receitas	2.270.467.977
Investimentos	3.750.970.957	Receita Operacional	2.263.467.977
Amortizações Operações Créditos L.P.	119.861.072	Receita não Operacional	7.000.000
Outras Fontes	119.861.072	Operações de Crédito	3.270.431.527
Dispêndios Correntes	1.891.493.384	Operações de Credito Internas – Moedas	3.270.431.527
Pessoal e Encargos Sociais	507.150.191	Total das Fontes	5.540.899.504
Materiais e Produtos	457.866.585	Variação de Capital de Giro	667.049.776
Serviços de Terceiros	362.952.128	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-38.722.201
Utilidades e Serviços	15.450.821	Variação do Disponível	-406.901.666
Tributos e Encargos Parafiscais	297.273.262		
Encargos Financeiros e Outros	76.847.862		
Operações Internas	31.645.226		
Outras Fontes	45.202.636		
Demais Dispêndios Correntes	173.952.535		
Total dos Usos	5.762.325.413	Total Líquido das Fontes	5.762.325.413

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	7.014.884.154	Receitas	17.269.288.543
Investimentos	36.639.774	Receita Operacional	12.617.538.473
Inversões Financeiras	1.293.176.131	Receita não Operacional	4.651.750.070
Amortizações Operações Créditos L.P.	3.122.748.114	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	3.197.927.796
Operações Internas	500.000.000	Outras Fontes	3.197.927.796
Operações Externas	1.621.438.021	Operações de Crédito	2.466.459.698
Outras Fontes	1.001.310.093	Operações de Credito Internas – Moedas	2.466.459.698
Outros Dispêndios de Capital	2.562.320.135	Total das Fontes	22.933.676.037
Dispêndios Correntes	15.497.490.317	Variação de Capital de Giro	-797.847.396
Pessoal e Encargos Sociais	270.997.404	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-222.445.267
Materiais e Produtos	11.683.182.382	Variação do Disponível	598.991.097
Serviços de Terceiros	400.199.000		
Utilidades e Serviços	10.894.040		
Tributos e Encargos Parafiscais	146.424.000		
Encargos Financeiros e Outros	1.885.241.279		
Operações Internas	985.079.707		
Operações Externas	596.729.811		
Outras Fontes	303.431.761		
Demais Dispêndios Correntes	1.100.552.212		
Total dos Usos	22.512.374.471	Total Líquido das Fontes	22.512.374.471

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.789.489.677	Receitas	6.851.353.472
Investimentos	1.081.500.000	Receita Operacional	6.201.648.489

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Inversões Financeiras</i>	718.754.490	<i>Receita não Operacional</i>	649.704.983
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	491.763.963	<i>Operações de Crédito</i>	338.156.352
<i>Operações Internas</i>	185.470.835	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	338.156.352
<i>Operações Externas</i>	10.294	Total das Fontes	7.189.509.824
<i>Outras Fontes</i>	306.282.834	<i>Variação de Capital de Giro</i>	516.164.015
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	497.471.224	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-6.306.994
Dispêndios Correntes	4.626.043.397	<i>Variação do Disponível</i>	-283.833.771
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	903.429.650		
<i>Materiais e Produtos</i>	1.397.297.464		
<i>Serviços de Terceiros</i>	348.382.199		
<i>Utilidades e Serviços</i>	8.739.154		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.071.256.652		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	307.151.326		
<i>Operações Internas</i>	418		
<i>Operações Externas</i>	94.668.299		
<i>Outras Fontes</i>	212.482.609		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	589.786.952		
Total dos Usos	7.415.533.074	Total Líquido das Fontes	7.415.533.074

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.341.987.269	<i>Receitas</i>	1.666.379.546
<i>Investimentos</i>	521.904.576	<i>Receita Operacional</i>	1.492.825.184
<i>Inversões Financeiras</i>	320.730.703	<i>Receita não Operacional</i>	173.554.362
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	311.731.210	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	38.065.869
<i>Operações Internas</i>	183.892.829	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	38.065.869
<i>Outras Fontes</i>	127.838.381	<i>Retorno de Aplicações Financeiras L.P.</i>	1.284.063
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	187.620.780	<i>Outras Fontes</i>	1.284.063
Dispêndios Correntes	1.502.355.496	<i>Operações de Crédito</i>	88.923.033
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	270.890.372	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	88.923.033
<i>Materiais e Produtos</i>	311.674.302	Outros Recursos de Longo Prazo	200.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	188.596.685	<i>Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)</i>	200.000.000
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.556.608	Total das Fontes	1.994.652.511
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	284.794.508	<i>Variação de Capital de Giro</i>	705.695.230
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	273.662.851	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	37.622.229
<i>Operações Internas</i>	168.564.270	<i>Variação do Disponível</i>	106.372.795
<i>Outras Fontes</i>	105.098.581		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	170.180.170		
Total dos Usos	2.844.342.765	Total Líquido das Fontes	2.844.342.765

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.321.433.642	<i>Receitas</i>	4.254.643.081
<i>Investimentos</i>	1.876.888.759	<i>Receita Operacional</i>	3.965.045.370
<i>Inversões Financeiras</i>	926.037.512	<i>Receita não Operacional</i>	289.597.711
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	447.127.120	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	26.604.293
<i>Operações Internas</i>	326.636.328	<i>Outras Fontes</i>	26.604.293
<i>Outras Fontes</i>	120.490.792	Operações de Crédito	480.284.000
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	71.380.251	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	480.284.000
Dispêndios Correntes	4.189.158.459	Total das Fontes	4.761.531.374
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	742.097.047	<i>Variação de Capital de Giro</i>	1.252.860.274
<i>Materiais e Produtos</i>	2.024.892.224	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-2.393.452
<i>Serviços de Terceiros</i>	364.577.496	<i>Variação do Disponível</i>	1.498.593.905
<i>Utilidades e Serviços</i>	12.294.632		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	318.630.122		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	262.252.230		
<i>Operações Internas</i>	223.881.368		
<i>Outras Fontes</i>	38.370.862		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	464.414.708		
Total dos Usos	7.510.592.101	Total Líquido das Fontes	7.510.592.101

32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Dispêndios de Capital	3.598.834.368	Receitas	6.640.820.085
Investimentos	1.297.190.851	Receita Operacional	6.279.920.504
Inversões Financeiras	753.281.913	Receita não Operacional	360.899.581
Amortizações Operações Creditos L.P.	480.070.275	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	293.406.262
Operações Internas	106.631.663	Participação no Capital – Empresas Estatais	293.406.262
Operações Externas	7.905.533	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	2.885.369
Outras Fontes	365.533.079	Outras Fontes	2.885.369
Outros Dispêndios de Capital	1.068.291.329	Operações de Crédito	293.996.000
Dispêndios Correntes	5.339.891.168	Operações de Credito Internas – Moedas	283.996.000
Pessoal e Encargos Sociais	1.006.755.500	Operações de Credito Externas – Moedas Outras	10.000.000
Materiais e Produtos	1.265.795.090	Outros Recursos de Longo Prazo	90.783.293
Serviços de Terceiros	629.994.879	Demais Recursos de Longo Prazo	90.783.293
Utilidades e Serviços	29.454.100	Total das Fontes	7.321.891.009
Tributos e Encargos Parafiscais	968.637.812	Variação de Capital de Giro	2.189.294.349
Encargos Financeiros e Outros	839.782.711	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-78.838.571
Operações Internas	616.681.854	Variação do Disponível	-493.621.251
Operações Externas	2.728.645		
Outras Fontes	220.372.212		
Demais Dispêndios Correntes	599.471.076		
Total dos Usos	8.938.725.536	Total Líquido das Fontes	8.938.725.536

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	92.150.052.330	Receitas	395.355.485.076
Investimentos	69.452.632.000	Receita Operacional	388.032.339.221
Inversões Financeiras	4.368.467.029	Receita não Operacional	7.323.145.855
Amortizações Operações Creditos L.P.	5.768.352.904	Operações de Crédito	2.000.000.000
Operações Internas	846.196.577	Operações de Credito Internas – Moedas	1.000.000.000
Operações Externas	4.888.660.530	Operações de Credito Externas – Moedas Outras	1.000.000.000
Debêntures	33.495.797	Total das Fontes	397.355.485.076
Outros Dispêndios de Capital	12.560.600.397	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	1.600.000.000
Dispêndios Correntes	319.241.938.880	Variação de Capital de Giro	20.657.357.558
Pessoal e Encargos Sociais	19.411.247.531	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-49.780.465
Materiais e Produtos	84.152.846.462	Variação do Disponível	-8.171.070.959
Serviços de Terceiros	66.587.171.283		
Utilidades e Serviços	544.285.179		
Tributos e Encargos Parafiscais	73.697.176.305		
Encargos Financeiros e Outros	5.872.385.986		
Operações Internas	4.561.440.450		
Operações Externas	845.294.460		
Debêntures	54.997.330		
Mútuos com Empresas do Exterior	410.653.746		
Demais Dispêndios Correntes	68.976.826.134		
Total dos Usos	411.391.991.210	Total Líquido das Fontes	411.391.991.210

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	61.477.494	Receitas	30.176.364
Materiais e Produtos	9.211.142	Receita Operacional	9.211.142
Encargos Financeiros e Outros	29.152.075	Receita não Operacional	20.965.222
Mútuos com Empresas do Exterior	29.124.371	Total das Fontes	30.176.364
Outras Fontes	27.704	Variação de Capital de Giro	-2.618.518
Demais Dispêndios Correntes	23.114.277	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	3.166
		Variação do Disponível	33.916.482
Total dos Usos	61.477.494	Total Líquido das Fontes	61.477.494

32238 INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDAÇÃO)

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	5.185.458	Receitas	120.000
Pessoal e Encargos Sociais	29.070	Receita não Operacional	120.000
Materiais e Produtos	6.000	Outros Recursos de Longo Prazo	5.065.458
Serviços de Terceiros	318.570	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	5.065.458
Utilidades e Serviços	23.254	Total das Fontes	5.185.458

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	5.600		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	4.802.964		
Total dos Usos	5.185.458	Total Líquido das Fontes	5.185.458

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital			
<i>Investimentos</i>	2.266.215.349	<i>Receitas</i>	129.356.472.597
<i>Inversões Financeiras</i>	927.820.000	<i>Receita Operacional</i>	129.037.737.413
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	30.640.867	<i>Receita não Operacional</i>	318.735.184
Dispêndios Correntes		Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	322.781.196
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.307.754.482	<i>Outras Fontes</i>	322.781.196
<i>Materiais e Produtos</i>	125.708.994.782	Total das Fontes	129.679.253.793
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.156.750.939	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-1.484.401.145
<i>Utilidades e Serviços</i>	93.605.276.835	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-224.443.892
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	3.537.579.269	<i>Variação do Disponível</i>	4.801.375
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	53.857.535		
<i>Outras Fontes</i>	26.661.932.614		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	141.131.489		
	552.466.101		
Total dos Usos	127.975.210.131	Total Líquido das Fontes	127.975.210.131

32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital			
<i>Inversões Financeiras</i>	179.434.805	<i>Receitas</i>	263.067.861
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	1.394.000	<i>Receita não Operacional</i>	263.067.861
Dispêndios Correntes		Total das Fontes	263.067.861
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	178.040.805	<i>Variação de Capital de Giro</i>	10.947.669
<i>Materiais e Produtos</i>	80.827.854	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-27.784.654
<i>Serviços de Terceiros</i>	9.850.991	<i>Variação do Disponível</i>	14.031.783
<i>Utilidades e Serviços</i>	32.100		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	15.933.089		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	19.500		
	39.069.324		
Total dos Usos	260.262.659	Total Líquido das Fontes	260.262.659

32264 ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital			
<i>Investimentos</i>	21.150.000	<i>Receitas</i>	19.000.000
<i>Inversões Financeiras</i>	150.000	<i>Receita não Operacional</i>	19.000.000
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	7.000.000	Total das Fontes	19.000.000
Dispêndios Correntes		<i>Variação de Capital de Giro</i>	-242.128
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	14.000.000	<i>Variação do Disponível</i>	8.497.248
<i>Materiais e Produtos</i>	6.105.120		
<i>Serviços de Terceiros</i>	3.042.167		
<i>Utilidades e Serviços</i>	93.552		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.570.895		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	82.781		
	938.917		
Total dos Usos	27.255.120	Total Líquido das Fontes	27.255.120

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital			
<i>Investimentos</i>	165.464.293	<i>Receitas</i>	677.615.316
<i>Amortizações Operações Créditos L.P.</i>	121.400.000	<i>Receita Operacional</i>	626.501.267
<i>Outras Fontes</i>	44.064.293	<i>Receita não Operacional</i>	51.114.049
Dispêndios Correntes		Outros Recursos de Longo Prazo	48.959.377
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	44.064.293	<i>Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)</i>	48.959.377
<i>Materiais e Produtos</i>	520.253.010	Total das Fontes	726.574.693
<i>Serviços de Terceiros</i>	38.497.156	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-2.539.532
<i>Utilidades e Serviços</i>	278.011.707	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-14.948
	35.933.256	<i>Variação do Disponível</i>	-38.302.910
Total dos Usos	519.000		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Tributos e Encargos Parafiscais	137.497.250		
Encargos Financeiros e Outros	13.770.540		
Outras Fontes	13.770.540		
Demais Dispêndios Correntes	16.024.101		
Total dos Usos	685.717.303	Total Líquido das Fontes	685.717.303

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	278.131.832	Receitas	1.649.931.819
Investimentos	215.941.000	Receita Operacional	1.647.781.819
Amortizações Operações Créditos L.P.	62.190.832	Receita não Operacional	2.150.000
Outras Fontes	62.190.832	Outros Recursos de Longo Prazo	113.477.354
Dispêndios Correntes	1.553.798.662	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	113.477.354
Pessoal e Encargos Sociais	103.498.299	Total das Fontes	1.763.409.173
Materiais e Produtos	755.480.498	Variação de Capital de Giro	-26.652.801
Serviços de Terceiros	98.480.867	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	70.327.001
Utilidades e Serviços	6.461.001	Variação do Disponível	24.847.121
Tributos e Encargos Parafiscais	452.288.803		
Encargos Financeiros e Outros	81.577.717		
Outras Fontes	81.577.717		
Demais Dispêndios Correntes	56.011.477		
Total dos Usos	1.831.930.494	Total Líquido das Fontes	1.831.930.494

32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	581.388.120	Receitas	1.561.817.419
Investimentos	341.842.067	Receita Operacional	1.481.242.022
Amortizações Operações Créditos L.P.	239.546.053	Receita não Operacional	80.575.397
Operações Internas	1.226.686	Outros Recursos de Longo Prazo	169.000.000
Operações Externas	365.181	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	169.000.000
Outras Fontes	237.954.186	Total das Fontes	1.730.817.419
Dispêndios Correntes	1.338.947.895	Variação de Capital de Giro	139.824.655
Pessoal e Encargos Sociais	122.714.701	Variação do Disponível	49.693.941
Materiais e Produtos	468.019.287		
Serviços de Terceiros	120.533.573		
Utilidades e Serviços	5.173.472		
Tributos e Encargos Parafiscais	445.074.782		
Encargos Financeiros e Outros	78.902.379		
Operações Internas	29.127		
Operações Externas	351.206		
Outras Fontes	78.522.046		
Demais Dispêndios Correntes	98.529.701		
Total dos Usos	1.920.336.015	Total Líquido das Fontes	1.920.336.015

32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	522.601.000	Receitas	1.879.195.428
Investimentos	378.545.000	Receita Operacional	1.812.932.408
Amortizações Operações Créditos L.P.	144.056.000	Receita não Operacional	66.263.020
Outras Fontes	144.056.000	Operações de Crédito	200.000.000
Dispêndios Correntes	1.800.924.344	Operações de Crédito Internas – Moedas	200.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	104.810.208	Outros Recursos de Longo Prazo	299.000.000
Materiais e Produtos	979.421.300	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	299.000.000
Serviços de Terceiros	144.072.108	Total das Fontes	2.378.195.428
Utilidades e Serviços	6.875.440	Variação de Capital de Giro	-19.872.889
Tributos e Encargos Parafiscais	455.177.469	Variação do Disponível	-34.797.195
Encargos Financeiros e Outros	49.498.000		
Outras Fontes	49.498.000		
Demais Dispêndios Correntes	61.069.819		
Total dos Usos	2.323.525.344	Total Líquido das Fontes	2.323.525.344

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES LDO, Art 11, inciso VI

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	409.511.471	Receitas	1.143.683.118
Investimentos	92.709.000	Receita Operacional	1.118.057.383
Amortizações Operações Creditos L.P.	39.551.224	Receita não Operacional	25.625.735
Operações Externas	39.551.224	Total das Fontes	1.143.683.118
Outros Dispêndios de Capital	277.251.247	Variação de Capital de Giro	-167.749.318
Dispêndios Correntes	750.308.902	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	51.246.687
Pessoal e Encargos Sociais	120.047.697	Variação do Disponível	132.639.886
Materiais e Produtos	10.141.359		
Serviços de Terceiros	75.791.515		
Utilidades e Serviços	10.174.148		
Tributos e Encargos Parafiscais	379.668.593		
Encargos Financeiros e Outros	117.773.974		
Operações Externas	5.992.167		
Outras Fontes	111.781.807		
Demais Dispêndios Correntes	36.711.616		
Total dos Usos	1.159.820.373	Total Líquido das Fontes	1.159.820.373

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	63.625.027	Receitas	857.189.916
Investimentos	56.811.027	Receita Operacional	836.354.232
Amortizações Operações Creditos L.P.	6.814.000	Receita não Operacional	20.835.684
Outras Fontes	6.814.000	Outros Recursos de Longo Prazo	31.101.000
Dispêndios Correntes	824.793.173	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	31.101.000
Pessoal e Encargos Sociais	57.318.176	Total das Fontes	888.290.916
Materiais e Produtos	518.892.649	Variação de Capital de Giro	-17.326.564
Serviços de Terceiros	22.289.523	Variação do Disponível	17.453.848
Utilidades e Serviços	1.871.820		
Tributos e Encargos Parafiscais	24.991.954		
Encargos Financeiros e Outros	2.181.000		
Outras Fontes	2.181.000		
Demais Dispêndios Correntes	197.248.051		
Total dos Usos	888.418.200	Total Líquido das Fontes	888.418.200

32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	920.327.131	Receitas	7.552.119.351
Investimentos	776.372.142	Receita Operacional	7.390.001.494
Amortizações Operações Creditos L.P.	143.954.989	Receita não Operacional	162.117.857
Outras Fontes	143.954.989	Outros Recursos de Longo Prazo	1.200.782.404
Dispêndios Correntes	7.709.320.575	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	1.200.782.404
Pessoal e Encargos Sociais	297.853.961	Total das Fontes	8.752.901.755
Materiais e Produtos	5.057.694.952	Variação de Capital de Giro	-70.001.389
Serviços de Terceiros	275.282.312	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-224.634.381
Utilidades e Serviços	18.692.872	Variação do Disponível	171.381.721
Tributos e Encargos Parafiscais	1.260.422.973		
Encargos Financeiros e Outros	371.528.947		
Outras Fontes	371.528.947		
Demais Dispêndios Correntes	427.844.558		
Total dos Usos	8.629.647.706	Total Líquido das Fontes	8.629.647.706

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.915.809.756	Receitas	8.504.037.751
Investimentos	2.362.776.000	Receita Operacional	8.384.571.444
Amortizações Operações Creditos L.P.	150.979.852	Receita não Operacional	119.466.307
Operações Internas	150.979.852	Operações de Crédito	1.454.902.320
Outros Dispêndios de Capital	402.053.904	Operações de Crédito Internas – Moedas	1.454.902.320
Dispêndios Correntes	7.093.081.958	Total das Fontes	9.958.940.071
Pessoal e Encargos Sociais	1.990.869.562	Variação de Capital de Giro	59.973.158

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Materiais e Produtos	268.107.934	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	37.923.876
Serviços de Terceiros	2.055.377.781	Variação do Disponível	-47.945.391
Utilidades e Serviços	263.803.862		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.366.952.265		
Encargos Financeiros e Outros	251.870.295		
Operações Internas	251.870.295		
Demais Dispêndios Correntes	896.100.259		
Total dos Usos	10.008.891.714	Total Líquido das Fontes	10.008.891.714

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital			
Investimentos	337.621.694	Receitas	1.324.510.371
Amortizações Operações Créditos L.P.	176.529.688	Receita Operacional	1.315.010.371
Outras Fontes	161.092.006	Receita não Operacional	9.500.000
Dispêndios Correntes	161.092.006	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	123.200.000
Pessoal e Encargos Sociais	97.335.162	Participação no Capital - Empresas Estatais	123.200.000
Materiais e Produtos	643.556.761	Total das Fontes	1.447.710.371
Serviços de Terceiros	76.074.678	Variação de Capital de Giro	77.955.840
Utilidades e Serviços	1.600.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	192.335.821
Tributos e Encargos Parafiscais	151.261.045	Variação do Disponível	-153.353.808
Encargos Financeiros e Outros	212.487.994		
Outras Fontes	212.487.994		
Demais Dispêndios Correntes	44.710.890		
Total dos Usos	1.564.648.224	Total Líquido das Fontes	1.564.648.224

32279 DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. - DOWNSTREAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes			
Serviços de Terceiros	490.806	Receitas	152.980
Demais Dispêndios Correntes	248.994	Receita não Operacional	152.980
	241.812	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	400.000
		Participação no Capital - Empresas Estatais	400.000
		Total das Fontes	552.980
		Variação de Capital de Giro	-160.653
		Variação do Disponível	98.479
Total dos Usos	490.806	Total Líquido das Fontes	490.806

32280 PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital			
Investimentos	689.898.731	Receitas	2.994.358.984
Amortizações Operações Créditos L.P.	77.000	Receita Operacional	2.662.638.510
Operações Internas	424.490.076	Receita não Operacional	331.720.474
Debêntures	330.000.000	Total das Fontes	2.994.358.984
Outros Dispêndios de Capital	94.490.076	Variação de Capital de Giro	22.675.253
Dispêndios Correntes	265.331.655	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-21.967.450
Pessoal e Encargos Sociais	2.549.705.266	Variação do Disponível	244.537.210
Materiais e Produtos	20.241.554		
Serviços de Terceiros	13.366		
Utilidades e Serviços	2.028.588.880		
Tributos e Encargos Parafiscais	326.173.217		
Encargos Financeiros e Outros	139.368.547		
Operações Internas	27.275.772		
Debêntures	7.320.961		
Demais Dispêndios Correntes	19.954.811		
Total dos Usos	3.239.603.997	Total Líquido das Fontes	3.239.603.997

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	26.019.115.771	Receitas	14.273.042.781
Investimentos	6.799.710.000	Receita Operacional	14.120.424.306

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Inversões Financeiras</i>	2.807.338.660	<i>Receita não Operacional</i>	152.618.475
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	16.398.660.011	<i>Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido</i>	2.292.000.000
<i>Operações Internas</i>	1.008.067	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	2.292.000.000
<i>Operações Externas</i>	6.821.750.624	<i>Operações de Crédito</i>	1.190.000.000
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	9.575.901.320	<i>Operações de Crédito Externas – Moedas Outras</i>	1.190.000.000
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	13.407.100	Total das Fontes	17.755.042.781
Dispêndios Correntes	1.343.301.323	<i>Variação do Capital de Giro</i>	10.459.879.698
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	9.081.635	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-8.712.950
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.467.216	<i>Variação do Disponível</i>	-843.792.435
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	33.414.155		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	488.178.691		
<i>Operações Externas</i>	10.322.669		
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	475.085.622		
<i>Outras Fontes</i>	2.770.400		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	811.159.626		
Total dos Usos	27.362.417.094	Total Líquido das Fontes	27.362.417.094

32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	212.760	<i>Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido</i>	212.760
<i>Serviços de Terceiros</i>	21.240	<i>Participação no Capital – Empresas Estatais</i>	212.760
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	191.520	Total das Fontes	212.760
Total dos Usos	212.760	Total Líquido das Fontes	212.760

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	7.896.464.000	<i>Receitas</i>	149.775.630.824
<i>Investimentos</i>	3.136.464.000	<i>Receita Operacional</i>	148.013.515.109
<i>Amortizações Operações Creditos L.P.</i>	4.760.000.000	<i>Receita não Operacional</i>	1.762.115.715
<i>Operações Externas</i>	4.760.000.000	<i>Retorno de Aplicações Financeiras L.P.</i>	9.575.901.320
Dispêndios Correntes	154.616.309.833	<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	9.575.901.320
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	326.496.020	<i>Operações de Crédito</i>	9.255.097.680
<i>Materiais e Produtos</i>	140.554.211.376	<i>Operações de Crédito Externas – Moedas Outras</i>	9.255.097.680
<i>Serviços de Terceiros</i>	187.279.202	Total das Fontes	168.606.629.824
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	4.902.332.500	<i>Variação do Capital de Giro</i>	-19.797.106.023
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	4.193.040.276	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	67.546.950
<i>Operações Externas</i>	4.174.687.709	<i>Variação do Disponível</i>	13.635.703.082
<i>Mútuos com Empresas do Exterior</i>	18.352.567		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	4.452.950.459		
Total dos Usos	162.512.773.833	Total Líquido das Fontes	162.512.773.833

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	50.000.000	<i>Receitas</i>	1.398.143.298
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	50.000.000	<i>Receita Operacional</i>	1.317.348.732
Dispêndios Correntes	704.887.753	<i>Receita não Operacional</i>	80.794.566
<i>Materiais e Produtos</i>	700.596.612	Total das Fontes	1.398.143.298
<i>Serviços de Terceiros</i>	57.852	<i>Variação do Capital de Giro</i>	-203.544.281
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.119.792	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-10.538.422
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	3.113.497	<i>Variação do Disponível</i>	-429.172.842
Total dos Usos	754.887.753	Total Líquido das Fontes	754.887.753

32289 PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	471.923	<i>Receitas</i>	617.544
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	471.923	<i>Receita não Operacional</i>	617.544
Dispêndios Correntes	383.668	Total das Fontes	617.544
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	34.560	<i>Variação do Capital de Giro</i>	9.685
<i>Serviços de Terceiros</i>	115.446	<i>Variação do Disponível</i>	228.362
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	9.900		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	223.762		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

Total dos Usos	855.591	Total Líquido das Fontes	855.591
----------------	---------	--------------------------	---------

32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	6.009.136.584	Receitas	8.005.177.598
Investimentos	289.891.000	Receita Operacional	7.638.553.579
Amortizações Operações Créditos L.P.	2.368.388.720	Receita não Operacional	366.624.019
Operações Internas	2.368.388.720	Total das Fontes	8.005.177.598
Outros Dispêndios de Capital	3.350.856.864	Variação do Capital de Giro	1.682.795.153
Dispêndios Correntes	4.066.073.185	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-266.432.813
Pessoal e Encargos Sociais	28.537.302	Variação do Disponível	653.669.831
Materiais e Produtos	376.195.019		
Serviços de Terceiros	3.074.715		
Utilidades e Serviços	27.172.611		
Tributos e Encargos Parafiscais	2.502.041.401		
Encargos Financeiros e Outros	964.595.251		
Operações Internas	856.911.848		
Outras Fontes	107.683.403		
Demais Dispêndios Correntes	164.456.886		
Total dos Usos	10.075.209.769	Total Líquido das Fontes	10.075.209.769

32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	178.823.986	Receitas	3.587.934.758
Investimentos	134.262.000	Receita Operacional	3.545.755.960
Amortizações Operações Créditos L.P.	26.650.980	Receita não Operacional	42.178.798
Operações Internas	26.650.980	Total das Fontes	3.587.934.758
Outros Dispêndios de Capital	17.911.006	Variação do Capital de Giro	25.528.641
Dispêndios Correntes	3.437.144.442	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.070.353
Pessoal e Encargos Sociais	341.048.031	Variação do Disponível	4.575.382
Materiais e Produtos	2.156.045.922		
Serviços de Terceiros	304.110.266		
Utilidades e Serviços	22.363.385		
Tributos e Encargos Parafiscais	499.768.864		
Encargos Financeiros e Outros	5.896.209		
Operações Internas	5.896.209		
Demais Dispêndios Correntes	107.911.765		
Total dos Usos	3.615.968.428	Total Líquido das Fontes	3.615.968.428

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	86.683.049	Receitas	96.546.273
Materiais e Produtos	708	Receita Operacional	69.039.657
Serviços de Terceiros	5.490.410	Receita não Operacional	27.506.616
Utilidades e Serviços	312	Total das Fontes	96.546.273
Tributos e Encargos Parafiscais	6.385.263	Variação do Capital de Giro	459.595
Demais Dispêndios Correntes	74.806.356	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.848.963
		Variação do Disponível	-13.171.782
Total dos Usos	86.683.049	Total Líquido das Fontes	86.683.049

32322 TERMOMACAÉ LTDA.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	263.386.526	Receitas	363.170.402
Outros Dispêndios de Capital	263.386.526	Receita Operacional	325.379.608
Dispêndios Correntes	153.602.661	Receita não Operacional	37.790.794
Pessoal e Encargos Sociais	22.616.370	Total das Fontes	363.170.402
Materiais e Produtos	634.587	Variação do Capital de Giro	90.355.649
Serviços de Terceiros	2.155.513	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.425.974
Utilidades e Serviços	120.048	Variação do Disponível	-33.110.890
Tributos e Encargos Parafiscais	101.916.575		
Demais Dispêndios Correntes	26.159.568		
Total dos Usos	86.683.049	Total Líquido das Fontes	86.683.049

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES LDO, Art 11, inciso VI

Total dos Usos	416.989.187	Total Líquido das Fontes	416.989.187
----------------	-------------	--------------------------	-------------

32332 TERMOBAHIA S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	9.966.116	Receitas	83.177.512
Amortizações Operações Creditos L.P.	9.966.116	Receita não Operacional	83.177.512
Operações Internas	9.966.116	Total das Fontes	83.177.512
Dispêndios Correntes	44.893.853	Variação de Capital de Giro	30.407.033
Pessoal e Encargos Sociais	9.149.160	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-5.735.673
Serviços de Terceiros	364.049	Variação do Disponível	-52.988.903
Utilidades e Serviços	1.860		
Tributos e Encargos Parafiscais	18.734.009		
Encargos Financeiros e Outros	15.791.105		
Debêntures	5.561.877		
Outras Fontes	10.229.228		
Demais Dispêndios Correntes	853.670		
Total dos Usos	54.859.969	Total Líquido das Fontes	54.859.969

32333 STRATURA ASFALTOS S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.552.838	Receitas	457.972.564
Investimentos	3.392.000	Receita Operacional	450.555.364
Outros Dispêndios de Capital	1.160.838	Receita não Operacional	7.417.200
Dispêndios Correntes	450.519.182	Total das Fontes	457.972.564
Pessoal e Encargos Sociais	15.066.739	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	-23.250.000
Materiais e Produtos	294.293.303	Variação de Capital de Giro	26.642.663
Serviços de Terceiros	37.342.221	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-7.137.080
Utilidades e Serviços	1.904.929	Variação do Disponível	843.873
Tributos e Encargos Parafiscais	93.232.599		
Encargos Financeiros e Outros	4.980.120		
Outras Fontes	4.980.120		
Demais Dispêndios Correntes	3.699.271		
Total dos Usos	455.072.020	Total Líquido das Fontes	455.072.020

32334 PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	784.086.443	Receitas	1.155.177.636
Investimentos	32.860.000	Receita Operacional	1.149.895.068
Inversões Financeiras	751.226.443	Receita não Operacional	5.282.568
Dispêndios Correntes	1.198.678.147	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	827.773.449
Pessoal e Encargos Sociais	95.012.738	Participação no Capital – Empresas Estatais	827.773.449
Materiais e Produtos	968.088.058	Total das Fontes	1.982.951.085
Serviços de Terceiros	60.417.535	Variação de Capital de Giro	472
Utilidades e Serviços	6.883.356	Variação do Disponível	-186.967
Tributos e Encargos Parafiscais	48.425.965		
Encargos Financeiros e Outros	21.096		
Outras Fontes	21.096		
Demais Dispêndios Correntes	19.829.399		
Total dos Usos	1.982.764.590	Total Líquido das Fontes	1.982.764.590

32342 CORDOBA FINANCIAL SERVICES GMBH - CFS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	303.037	Receitas	12.931
Tributos e Encargos Parafiscais	1.492	Receita não Operacional	12.931
Encargos Financeiros e Outros	11.082	Total das Fontes	12.931
Outras Fontes	11.082	Variação de Capital de Giro	62.788
Demais Dispêndios Correntes	290.463	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	11.082
		Variação do Disponível	216.236
Total dos Usos	303.037	Total Líquido das Fontes	303.037

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32343 COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital				
Investimentos	351.073.904	Receitas	1.623.253.381	
Amortizações Operações Creditos L.P.	6.114.000	Receita Operacional	1.612.163.237	
Operações Internas	344.959.904	Receita não Operacional	11.090.144	
Operações Externas	314.849.884	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	490.000.000	
	30.110.020	Participação no Capital – Empresas Estatais	490.000.000	
Dispêndios Correntes	1.691.821.191	Total das Fontes	2.113.253.381	
Pessoal e Encargos Sociais	23.015.925	Variação de Capital de Giro	-504.803	
Materiais e Produtos	1.174.471.176	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	244.424	
Serviços de Terceiros	123.205.818	Variação do Disponível	-70.097.907	
Utilidades e Serviços	2.782.229			
Tributos e Encargos Parafiscais	250.045.374			
Encargos Financeiros e Outros	76.769.226			
Operações Internas	74.506.658			
Operações Externas	2.262.568			
Demais Dispêndios Correntes	41.531.443			
Total dos Usos	2.042.895.095	Total Líquido das Fontes	2.042.895.095	

32344 COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital				
Investimentos	270.850.417	Receitas	1.441.649.634	
Amortizações Operações Creditos L.P.	12.679.000	Receita Operacional	1.437.055.290	
Operações Internas	258.171.417	Receita não Operacional	4.594.344	
Dispêndios Correntes	1.633.770.111	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	535.000.000	
Pessoal e Encargos Sociais	48.855.566	Participação no Capital – Empresas Estatais	535.000.000	
Materiais e Produtos	1.196.461.645	Total das Fontes	1.976.649.634	
Serviços de Terceiros	69.447.569	Variação de Capital de Giro	-42.841.004	
Utilidades e Serviços	3.532.455	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.018.792	
Tributos e Encargos Parafiscais	115.996.972	Variação do Disponível	-31.206.894	
Encargos Financeiros e Outros	132.746.342			
Operações Internas	130.693.206			
Outras Fontes	2.053.136			
Demais Dispêndios Correntes	66.729.562			
Total dos Usos	1.904.620.528	Total Líquido das Fontes	1.904.620.528	

32345 BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital				
Amortizações Operações Creditos L.P.	16.753.756	Receitas	25.568.784	
Operações Internas	16.753.756	Receita Operacional	24.325.812	
Dispêndios Correntes	30.649.695	Receita não Operacional	1.242.972	
Pessoal e Encargos Sociais	5.122.200	Total das Fontes	25.568.784	
Materiais e Produtos	30.864	Variação de Capital de Giro	-694.860	
Serviços de Terceiros	1.736.724	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	15.298.409	
Utilidades e Serviços	97.752	Variação do Disponível	7.231.118	
Tributos e Encargos Parafiscais	2.577.360			
Encargos Financeiros e Outros	20.956.767			
Operações Internas	7.317.771			
Outras Fontes	13.638.996			
Demais Dispêndios Correntes	128.028			
Total dos Usos	47.403.451	Total Líquido das Fontes	47.403.451	

32346 EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital				
Amortizações Operações Creditos L.P.	2.690.784	Receitas	22.980.462	
Operações Internas	2.690.784	Receita Operacional	21.209.610	
Dispêndios Correntes	9.818.324	Receita não Operacional	1.770.852	
Pessoal e Encargos Sociais	420.000	Total das Fontes	22.980.462	
Materiais e Produtos	18.000	Variação de Capital de Giro	1.712.458	
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.779.576	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Serviços de Terceiros	1.051.100	Variação do Disponível	-10.404.236
Utilidades e Serviços	633.600		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.196.640		
Encargos Financeiros e Outros	5.821.956		
Operações Internas	5.821.956		
Demais Dispêndios Correntes	677.028		
Total dos Usos	12.509.108	Total Líquido das Fontes	12.509.108

32349 INNOVA S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	31.071.000	Receitas	1.903.142.017
Investimentos	240.000	Receita Operacional	1.828.781.169
Amortizações Operações Créditos L.P.	30.831.000	Receita não Operacional	74.360.848
Operações Internas	30.831.000	Total das Fontes	1.903.142.017
Dispêndios Correntes	1.730.010.154	Variação de Capital de Giro	-142.649.487
Pessoal e Encargos Sociais	59.977.119	Variação do Disponível	588.624
Materiais e Produtos	1.165.680.642		
Serviços de Terceiros	87.577.182		
Utilidades e Serviços	182.825		
Tributos e Encargos Parafiscais	396.914.200		
Encargos Financeiros e Outros	2.265.126		
Operações Internas	705.600		
Operações Externas	1.559.526		
Demais Dispêndios Correntes	17.413.060		
Total dos Usos	1.761.081.154	Total Líquido das Fontes	1.761.081.154

32351 GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A. - GBD

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	15.692.000	Receitas	488.174.400
Investimentos	15.692.000	Receita Operacional	479.792.160
Dispêndios Correntes	435.721.160	Receita não Operacional	8.382.240
Pessoal e Encargos Sociais	15.880.810	Total das Fontes	488.174.400
Materiais e Produtos	281.639.380	Variação de Capital de Giro	13.767.068
Serviços de Terceiros	13.666.010	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-8.499.400
Utilidades e Serviços	1.391.200	Variação do Disponível	-42.028.908
Tributos e Encargos Parafiscais	110.219.540		
Encargos Financeiros e Outros	322.880		
Outras Fontes	322.880		
Demais Dispêndios Correntes	12.601.340		
Total dos Usos	451.413.160	Total Líquido das Fontes	451.413.160

32357 TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	20.000.000	Receitas	55.035.356
Outros Dispêndios de Capital	20.000.000	Receita Operacional	45.726.799
Dispêndios Correntes	43.784.047	Receita não Operacional	9.308.557
Materiais e Produtos	33.347.567	Total das Fontes	55.035.356
Serviços de Terceiros	44.796	Variação de Capital de Giro	904.115
Tributos e Encargos Parafiscais	7.769.051	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	137.190
Demais Dispêndios Correntes	2.622.633	Variação do Disponível	7.707.386
Total dos Usos	63.784.047	Total Líquido das Fontes	63.784.047

32358 ENERGÉTICA CAMAÇARI MURICY I S.A. - ECM 1

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	32.484.190	Receitas	300.863.878
Investimentos	6.842.000	Receita Operacional	290.689.061
Amortizações Operações Créditos L.P.	25.642.190	Receita não Operacional	10.174.817
Operações Internas	25.642.190	Total das Fontes	300.863.878
Dispêndios Correntes	215.884.508	Variação de Capital de Giro	-89.066.379
Pessoal e Encargos Sociais	9.215.232	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-43.764
Materiais e Produtos	152.794.805	Variação do Disponível	36.614.963

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Serviços de Terceiros	17.460.393		
Utilidades e Serviços	263.373		
Tributos e Encargos Parafiscais	26.412.780		
Encargos Financeiros e Outros	9.396.514		
Operações Internas	9.068.290		
Outras Fontes	328.224		
Demais Dispêndios Correntes	341.411		
Total dos Usos	248.368.698	Total Líquido das Fontes	248.368.698

32359 AREMBEPE ENERGIA S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	17.921.732	Receitas	550.812.667
Investimentos	6.023.000	Receita Operacional	511.873.565
Amortizações Operações Créditos L.P.	11.898.732	Receita não Operacional	38.939.102
Operações Internas	11.898.732	Total das Fontes	550.812.667
Dispêndios Correntes	422.780.001	Variação de Capital de Giro	21.263.809
Pessoal e Encargos Sociais	19.757.881	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-7.714.214
Materiais e Produtos	320.183.565	Variação do Disponível	-123.660.529
Serviços de Terceiros	18.164.459		
Utilidades e Serviços	161.820		
Tributos e Encargos Parafiscais	48.002.683		
Encargos Financeiros e Outros	15.182.665		
Operações Internas	15.144.445		
Outras Fontes	38.220		
Demais Dispêndios Correntes	1.326.928		
Total dos Usos	440.701.733	Total Líquido das Fontes	440.701.733

32360 BREITENER JARAQUI S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	128.181.253	Receitas	97.082.820
Pessoal e Encargos Sociais	10.534.704	Receita Operacional	89.031.766
Materiais e Produtos	30.724.105	Receita não Operacional	8.051.054
Serviços de Terceiros	30.085.104	Total das Fontes	97.082.820
Utilidades e Serviços	97.416	Variação de Capital de Giro	62.647.984
Tributos e Encargos Parafiscais	45.364.944	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-188.858
Demais Dispêndios Correntes	11.374.980	Variação do Disponível	-31.360.693
Total dos Usos	128.181.253	Total Líquido das Fontes	128.181.253

32361 BREITENER TAMBAQUI S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	121.650.939	Receitas	96.448.136
Pessoal e Encargos Sociais	14.020.080	Receita Operacional	93.373.352
Materiais e Produtos	37.422.233	Receita não Operacional	3.074.784
Serviços de Terceiros	18.528.420	Total das Fontes	96.448.136
Utilidades e Serviços	161.040	Variação de Capital de Giro	69.496.938
Tributos e Encargos Parafiscais	39.436.390	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-250.236
Demais Dispêndios Correntes	12.082.776	Variação do Disponível	-44.043.899
Total dos Usos	121.650.939	Total Líquido das Fontes	121.650.939

32362 UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.048.227	Receitas	25.377.288
Investimentos	4.416	Receita Operacional	24.610.944
Amortizações Operações Créditos L.P.	6.043.811	Receita não Operacional	766.344
Operações Internas	6.043.811	Total das Fontes	25.377.288
Outros Dispêndios de Capital	10.000.000	Variação de Capital de Giro	177.275
Dispêndios Correntes	9.688.789	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-71.638
Pessoal e Encargos Sociais	1.094.208	Variação do Disponível	254.091
Materiais e Produtos	4.524		
Serviços de Terceiros	3.099.678		
Utilidades e Serviços	30.000		
Total dos Usos	30.000		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Tributos e Encargos Parafiscais	2.657.040		
Encargos Financeiros e Outros	2.191.224		
Operações Internas	2.191.224		
Demais Dispêndios Correntes	612.115		
Total dos Usos	25.737.016	Total Líquido das Fontes	25.737.016

32363 TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	22.407.742	Receitas	61.052.640
Investimentos	1.000.000	Receita Operacional	59.857.440
Amortizações Operações Créditos L.P.	21.407.742	Receita não Operacional	1.195.200
Operações Internas	21.407.742	Total das Fontes	61.052.640
Dispêndios Correntes	37.725.067	Variação de Capital de Giro	-9.321.380
Pessoal e Encargos Sociais	1.180.704	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	6.137.906
Materiais e Produtos	18.000	Variação do Disponível	2.263.643
Serviços de Terceiros	2.494.036		
Utilidades e Serviços	33.600		
Tributos e Encargos Parafiscais	6.472.891		
Encargos Financeiros e Outros	23.895.210		
Operações Internas	23.895.210		
Demais Dispêndios Correntes	3.630.626		
Total dos Usos	60.132.809	Total Líquido das Fontes	60.132.809

32364 TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.000.000	Receitas	99.163.423
Investimentos	10.000.000	Receita Operacional	96.763.423
Dispêndios Correntes	34.990.093	Receita não Operacional	2.400.000
Pessoal e Encargos Sociais	1.150.896	Total das Fontes	99.163.423
Materiais e Produtos	12.000	Variação de Capital de Giro	-64.896
Serviços de Terceiros	4.180.000	Variação do Disponível	-54.108.434
Utilidades e Serviços	30.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	19.608.381		
Encargos Financeiros e Outros	9.130.692		
Operações Externas	9.130.692		
Demais Dispêndios Correntes	878.124		
Total dos Usos	44.990.093	Total Líquido das Fontes	44.990.093

32367 ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	111.204.000	Receitas	897.395.680
Investimentos	111.204.000	Receita Operacional	897.395.680
Dispêndios Correntes	706.321.974	Total das Fontes	897.395.680
Pessoal e Encargos Sociais	123.124.642	Variação de Capital de Giro	-130.060.625
Materiais e Produtos	460.635.693	Variação do Disponível	50.190.919
Serviços de Terceiros	92.129.084		
Utilidades e Serviços	20.936.675		
Tributos e Encargos Parafiscais	5.664.213		
Demais Dispêndios Correntes	3.831.667		
Total dos Usos	817.525.974	Total Líquido das Fontes	817.525.974

32369 EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	22.748.415	Receitas	115.060.000
Investimentos	14.100.000	Receita Operacional	112.000.000
Outros Dispêndios de Capital	8.648.415	Receita não Operacional	3.060.000
Dispêndios Correntes	96.612.876	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	33.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	42.406.608	Participação da União no Capital - Tesouro	33.000.000
Materiais e Produtos	78.000	Total das Fontes	148.060.000
Serviços de Terceiros	15.948.368	Variação de Capital de Giro	2.755.523
Utilidades e Serviços	629.040	Variação do Disponível	-31.454.232

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	26.697.200		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	10.853.660		
Total dos Usos	119.361.291	Total Líquido das Fontes	119.361.291

32370 TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	47.021.000	Receitas	813.378.330
<i>Investimentos</i>	47.021.000	<i>Receita Operacional</i>	812.552.858
Dispêndios Correntes	707.537.410	<i>Receita não Operacional</i>	825.472
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	1.029.308	Total das Fontes	813.378.330
<i>Materiais e Produtos</i>	27.789.799	<i>Variação de Capital de Giro</i>	-388.073
<i>Serviços de Terceiros</i>	245.413.886	<i>Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras</i>	-96.000
<i>Utilidades e Serviços</i>	2.885.934	<i>Variação do Disponível</i>	-58.335.847
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	1.253.959		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	429.164.524		
Total dos Usos	754.558.410	Total Líquido das Fontes	754.558.410

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

33000 M. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	227.612.369	Receitas	1.534.703.072
<i>Investimentos</i>	200.000.000	<i>Receita Operacional</i>	1.438.379.260
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	27.612.369	<i>Receita não Operacional</i>	96.323.812
Dispêndios Correntes	1.310.180.932	Operações de Crédito	150.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	588.326.488	<i>Operações de Crédito Internas – Moedas</i>	150.000.000
<i>Materiais e Produtos</i>	694.792	Total das Fontes	1.684.703.072
<i>Serviços de Terceiros</i>	215.096.972	Variação de Capital de Giro	-172.732.981
<i>Utilidades e Serviços</i>	17.162.827	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-4.422.209
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	304.709.652	Variação do Disponível	30.245.419
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	16.333.012		
<i>Operações Internas</i>	16.333.012		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	167.857.189		
Total dos Usos	1.537.793.301	Total Líquido das Fontes	1.537.793.301

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

36000 M. DA SAÚDE

36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	277.128.371	Receitas	738.971.593	
Investimentos	277.028.371	Receita Operacional	733.071.454	
Outros Dispêndios de Capital	100.000	Receita não Operacional	5.900.139	
Dispêndios Correntes	767.242.827	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	200.000.000	
Pessoal e Encargos Sociais	35.470.504	Participação da União no Capital - Tesouro	200.000.000	
Materiais e Produtos	395.309.549	Total das Fontes	938.971.593	
Serviços de Terceiros	273.699.039	Variação de Capital de Giro	372.634	
Utilidades e Serviços	7.061.101	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-413.010	
Tributos e Encargos Parafiscais	48.491.692	Variação do Disponível	105.439.981	
Encargos Financeiros e Outros	898.600			
Outras Fontes	898.600			
Demais Dispêndios Correntes	6.312.342			
Total dos Usos	1.044.371.198	Total Líquido das Fontes	1.044.371.198	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

39000 M. DOS TRANSPORTES

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	80.000	Receitas	1.000.000
<i>Investimentos</i>	80.000	<i>Receita não Operacional</i>	1.000.000
Dispêndios Correntes	6.974.133	Total das Fontes	1.000.000
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	3.663.133	Variação do Disponível	6.054.133
<i>Materiais e Produtos</i>	185.000		
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.001.000		
<i>Utilidades e Serviços</i>	300.000		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	225.000		
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	600.000		
Total dos Usos	7.054.133	Total Líquido das Fontes	7.054.133

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

41000 M. DAS COMUNICAÇÕES

41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	1.406.528.641	Receitas	19.554.191.337	
Investimentos	803.600.035	Receita Operacional	18.838.691.336	
Inversões Financeiras	600.000.000	Receita não Operacional	715.500.001	
Amortizações Operações Creditos L.P.	2.928.606	Operações de Crédito	300.000.000	
Operações Externas	2.928.606	Operações de Credito Internas – Bens e Serviços	100.000.000	
Dispêndios Correntes	19.549.059.372	Operações de Credito Externas – Bens e Serviços	200.000.000	
Pessoal e Encargos Sociais	10.756.059.373	Total das Fontes	19.854.191.337	
Materiais e Produtos	230.000.000	Variação de Capital de Giro	-28.444.923	
Serviços de Terceiros	6.402.999.999	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.444.834	
Utilidades e Serviços	350.000.000	Variação do Disponível	1.121.396.765	
Tributos e Encargos Parafiscais	900.000.000			
Encargos Financeiros e Outros	310.000.000			
Operações Externas	72.414			
Outras Fontes	309.927.586			
Demais Dispêndios Correntes	600.000.000			
Total dos Usos	20.955.588.013	Total Líquido das Fontes	20.955.588.013	

41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	1.299.900.000	Receitas	68.526.653	
Investimentos	1.249.900.000	Receita Operacional	62.561.606	
Inversões Financeiras	50.000.000	Receita não Operacional	5.965.047	
Dispêndios Correntes	418.926.038	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.292.052.163	
Pessoal e Encargos Sociais	79.515.398	Participação da União no Capital - Tesouro	1.292.052.163	
Materiais e Produtos	571.445	Total das Fontes	1.360.578.816	
Serviços de Terceiros	88.804.881	Variação de Capital de Giro	361.883.953	
Utilidades e Serviços	1.875.554	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.636.731	
Tributos e Encargos Parafiscais	21.128.251			
Demais Dispêndios Correntes	227.030.509			
Total dos Usos	1.718.826.038	Total Líquido das Fontes	1.718.826.038	

41258 TELEBRAS COPA S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios Correntes	100.000	Receitas	100.000	
Tributos e Encargos Parafiscais	100.000	Receita Operacional	100.000	
		Total das Fontes	100.000	
Total dos Usos	100.000	Total Líquido das Fontes	100.000	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

52000 M. DA DEFESA

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	6.739.202	Receitas	237.795.837	
<i>Investimentos</i>	6.249.580	<i>Receita Operacional</i>	225.584.337	
<i>Inversões Financeiras</i>	115.622	<i>Receita não Operacional</i>	12.211.500	
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	374.000	Total das Fontes	237.795.837	
Dispêndios Correntes	236.362.675	Variação de Capital de Giro	-73.188.404	
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	139.277.816	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.245.798	
<i>Materiais e Produtos</i>	5.473.949	Variação do Disponível	81.740.242	
<i>Serviços de Terceiros</i>	53.738.352			
<i>Utilidades e Serviços</i>	3.026.044			
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	33.865.514			
<i>Demais Dispêndios Correntes</i>	981.000			
Total dos Usos	243.101.877	Total Líquido das Fontes	243.101.877	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

62000 SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

62213 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.972.527.114	Receitas	2.764.168.225
Investimentos	1.568.126.532	Receita Operacional	2.715.117.470
Inversões Financeiras	404.400.582	Receita não Operacional	49.050.755
Dispêndios Correntes	3.146.205.600	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.481.627.114
Pessoal e Encargos Sociais	2.051.088.617	Participação da União no Capital - Tesouro	2.481.627.114
Materiais e Produtos	46.612.272	Total das Fontes	5.245.795.339
Serviços de Terceiros	762.604.881	Variação de Capital de Giro	-105.011.870
Utilidades e Serviços	160.650.255	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-22.050.755
Tributos e Encargos Parafiscais	68.506.115		
Demais Dispêndios Correntes	56.743.460		
Total dos Usos	5.118.732.714	Total Líquido das Fontes	5.118.732.714

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

68000 SECRETARIA DE PORTOS

68205 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	41.140.000	Receitas	70.954.990
Investimentos	41.140.000	Receita Operacional	64.781.989
Dispêndios Correntes	68.090.206	Receita não Operacional	6.173.001
Pessoal e Encargos Sociais	31.721.733	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	15.140.000
Materiais e Produtos	399.010	Participação da União no Capital - Tesouro	15.140.000
Serviços de Terceiros	18.435.725	Total das Fontes	86.094.990
Utilidades e Serviços	2.740.788	Variação de Capital de Giro	-510.043
Tributos e Encargos Parafiscais	8.581.566	Variação do Disponível	23.645.259
Demais Dispêndios Correntes	6.211.384		
Total dos Usos	109.230.206	Total Líquido das Fontes	109.230.206

68206 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	83.993.548	Receitas	149.733.663
Investimentos	83.008.000	Receita Operacional	113.378.814
Amortizações Operações Créditos L.P.	985.548	Receita não Operacional	36.354.849
Operações Internas	985.548	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	15.480.000
Dispêndios Correntes	141.633.977	Participação da União no Capital - Tesouro	15.480.000
Pessoal e Encargos Sociais	70.195.529	Total das Fontes	165.213.663
Materiais e Produtos	681.880	Variação de Capital de Giro	5.611.339
Serviços de Terceiros	39.175.151	Variação do Disponível	54.802.523
Utilidades e Serviços	3.200.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	20.147.025		
Demais Dispêndios Correntes	8.234.392		
Total dos Usos	225.627.525	Total Líquido das Fontes	225.627.525

68207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	129.891.037	Receitas	134.415.685
Investimentos	129.891.037	Receita Operacional	128.701.113
Dispêndios Correntes	120.458.667	Receita não Operacional	5.714.572
Pessoal e Encargos Sociais	39.190.014	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	19.300.000
Materiais e Produtos	3.000.000	Participação da União no Capital - Tesouro	19.300.000
Serviços de Terceiros	36.240.464	Total das Fontes	153.715.685
Utilidades e Serviços	6.624.241	Variação de Capital de Giro	16.497.884
Tributos e Encargos Parafiscais	21.846.828	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.064.812
Demais Dispêndios Correntes	13.557.120	Variação do Disponível	81.200.947
Total dos Usos	250.349.704	Total Líquido das Fontes	250.349.704

68208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	215.733.200	Receitas	888.768.257
Investimentos	213.470.366	Receita Operacional	877.400.773
Amortizações Operações Créditos L.P.	2.262.834	Receita não Operacional	11.367.484
Operações Externas	2.262.834	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	128.560.000
Dispêndios Correntes	862.579.230	Participação da União no Capital - Tesouro	128.560.000
Pessoal e Encargos Sociais	317.328.153	Total das Fontes	1.017.328.257
Materiais e Produtos	6.378.000	Variação de Capital de Giro	-114.393.962
Serviços de Terceiros	272.221.188	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	3.915.589
Utilidades e Serviços	32.477.008	Variação do Disponível	171.462.546
Tributos e Encargos Parafiscais	100.379.831		
Encargos Financeiros e Outros	5.549.394		
Operações Externas	128.336		
Outras Fontes	5.421.058		
Demais Dispêndios Correntes	128.245.656		
Total dos Usos	1.078.312.430	Total Líquido das Fontes	1.078.312.430

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

68210 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	65.226.738	Receitas	145.176.421	
Investimentos	65.226.738	Receita Operacional	139.528.343	
Dispêndios Correntes	116.626.421	Receita não Operacional	5.648.078	
Pessoal e Encargos Sociais	49.735.188	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	3.800.000	
Materiais e Produtos	1.582.080	Participação da União no Capital - Tesouro	3.800.000	
Serviços de Terceiros	40.255.276	Total das Fontes	148.976.421	
Utilidades e Serviços	4.517.853	Variação de Capital de Giro	-28.425.522	
Tributos e Encargos Parafiscais	17.069.907	Variação do Disponível	61.302.260	
Demais Dispêndios Correntes	3.466.117			
Total dos Usos	181.853.159	Total Líquido das Fontes	181.853.159	

68211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	164.284.634	Receitas	501.497.449	
Investimentos	164.284.634	Receita Operacional	463.236.263	
Dispêndios Correntes	557.090.223	Receita não Operacional	38.261.186	
Pessoal e Encargos Sociais	258.410.515	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.150.000	
Materiais e Produtos	5.953.000	Participação da União no Capital - Tesouro	2.150.000	
Serviços de Terceiros	96.735.739	Total das Fontes	503.647.449	
Utilidades e Serviços	5.770.000	Variação de Capital de Giro	135.705.258	
Tributos e Encargos Parafiscais	51.739.520	Variação do Disponível	82.022.150	
Encargos Financeiros e Outros	631.292			
Operações Externas	631.292			
Demais Dispêndios Correntes	137.850.157			
Total dos Usos	721.374.857	Total Líquido das Fontes	721.374.857	

68212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	48.451.600	Receitas	78.041.508	
Investimentos	48.451.600	Receita Operacional	58.133.504	
Dispêndios Correntes	77.128.088	Receita não Operacional	19.908.004	
Pessoal e Encargos Sociais	39.217.854	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	9.310.000	
Materiais e Produtos	5.429.728	Participação da União no Capital - Tesouro	9.310.000	
Serviços de Terceiros	17.926.303	Total das Fontes	87.351.508	
Utilidades e Serviços	2.953.038	Variação de Capital de Giro	32.412.216	
Tributos e Encargos Parafiscais	7.666.587	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-80.700	
Demais Dispêndios Correntes	3.934.578	Variação do Disponível	5.896.664	
Total dos Usos	125.579.688	Total Líquido das Fontes	125.579.688	

EMPRESA DO SETOR FINANCEIRO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

24000 M. DA CIÊNCIA, TEC. E INOVAÇÃO

24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	913.180.276	Receita	1.585.237.700
Investimentos	35.687.614	Receita Operacional	1.546.592.880
Inversões Financeiras	285.736.000	Receita Não Operacional	38.644.820
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	540.169.673	Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido	6.059.775
Operações de Crédito Internas	333.058.991	Participação da União no Capital - Tesouro	6.059.775
Demais Obrigações	207.110.682	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	7.700.000.000
Outros Dispêndios de Capital	51.586.989	Operações de Crédito Internas - Moeda	7.700.000.000
Dispêndios Correntes	1.338.614.603	Demais Obrigações	1.855.736.000
Pessoal e Encargos Sociais	250.507.891	Transferência do FAT	500.000.000
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	211.240	Outras Obrigações	1.355.736.000
Serviços de Terceiros	74.962.314	Total das Fontes	11.147.033.475
Utilidades e Serviços	2.572.976	Variação do Disponível	-4.168.593.228
Tributos e Encargos Parafiscais	176.080.273		
Encargos Financeiros e Outros	738.317.718		
Operações de Crédito Internas	479.490.412		
Outras Obrigações	258.827.306		
Outros Dispêndios Correntes	95.962.191		
Total dos Dispêndios PDG	2.251.794.879		
Aplicações em Operações de Crédito	4.726.645.368		
Total dos Usos	6.978.440.247	Total Líquido das Fontes	6.978.440.247

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	248.745.501	Receita	2.425.405.486	
Investimentos	53.641.786	Receita Operacional	2.417.708.883	
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	55.497.636	Receita Não Operacional	7.696.603	
Operações de Crédito Internas	55.497.636	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	2.439.900.000	
Outros Dispêndios de Capital	139.606.079	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	1.230.000.000	
Dispêndios Correntes	2.046.471.220	Operações de Crédito Internas - Moeda	1.230.000.000	
Pessoal e Encargos Sociais	419.703.223	Demais Obrigações	450.514.000	
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	8.257.140	Depósitos a Vista	426.518.600	
Serviços de Terceiros	259.019.258	Depósitos a Prazo	23.995.400	
Utilidades e Serviços	47.254.861	Total das Fontes	6.545.819.486	
Tributos e Encargos Parafiscais	232.715.931	Outras Variações Patrimoniais	-71.717.647	
Encargos Financeiros e Outros	396.398.992	Variação do Disponível	12.141.360	
Operações de Crédito Internas	25.520.911			
Operações de Crédito Externas	15.250.121			
Depósitos	355.627.960			
Outros Dispêndios Correntes	683.121.815			
Total dos Dispêndios PDG	2.295.216.721			
Aplicações em Operações de Crédito	4.191.026.478			
Total dos Usos	6.486.243.199	Total Líquido das Fontes	6.486.243.199	

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	1.454.795.400	Receita	8.326.521.839	
Investimentos	130.863.600	Receita Operacional	8.323.223.039	
Inversões Financeiras	185.000	Receita Não Operacional	3.298.800	
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	984.383.500	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	7.192.531.700	
Operações de Crédito Internas	153.646.700	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	852.184.000	
Operações de Crédito Externas	830.736.800	Operações de Crédito Internas - Moeda	407.184.000	
Outros Dispêndios de Capital	339.363.300	Operações de Crédito Externas	445.000.000	
Dispêndios Correntes	6.910.234.650	Demais Obrigações	1.135.139.923	
Pessoal e Encargos Sociais	1.158.118.300	Depósitos a Vista	37.553.128	
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	61.200	Depósitos a Prazo	1.097.586.795	
Serviços de Terceiros	1.391.158.880	Total das Fontes	17.506.377.462	
Utilidades e Serviços	62.792.400	Variação de Obrigações por Emprést. Curto Prazo	13.510.800	
Tributos e Encargos Parafiscais	814.150.100	Outras Variações Patrimoniais	-1.478.653.317	
Encargos Financeiros e Outros	2.122.188.570	Variação do Disponível	42.714.000	
Operações de Crédito Internas	168.567.900			
Operações de Crédito Externas	80.417.200			
Depósitos	891.843.133			
Variação Cambial	88.240.220			
Outras Obrigações	893.120.117			
Outros Dispêndios Correntes	1.361.765.200			
Total dos Dispêndios PDG	8.365.030.050			
Aplicações em Operações de Crédito	7.718.918.895			
Total dos Usos	16.083.948.945	Total Líquido das Fontes	16.083.948.945	

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	4.803.738.465	Receita	136.293.667.105	
Investimentos	2.949.864.838	Receita Operacional	135.857.938.709	
Inversões Financeiras	60.000.000	Receita Não Operacional	435.728.396	
Outros Dispêndios de Capital	1.793.873.627	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	8.532.988.863	
Dispêndios Correntes	127.342.909.885	Operações de Crédito Internas - Moeda	8.532.988.863	
Pessoal e Encargos Sociais	16.187.801.726	Demais Obrigações	79.994.922.630	
Serviços de Terceiros	9.200.112.368	Depósitos a Vista	2.000.000.172	
Utilidades e Serviços	1.750.206.389	Depósitos a Prazo	77.994.922.458	
Tributos e Encargos Parafiscais	3.053.069.623	Total das Fontes	224.821.578.598	
Encargos Financeiros e Outros	93.147.596.038	Outras Variações Patrimoniais	-12.001.398.797	
Operações de Crédito Externas	393.226.103	Variação do Disponível	-1.729.947.544	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Depósitos	50.687.698.901		
Outras Obrigações	42.066.671.034		
Outros Dispêndios Correntes	4.004.123.741		
Total dos Dispêndios PDG	132.146.648.350		
Aplicações em Operações de Crédito	78.943.583.907		
Total dos Usos	211.090.232.257	Total Líquido das Fontes	211.090.232.257

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	28.065.164.339	Receita	153.621.308.810
Investimentos	2.971.375.210	Receita Operacional	147.403.462.465
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	19.933.983.495	Receita Não Operacional	6.217.846.345
Operações de Crédito Internas	18.718.114.735	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	2.206.027.540
Operações - Resolução 63	1.215.868.760	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	23.184.759.289
Outros Dispêndios de Capital	5.159.805.634	Operações de Crédito Internas - Moeda	20.578.380.856
Dispêndios Correntes	133.271.725.827	Operações - Resolução 63	2.606.378.433
Pessoal e Encargos Sociais	17.084.210.000	Demais Obrigações	88.205.194.434
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	37.377.825	Depósitos a Vista	4.868.593.194
Serviços de Terceiros	10.060.083.065	Depósitos a Prazo	47.642.320.832
Utilidades e Serviços	1.532.243.208	Outras Obrigações	35.694.280.408
Tributos e Encargos Parafiscais	7.671.033.611	Total das Fontes	267.217.290.073
Encargos Financeiros e Outros	79.723.594.535	Outras Variações Patrimoniais	-11.426.810.474
Operações de Crédito Internas	2.041.010.780	Variação do Disponível	9.083.692.609
Operações - Resolução 63	1.755.910.174		
Depósitos	30.969.696.810		
Outras Obrigações	44.956.976.771		
Outros Dispêndios Correntes	17.163.183.583		
Total dos Dispêndios PDG	161.336.890.166		
Aplicações em Operações de Crédito	103.537.282.042		
Total dos Usos	264.874.172.208	Total Líquido das Fontes	264.874.172.208

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	911.261.370	Receita	1.618.650.898
Outros Dispêndios de Capital	911.261.370	Receita Operacional	1.618.650.898
Dispêndios Correntes	659.428.404	Total das Fontes	1.618.650.898
Pessoal e Encargos Sociais	40.843.095	Outras Variações Patrimoniais	-47.960.179
Serviços de Terceiros	29.459.358	Variação do Disponível	-945
Utilidades e Serviços	3.426.637		
Tributos e Encargos Parafiscais	143.920.745		
Encargos Financeiros e Outros	266.282.180		
Outras Obrigações	266.282.180		
Outros Dispêndios Correntes	175.496.389		
Total dos Dispêndios PDG	1.570.689.774		
Total dos Usos	1.570.689.774	Total Líquido das Fontes	1.570.689.774

25236 BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	833.665.668	Receita	1.630.020.272
Outros Dispêndios de Capital	833.665.668	Receita Operacional	1.630.020.272
Dispêndios Correntes	804.260.745	Total das Fontes	1.630.020.272
Pessoal e Encargos Sociais	71.302.187	Outras Variações Patrimoniais	7.906.791
Serviços de Terceiros	32.610.593	Variação do Disponível	-650
Utilidades e Serviços	6.859.082		
Tributos e Encargos Parafiscais	655.498.301		
Outros Dispêndios Correntes	37.990.582		
Total dos Dispêndios PDG	1.637.926.413		
Total dos Usos	1.637.926.413	Total Líquido das Fontes	1.637.926.413

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

USOS	VALOR	FONTES	VALOR

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

Dispêndios de Capital	462.603.732	Receita	5.831.767.212
Investimentos	401.613.831	Receita Operacional	5.831.763.678
Outros Dispêndios de Capital	60.989.901	Receita Não Operacional	3.534
Dispêndios Correntes	5.590.129.207	Retorno das Operações de Crédito	365.540.019
Pessoal e Encargos Sociais	2.629.371	Total das Fontes	6.197.307.231
Serviços de Terceiros	5.910.633	Outras Variações Patrimoniais	-144.531.761
Utilidades e Serviços	1.439	Variação do Disponível	-42.531
Tributos e Encargos Parafiscais	166.086.895		
Encargos Financeiros e Outros	5.377.474.564		
Operações de Crédito Internas	84.063		
Depósitos	5.377.390.501		
Outros Dispêndios Correntes	38.026.305		
Total dos Dispêndios PDG	6.052.732.939		
Total dos Usos	6.052.732.939	Total Líquido das Fontes	6.052.732.939

25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	244.561	Receita	1.126.385
Serviços de Terceiros	156.505	Receita Operacional	1.126.385
Utilidades e Serviços	96	Total das Fontes	1.126.385
Tributos e Encargos Parafiscais	3.090	Outras Variações Patrimoniais	-3.844.411
Encargos Financeiros e Outros	83.392	Variação do Disponível	2.962.587
Variação Cambial	83.392		
Outros Dispêndios Correntes	1.478		
Total dos Dispêndios PDG	244.561		
Total dos Usos	244.561	Total Líquido das Fontes	244.561

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

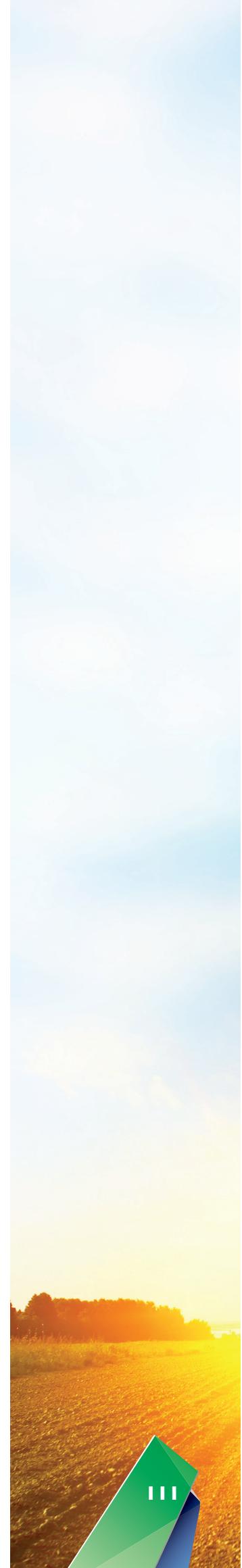
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	114.341.288	Receita	126.118.663
Serviços de Terceiros	12.308.692	Receita Operacional	126.118.663
Utilidades e Serviços	56.995	Total das Fontes	126.118.663
Tributos e Encargos Parafiscais	260.814	Outras Variações Patrimoniais	938.305.945
Encargos Financeiros e Outros	101.124.149	Variação do Disponível	-950.083.320
Depósitos	22.274.691		
Variação Cambial	78.849.458		
Outros Dispêndios Correntes	590.638		
Total dos Dispêndios PDG	114.341.288		
Total dos Usos	114.341.288	Total Líquido das Fontes	114.341.288

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVL

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	190.013	Receita	718.889
Outros Dispêndios de Capital	190.013	Receita Operacional	718.889
Dispêndios Correntes	568.666	Total das Fontes	718.889
Pessoal e Encargos Sociais	371.922	Outras Variações Patrimoniais	39.792
Serviços de Terceiros	28.256	Variação do Disponível	-2
Utilidades e Serviços	998		
Tributos e Encargos Parafiscais	111.621		
Encargos Financeiros e Outros	4.020		
Outras Obrigações	4.020		
Outros Dispêndios Correntes	51.849		
Total dos Dispêndios PDG	758.679		
Total dos Usos	758.679	Total Líquido das Fontes	758.679

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	153.167.596	Receita	328.697.129
Outros Dispêndios de Capital	153.167.596	Receita Operacional	328.697.129
Dispêndios Correntes	165.319.525	Total das Fontes	328.697.129
Pessoal e Encargos Sociais	9.525.745	Outras Variações Patrimoniais	-1.162.326



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES LDO, Art 11, inciso VI

<i>Serviços de Terceiros</i>	19.282.970	Variação do Disponível	-9.047.682
<i>Utilidades e Serviços</i>	1.118.111		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	127.043.461		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	8.349.238		
Total dos Dispêndios PDG	318.487.121		
Total dos Usos	318.487.121	Total Líquido das Fontes	318.487.121

25285 CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
<i>Dispêndios de Capital</i>	627.731.746	<i>Receita</i>	592.698.668
<i>Inversões Financeiras</i>	494.275.350	<i>Receita Operacional</i>	542.359.298
<i>Outros Dispêndios de Capital</i>	133.456.396	<i>Receita Não Operacional</i>	50.339.370
Dispêndios Correntes	27.799.333	Total das Fontes	592.698.668
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	6.833.120	<i>Outras Variações Patrimoniais</i>	62.830.411
<i>Serviços de Terceiros</i>	2.454.794	<i>Variação do Disponível</i>	2.000
<i>Utilidades e Serviços</i>	15.000		
<i>Tributos e Encargos Parafiscais</i>	17.232.995		
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	921.432		
<i>Outras Obrigações</i>	921.432		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	341.992		
Total dos Dispêndios PDG	655.531.079		
Total dos Usos	655.531.079	Total Líquido das Fontes	655.531.079

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

28000 M. DESENV., IND. COM. EXTERIOR

28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	33.832.584.193	Receita	77.984.851.312	
Investimentos	89.341.837	Receita Operacional	59.879.863.154	
Inversões Financeiras	250.000.000	Receita Não Operacional	18.104.988.158	
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	11.472.720.725	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	14.991.883.829	
Operações de Crédito Internas	6.766.510	Operações de Crédito Internas - Moeda	282.012	
Operações de Crédito Externas	1.275.114.112	Operações de Crédito Externas	7.285.270.888	
Demais Obrigações	10.190.840.103	Variação Cambial	7.706.330.929	
Outros Dispêndios de Capital	22.020.521.631	Demais Obrigações	38.531.120.723	
Dispêndios Correntes	62.620.969.244	Tesouro	12.361.644.210	
Pessoal e Encargos Sociais	920.499.796	Transferência do FAT	18.183.027.476	
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	3.710.448	Outras Obrigações	7.986.449.037	
Serviços de Terceiros	470.214.352	Total das Fontes	131.507.855.864	
Utilidades e Serviços	6.446.843	Variação de Obrigações por Emprést. Curto Prazo	2.400.000.000	
Tributos e Encargos Parafiscais	3.725.733.417	Outras Variações Patrimoniais	1.718.980.062	
Encargos Financeiros e Outros	56.010.256.396	Variação do Disponível	3.375.391.409	
Operações de Crédito Internas	2.526.286.238			
Operações de Crédito Externas	1.155.940.435			
Variação Cambial	8.824.525.574			
Outras Obrigações	43.503.504.149			
Outros Dispêndios Correntes	1.484.107.992			
Total dos Dispêndios PDG	96.453.553.437			
Aplicações em Operações de Crédito	42.548.673.898			
Total dos Usos	139.002.227.335	Total Líquido das Fontes	139.002.227.335	

28235 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	11.678.107.862	Receita	11.581.920.962	
Inversões Financeiras	1.244.514.510	Receita Operacional	6.608.980.769	
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	5.493.885.705	Receita Não Operacional	4.972.940.193	
Operações de Crédito Internas	4.017.847.851	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	3.639.902.625	
Demais Obrigações	1.476.037.854	Operações de Crédito Internas - Moeda	3.639.888.020	
Outros Dispêndios de Capital	4.939.707.647	Variação Cambial	14.605	
Dispêndios Correntes	2.586.233.813	Demais Obrigações	498.732.936	
Pessoal e Encargos Sociais	336.852.179	Tesouro	279.230.949	
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.370.011	Outras Obrigações	219.501.987	
Serviços de Terceiros	129.351.792	Total das Fontes	15.720.556.523	
Utilidades e Serviços	2.380.373	Outras Variações Patrimoniais	-1.774.108.201	
Tributos e Encargos Parafiscais	624.016.711	Variação do Disponível	317.893.353	
Encargos Financeiros e Outros	1.286.732.640			
Operações de Crédito Internas	16.443.050			
Variação Cambial	29.209			
Outras Obrigações	1.270.260.381			
Outros Dispêndios Correntes	205.530.107			
Total dos Dispêndios PDG	14.264.341.675			
Total dos Usos	14.264.341.675	Total Líquido das Fontes	14.264.341.675	

28236 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
Dispêndios de Capital	35.804.047.539	Receita	9.748.682.385	
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	35.532.187.695	Receita Operacional	9.678.264.026	
Operações de Crédito Internas	35.520.281.163	Receita Não Operacional	70.418.359	
Demais Obrigações	11.906.532	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	54.068.610.354	
Outros Dispêndios de Capital	271.859.844	Operações de Crédito Internas - Moeda	54.064.531.950	
Dispêndios Correntes	9.676.410.559	Variação Cambial	4.078.404	
Pessoal e Encargos Sociais	154.890.487	Demais Obrigações	3.363.158	
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	627.922	Tesouro	3.363.158	
Serviços de Terceiros	63.005.413	Total das Fontes	63.820.655.897	
Utilidades e Serviços	1.091.004	Outras Variações Patrimoniais	-2.652.448.008	
Tributos e Encargos Parafiscais	671.955.404	Variação do Disponível	17.181.026	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2015

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	8.417.556.092		
<i>Operações de Crédito Internas</i>	6.299.378.816		
<i>Variação Cambial</i>	19.924.037		
<i>Outras Obrigações</i>	2.098.253.239		
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	367.284.237		
Total dos Dispêndios PDG	45.480.458.098		
<i>Aplicações em Operações de Crédito</i>	15.704.930.817		
Total dos Usos	61.185.388.915	Total Líquido das Fontes	61.185.388.915

28237 BNDES LIMITED

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital			R\$ 1,00
<i>Inversões Financeiras</i>	2.003.911.000	<i>Receita</i>	35.000.000
<i>Amortizações Operações de Crédito de L.P.</i>	2.000.000.000	<i>Receita Operacional</i>	35.000.000
<i>Operações de Crédito Internas</i>	3.911.000	<i>Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido</i>	250.000.000
Dispêndios Correntes	194.985.000	<i>Participação no Capital - Empresas Estatais</i>	250.000.000
<i>Serviços de Terceiros</i>	9.985.000	<i>Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.</i>	2.000.000.000
<i>Encargos Financeiros e Outros</i>	170.000.000	<i>Operações de Crédito Externas</i>	2.000.000.000
<i>Operações de Crédito Externas</i>	140.000.000	Total das Fontes	2.285.000.000
<i>Variação Cambial</i>	30.000.000	<i>Variação do Disponível</i>	-86.104.000
<i>Outros Dispêndios Correntes</i>	15.000.000		
Total dos Dispêndios PDG	2.198.896.000		
Total dos Usos	2.198.896.000	Total Líquido das Fontes	2.198.896.000





Secretaria de
Orçamento Federal

Ministério do
Planejamento